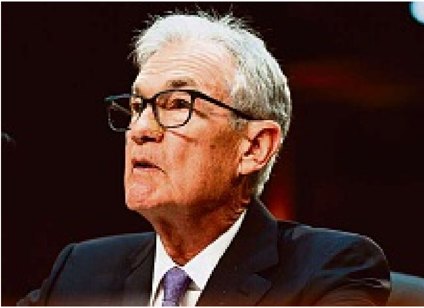
Meio Ambiente
Natura capta R$ 1,3 bi em debêntures atreladas a metas ambientais, diz Silvia Vilas Boas B5



Exportações
Abate de gado em nível recorde impulsiona a venda de couros para o mercado externo B8



Economia americana
Powell vê "progressos consideráveis" no combate à inflação, mas Fed busca "mais dados positivos" C1

Quarta-feira, 10 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6040 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Projeto de renegociação de dívidas com União tem condições favoráveis aos Estados

Contas públicas Apresentada por Pacheco, iniciativa, que troca o indexador dos débitos e permite reduções dos juros, é vista como 'longe da ideal' pela Fazenda

Caetano Tonet, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar, Julia Lindner e Marta Watanabe
De Brasília e São Paulo

O projeto de lei complementar com novas regras para o pagamento da dívida dos Estados com a União foi apresentado ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A iniciativa troca o indexador e prevê que o valor principal, na casa de R$ 700 bilhões, deverá ser congelado e parcelado em 30 anos. A maior parte dos débitos é de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Fontes do Ministério da Fazenda entendem que a proposta está distante da enviada pela pasta e "longe da ideal". Avaliações internas apontam que, além de desfavorável à União, por haver prejuízo ao fluxo financeiro, o texto não seria positivo nem mesmo para os Estados que tentam renegociar dívidas, como Minas e Rio de Janeiro. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, frisou a importância de a medida não afetar as contas federais. "O objetivo é que não haja impacto nas contas primárias."

O projeto altera o indexador e permite aos Estados a entrega de ativos para o abatimento da dívida. O indexador poderá ser reduzido de IPCA mais 4% para apenas IPCA. Os juros poderão ser abatidos em até 2 pontos percentuais com a alienação de ativos. Para isso, será preciso que o valor supere 20% do total. A proposta também prevê a dedução de 1 ponto se o valor correspondente for revertido em investimentos no próprio Estado em educação, infraestrutura e segurança. A proposta da Fazenda para reduzir os juros tinha como contrapartida investimentos na ampliação das matrículas no ensino médio técnico. O projeto de Pacheco flexibiliza a alocação desses recursos, mas apenas para Estados que atingirem as metas de desempenho da educação profissional técnica de nível médio.

Para Felipe Salto, ex-secretário da Fazenda paulista e hoje na Warren Investimentos, a proposta preocupa. "Os juros reais poderão cair a zero. O custo será impeditivo para o equilíbrio fiscal, porque perderá fluxo de receitas financeiras e, de outro lado, o arranjo vai estimular gastos com o espaço gerado." Pacheco disse que o programa está "muito bem amadurecido" com a Fazenda e os governadores, ainda que nem tudo esteja acertado. Páginas A3 e A4

Primeira lista com candidatos a CEO da Vale traz 15 nomes

Mônica Scaramuzzo, Stella Fontes, Francisco Góes e Kariny Leal
De São Paulo e do Rio

Uma lista com 15 potenciais nomes para ocupar a presidência da Vale tornou-se pública ontem, dentro do conturbado processo sucessório da mineradora, que se arrasta desde 2023. A nominata, revelada pelo colunista Lauro Jardim, de "O Globo", inclui executivos de grandes empresas brasileiras, como Embraer, Gerdau, Klabin e Engie, tendo dois nomes da área de mineração, dois estrangeiros e uma mulher, a engenheira Ana Zambelli, com experiência no setor de óleo e gás. Preparada pela consultoria Russell Reynolds, a lista teria desagradado à Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, por não incluir nome mais próximo do governo. A Previ é acionista da Vale desde a privatização, em 1997, e é apontada como interlocutora do Planalto na sucessão. Página B1

Equatorial vende empresa no PA por R$ 1,2 bilhão

André Ítalo Rocha
De São Paulo

A Equatorial Energia fechou acordo de R$ 1,19 bilhão com o fundo de pensão canadense CDPQ para a venda de sua empresa de transmissão no Pará, sendo R$ 350 milhões em assunção de dívidas. A subsidiária opera 124 km de linhas e subestações no Estado. Em novembro do ano passado, a companhia já havia vendido à mesma Infraestrutura e Energia Brasil, controlada pelo CDPQ, a Intesa, que detém linhas de transmissão em Goiás e Tocantins, em um negócio R$ 714 milhões.

A transação ocorre num momento em que a Equatorial busca fortalecer sua estrutura de capital para comprar 15% da Sabesp. A empresa foi a única a apresentar proposta, de R$ 6,9 bilhões, no leilão de privatização da estatal. Página B2



BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Tarciana Medeiros: "Não iríamos colocar R$ 260 bilhões na rua se não tivesse, de fato, uma previsão de elevação da safra neste ano"

BB descarta risco de crise no agro

Rafael Walendorff, Guilherme Pimenta e Fernando Exman
De Brasília

Líder no agronegócio, com uma carteira de crédito de R$ 372,5 bilhões no fim do 1º trimestre, o Banco do Brasil projeta um novo recorde de produção na safra 2024/25. "Não há que se falar em crise no agro", disse a presidente da instituição financeira, Tarciana Medeiros, em entrevista ao **Valor**. A redução dos custos de produção, a manutenção dos juros e a alta do dólar não devem afetar a demanda por crédito nesta temporada, afirmou. O BB anunciou a liberação de R$ 260 bilhões, valor recorde. A executiva descartou a necessidade de uma ampla repactuação de dívidas rurais no Rio Grande do Sul e disse que a intenção é avaliar os contratos caso a caso. Página A18

Fundo imobiliário enfrenta má fase

Liane Thedim
Do Rio

Após um começo de ano promissor, os fundos de investimento imobiliário (FIIs) entraram em uma fase difícil. A piora no cenário doméstico, com desconfiança em relação à política fiscal e interrupção nos cortes da taxa Selic, e as incertezas na economia internacional levaram o Ifix — índice de referência do setor — a registrar queda de 1,04% em junho, pior desempenho desde outubro de 2023. Além disso, mudou a tendência de crescimento das carteiras do segmento concentradas em ativos reais — conhecidas como fundos "de tijolo"—, que estão sofrendo mais. Agora o foco se volta aos fundos que aplicam em papéis de dívida do setor imobiliário.

Até março, a alta acumulada do Ifix em 2024 era de 2,92%. Sucessivos maus resultados a partir de abril derrubaram o resultado, que agora está positivo no ano em apenas 1,08%. "Até abril, crescemos numa velocidade de cruzeiro", diz Rodrigo Abbud, da VBI Real Estate, gestora focada no segmento. "Estávamos considerando mais emissões, mas chegamos a um momento mais desafiador para a classe, sobretudo para os que investem nos ativos físicos." Página C1

Deputados aprovam novo ensino médio

Marcelo Ribeiro
De Brasília

Em derrota para partidos da base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Câmara aprovou ontem o projeto da reforma do Novo Ensino Médio, estabelecendo carga horária mínima de 2,4 mil horas para o ensino médio regular, além de 600 horas de matérias optativas. Para o ensino técnico, a proposta estabelece que o estudante poderá escolher entre 600 e 1,2 mil horas de aulas técnicas, completando 3 mil horas com as disciplinas tradicionais. O texto segue agora para a sanção presidencial. O Conselho Nacional de Secretários de Educação divulgou carta aberta defendendo a proposta aprovada. Página A12

Multilateralismo é maior garantia de um comércio mais aberto e resiliente
Francisco Gomes Neto A17

Anúncio de cortes indicará disposição em cumprir meta fiscal
Lu Aiko Otta A2

Avanço



GABRIEL REIS/VALOR

O diretor de regulação do Banco Central, Otavio Damaso, diz à repórter Mariana Ribeiro que a implementação do 'open finance' entrou em uma nova etapa, com foco no desenvolvimento de produtos pelas instituições participantes, como a criação dos 'superapps' dos bancos. Página C6

Indicadores

Ibovespa	9/jul/24	0,44 % R$ 16,4 bi
Selic (meta)	9/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	9/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	9/jul/24	5,4381/5,4387
Dólar comercial (mercado)	9/jul/24	5,4138/5,4144
Dólar turismo (mercado)	9/jul/24	5,4426/5,6226
Euro comercial (BC)	9/jul/24	5,8791/5,8820
Euro comercial (mercado)	9/jul/24	5,8544/5,8550
Euro turismo (mercado)	9/jul/24	5,9155/6,0955



Destaque

Câmara vota reforma tributária
A Câmara começa a votar hoje o principal projeto que regulamenta a reforma tributária do consumo. A expectativa é que a votação seja concluída, no máximo, até amanhã. Os pontos polêmicos, como a desoneração das carnes e a inclusão das armas no Imposto Seletivo, serão decididos no voto. A11

Sem choque pelo lado das despesas



Lu Aiko Otta

Como na máxima do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, o ajuste das contas públicas é ele e sua circunstância. Não será o que se espera, mas o que for possível.

Há exasperação nos bastidores da equipe econômica quando o mercado se agita diante dessa constatação. A leitura é que parece haver uma torcida por um choque no orçamento pelo lado das despesas.

Não será bem assim, avisa-se. A opção é por "fazer o ajuste de maneira justa", e não partir para o "tudo ou nada" que parece ser cobrado.

Num governo de DNA avesso à austeridade fiscal, emparedado por taxas modestas de popularidade e sem base de apoio em um Congresso Nacional cada vez mais empoderado, o ajuste fiscal tende a ser feito como o consumo de um prato de mingau quente: pelas bordas e aos poucos.

A velocidade é frustrante. Mas é maior que zero.

Nesse cenário, não foi pouco o que os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, conseguiram na reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva há exata uma semana. O recado mais importante é que o arcabouço fiscal será preservado "a todo custo". As implicações disso investem contra a visão da ala política do governo.

No plano mais imediato, Lula autorizou cortes nas despesas programadas para este ano. O valor será anunciado no próximo dia 22 e funcionará como um termômetro da disposição do governo em cumprir as metas fiscais, como orientou o presidente.

É possível que a tesourada atinja investimentos, o que significa entrar numa zona até então evitada. Na semana passada, falava-se em contingenciamento (feito para cumprir a meta de resultado primário) e bloqueio (feito para cumprir o limite de gastos do arcabouço) que somados chegariam a algo como R$ 10 bilhões, possivelmente mais. Os números estão em refinamento, por isso as estimativas vão variar bastante até a próxima semana.

Em outra colherada do mingau, o presidente deu sinal verde ao aprofundamento das revisões de gastos. Esse trabalho de "pente-fino" nas políticas públicas vinha sendo feito de forma quase solitária pelo Ministério do Planejamento.

Nos debates que antecederam a reunião com Lula, a iniciativa ganhou um apoio mais intenso da Casa Civil. É importante, dada a geografia da Esplanada.

Agora, as ordens para olhar a fundo como são usados os recursos de uma determinada política pública partirão da Casa Civil, que tem um papel de coordenação dos ministérios. É diferente de uma pasta, o Planejamento, tentar escarafunchar as contas de outra no mesmo nível hierárquico.

Uma explicação para essa nova orientação é que o pente-fino é um corte de despesas que passa ao largo de duas coisas que o governo tem evitado: reformas constitucionais e mais sacrifício nos investimentos.

É por fugir do figurino tradicional do ajuste fiscal, que recai sobre as despesas discricionárias e principalmente sobre investimentos, que o corte de R$ 25,9 bilhões pretendido com o pente-fino é considerado nos bastidores uma mudança estrutural no orçamento. É o mais estrutural que a atual circunstância permite.

A terceira colherada envolve o período de 2026 em diante, onde estão as principais dúvidas do mercado quanto à viabilidade do arcabouço fiscal. Nesse campo, estão as propostas que Lula veio descartando ao longo das últimas semanas: desatrelar benefícios previdenciários e assistenciais do ganho real do salário mínimo, alterar as regras que corrigem os gastos mínimos obrigatórios em saúde e educação.

Apesar de não gostar dessas ideias, Lula deu sinal verde para as discussões prosseguirem. Isso já é alguma coisa. Os debates serão feitos com mais calma ao longo das próximas semanas, comenta-se. Não há tema proibido, nem mesmo os que o presidente atacou.

Acabar com as vinculações de despesas do orçamento ao salário mínimo e à arrecadação (como é o caso dos pisos da saúde e educação) iria direto aos pontos que mais pressionam o arcabouço. Mas até os pombos da Praça dos Três Poderes sabem que seria praticamente um suicídio político.

A equipe econômica tem optado, desde o início, por soluções que fogem do tradicional. Não deve ser diferente agora, dadas as circunstâncias.

A primeira fase do ajuste fiscal, apoiada no aumento das receitas, não foi pelo caminho óbvio — e politicamente inviável — de elevar alíquotas ou recriar um tributo sobre transações, como chegou a ser defendido em alas do governo. O time da Fazenda foi buscar impostos e contribuições que não vinham sendo pagos por conta de disputas judiciais e de interpretações de normas tributárias. Tem obtido resultados, mas num ritmo mais lento do que o esperado.

Se tudo correr como o planejado pelo governo, a revisão de gastos vai segurar as pontas da meta fiscal em 2024 e 2025. Para 2026, mudanças estruturais no orçamento serão necessárias e, segundo se fala na Esplanada, Lula está consciente disso.

É uma discussão é incontornável, mas não se sabe quanto poderá ser aprofundada neste governo. A circunstância joga contra.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

Conjuntura Falando para empresários, presidente propõe defesa das regras econômicas e afirma que 'momento de ouro' dos dois países já 'acabou'

É preciso 'estabilidade' e 'previsibilidade', defende Lula na Bolívia

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou nesta terça-feira, 9, um discurso político para reforçar a credibilidade do país perante investidores ao participar de um evento com empresários de Brasil e Bolívia, na cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra. Diante de uma plateia formada por representantes de empresas de ambos os países, Lula afirmou que as palavras-chave para a economia são "estabilidade" e "previsibilidade".

Lula relacionou a necessidade de os dois países buscarem mais estabilidade ao defender que o "momento de ouro" de Brasil e Bolívia "acabou". "Isso [momento de ouro] acabou no Brasil e na Bolívia. E acabou por que há uma mágica em economia? Não, economia não tem mágica. Economia tem algumas palavras-chave que nós não podemos desperdiçar. A primeira palavra mágica para uma economia dar certo é estabilidade e credibilidade política. A segunda palavra-chave para que um país dê certo, para que a economia cresça e tudo fique bem, é preciso estabilidade na economia. A terceira palavra mágica é importante a gente ter estabilidade fiscal. A quarta palavra mágica é importante a gente ter estabilidade jurídica. E a quinta palavra mágica é importante a gente ter estabilidade social", disse o presidente.

A declaração foi dada após falas públicas de Lula terem causado instabilidade no mercado financeiro. Em uma sequência de entrevistas e pronunciamentos desde o fim do mês passado, o petista colocou em dúvida a necessidade de fazer ajustes nas contas públicas pelo lado da despesa e questionou a atuação do Banco Central, o que causou uma escalada do dólar. O movimento foi parcialmente revertido após o petista declarar que a responsabilidade fiscal é um "compromisso" de sua gestão e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciar na semana passada medidas para cumprir as regras do novo arcabouço fiscal.

> Momento de ouro acabou porque não existe mágica na Economia
> *Lula*



Lula com Luis Arce: "Setor produtivo tem plena consciência sobre a importância do Estado democrático de direito"

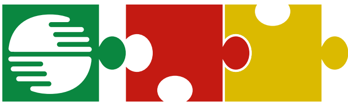
O discurso de Lula ontem foi feito no evento de encerramento do Foro Empresarial Bolívia-Brasil. O presidente brasileiro também alertou os empresários presentes sobre os riscos de o setor produtivo aderir a tentativas de golpes de Estado na América do Sul. O recado foi dado porque, há alguns dias, o presidente da Bolívia, Luís Arce, foi alvo de uma ofensiva golpista envolvendo militares do país. A visita do petista ao país foi um gesto de solidariedade à nação vizinha.

"O setor produtivo tem plena consciência sobre a importância do Estado democrático de direito. Sem estabilidade política e jurídica, não há desenvolvimento social e econômico", disse Lula.

Durante o dia de compromissos públicos, Lula afirmou ainda que a Petrobras pode voltar a ter importância para a Bolívia se não quiser "só ganhar dinheiro". Na avaliação do presidente, a estatal de petróleo pode ajudar na "prospecção", "investigação" e "investimentos" no país vizinho. A União é a principal acionista da Petrobras, mas a empresa, que tem capital aberto, segue regras de governança próprias para definir seus investimentos.

"Fiz questão de trazer a presidente da Petrobras, porque sei a importância que a Petrobras já teve na Bolívia. E ainda pode ter na medida que ela não queira só ganhar dinheiro, ela queira também ajudar na prospecção, na investigação, no investimento", disse Lula.

BNDES disponibiliza crédito de R$ 15 bi para empresas do RS



RECONSTRÓI RIO GRANDE DO SUL

Paula Martini
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibiliza a partir desta quarta-feira (10) as primeiras contratações do crédito emergencial de R$ 15 bilhões para empresas do Rio Grande do Sul.

A oferta abrange empreendimentos de todos os tamanhos, cooperativas, produtores rurais, transportadores autônomos e empresários individuais com negócios em áreas afetadas pelas enchentes.

Os prazos de pagamento são de até dez anos com previsão de períodos de carência. Os repasses serão feitos por instituições parceiras do BNDES.

Empresários vinham cobrando do governo federal a liberação de crédito emergencial desde as primeiras inundações no sul do país. Os R$ 15 bilhões em crédito, operados pelo BNDES, foram anunciados em 29 de maio.

O setor elogia os valores e as taxas de juros oferecidos, mas faz ponderanções sobre as exigências para obtenção do crédito.

"A quantia e as taxas de juros dos empréstimos disponibilizadas pelo BNDES são muito boas, mas têm que chegar às empresas que precisam. Para isso é necessário que tenhamos condições adequadas à excepcionalidade da situação. Isso diz respeito a condicionantes, em especial à exigência da certidão negativa de débito (CND) e das garantias", diz Luiz Carlos Bohn, presidente do Sistema Fecomércio-RS.

"Além disso é preciso flexibilizar exigências ligadas à manutenção de vínculos e localização de novos investimentos", pondera.

O programa prevê financiamentos a negócios que tenham efetivamente sofrido perdas em áreas atingidas pela tragédia ambiental. O critério leva em conta delimitação georreferenciada da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência) e portaria do Ministério da Fazenda.

O crédito conta com três linhas de financiamento que oferecem condições especiais para os beneficiados. São elas: a linha de máquinas e equipamentos; a de investimentos e reconstrução; e a linha voltada para capital de giro.

A linha para aquisição de máquina tem juros de até 0,6% ao mês, prazo de pagamento de até cinco anos, com até um ano de carência. O crédito máximo por cliente é de até R$ 300 milhões.

O crédito para investimento e reconstrução, para construção ou reforma de fábricas, galpões, armazéns e estabelecimentos comerciais, tem taxa de juros de até 0,6% ao mês, prazo de pagamento de até dez anos, com até dois anos de carência, e valor máximo de crédito por cliente de até R$ 300 milhões.

O financiamento para capital de giro tem taxa de juros de até 0,9% ao mês, prazo de pagamento de até cinco anos, com até um ano de carência, e valor máximo por cliente de até R$ 400 milhões. Essa linha tem objetivo de dar apoio financeiro para necessidades imediatas, como pagamento da folha e de fornecedores, recomposição de estoques e demais gastos.

O BNDES já anunciou outras medidas para o Rio Grande do Sul. Entre elas, a suspensão completa de pagamentos por 12 meses e alongamento, pelo mesmo prazo, dos financiamentos para clientes de cidades gaúchas atingidas.

Segundo o banco, a medida representa um alívio financeiro de R$ 6,9 bilhões em prestações. A carteira total no Estado é de R$ 48,1 bilhões. O BNDES também disponibilizou mais de R$ 500 milhões em garantias para novos financiamentos, no âmbito do FGI Peac, com potencial de viabilizar até R$ 5 bilhões em operações.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Proposta de Pacheco altera indexador, congela e parcela R$ 700 bilhões por 30 anos

Projeto favorece Estados em dívida com União

Caetano Tonet, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Julia Lindner
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou, nesta terça-feira (9), o projeto de lei complementar com novas regras para o pagamento da dívida dos Estados com a União. A iniciativa do presidente do Senado altera o indexador e prevê que o valor principal da dívida, em torno de R$ 700 bilhões, deverá ser congelado e parcelado em 30 anos. A maior parte dos débitos são de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O projeto permite aos Estados a negociação de ativos no abatimento do estoque da dívida com a União. O indexador de correção da dívida poderá ser reduzido de IPCA mais 4% para apenas IPCA. Os juros poderão ser abatidos em até dois pontos percentuais com a entrega de ativos. Para isso será preciso que o valor seja superior a 20% do valor total da dívida.

Caso o montante fique entre 10% e 20% o abatimento é de um ponto percentual. A proposta também prevê a dedução de um ponto percentual se o valor correspondente for revertido em investimentos no próprio Estado, nas áreas de educação, infraestrutura e segurança pública e outro ponto percentual destinados ao Fundo de Equalização Nacional, que atenderá a todos os entes, até os não endividados.

Inicialmente, a proposta do Ministério da Fazenda para reduzir os juros da dívida tinha como contrapartida investimentos na ampliação das matrículas no ensino médio técnico. O projeto de Pacheco flexibiliza a alocação desses investimentos, mas apenas para estados que atingirem as metas anuais de desempenho da educação profissional técnica de nível médio. Enquanto o Estado não cumprir esse mínimo, 60% dos recursos serão obrigatoriamente destinados ao desenvolvimento da educação profissionalizante.

Fontes do Ministério da Fazenda avaliam, nos bastidores, que a proposta do Senado "está longe da ideal" e, além disso, distante daquela enviada originalmente pela pasta. Avaliações preliminares internas apontam que, além de prejudicial para a União por haver prejuízos ao fluxo financeiro, o texto não é bom nem mesmo para os Estados que tentam renegociar suas dívidas, como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Questionado sobre o projeto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não havia lido o texto ainda, mas frisou a importância de que a medida não afete as contas federais.

"O objetivo é que não haja impacto nas contas primárias do governo federal. Isso nós precisamos assegurar de qualquer jeito, senão vai gerar uma série de problemas nas contas nacionais e não estamos em condição de errar nesse quesito", disse o ministro a jornalistas.

Pacheco escolheu como relator o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), seu aliado de primeira hora. A expectativa é que a proposta seja votada até o dia 18, quando começa o recesso parlamentar informal.

Apesar da pressa, no plenário, Pacheco pediu a "colaboração" dos senadores e admitiu que ainda não há consenso sobre os pontos com a Fazenda e governadores.

"É um programa sustentável, um projeto muito bem amadurecido juntamente com a Ministério da Fazenda e os governadores. Evidentemente, nem tudo está acordado com a Fazenda, nem tudo está acordado com os governadores. Agora é hora de todos sentarem à mesa para identificar quais os pontos que possam ser melhorados", disse.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

> "Nem tudo está acordado com a Fazenda nem com os governadores"
> *Rodrigo Pacheco*

Na avaliação de fontes do governo, Pacheco pode ter adotado uma estratégia de ampliar os benefícios aos Estados para evitar críticas do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, com quem disputa protagonismo político.

O senador afirmou que, caso os entes endividados consigam aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) e reduzir os 4% dos juros, o montante dos débitos estaduais cairia de R$ 700 bilhões para R$ 672 bilhões. Mesmo com o Executivo abrindo mão de R$ 28 bilhões anualmente, Pacheco defende que a proposta beneficiará a União.

"A União finge que recebe, o Estado finge que paga e a dividia vai aumentando. Nós estamos dando uma forma de equalização. Porque a relação de União com Estados não pode ser de cunho financista. É uma relação federativa. Nós estamos falando de investimentos nos Estados, nós estamos permitindo que a União receba o principal", defendeu.

O projeto prevê ainda a possibilidade de o Estado repassar à União "créditos líquidos e certos" com o setor privado. O trecho possibilita, por exemplo, que o governo de Minas Gerais utilize o restante da indenização da Vale junto ao governo estadual pelo rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho para abater o estoque da dívida. Esse ponto foi visto com ceticismo por integrantes do governo federal, que temem que dívidas de baixa recuperabilidade entrem no pacote.

Durante a elaboração do texto, governadores e parlamentares buscaram colocar na proposta uma negociação com descontos nos juros e no montante principal da dívida. Segundo Pacheco, isso atentaria contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Governadores também defenderam a utilização dos recursos do Fundo de Compensação dos Estados criado na reforma tributária para o abatimento da dívida, mas isso não foi acatado.

Na avaliação de Felipe Salto, ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e atual economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, a proposta do Senado é "muito preocupante". "Na prática, os juros reais poderão cair a zero. O custo será impeditivo para o equilíbrio fiscal, porque perderá fluxos de receitas financeiras e, de outro lado, o arranjo vai estimular gastos com o espaço gerado", avaliou.

"Como se não bastasse, ainda estão criando um fundo de equalização, para o qual será destinado um ponto percentual da redução dos juros dos estados que aderirem. Esse fundo será partilhado com todos os Estados. Claramente, uma maneira de jogar dinheiro pela janela", criticou.

Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos, reconhece a importância de o governo federal, que tem mais capacidade do que os Estados de contrair dívidas, atuar como uma espécie de "emprestador de última instância". Mas diz que, em uma "primeira análise", a proposta de Pacheco "tem uma série de problemas", sendo alguns recorrentes. Um exemplo é a ausência de "contrapartidas significativas que permitam ajustes e reformas" para que os entes melhores a sua situação fiscal.

Mais sobre dívida dos Estados na página A4

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Os economistas Alberto Borges e Tânia Villela, do Compara Brasil: dívida dos governos regionais deve continuar estável ao menos no curto prazo

Contas públicas Levantamento mostra que gasto dos Estados com pagamentos à União é semelhante ao do período anterior à covid

Estável, serviço da dívida abre espaço para investimentos

Marta Watanabe
De São Paulo

A despesa com serviço da dívida do agregado dos Estados ficou praticamente estável em termos reais em relação ao período pré-pandemia e ajudou a dar mais espaço para os investimentos. Antes da crise sanitária os valores dos investimentos estaduais ficavam abaixo da despesa total com dívida dos Estados. Em 2018, o serviço da dívida foi de R$ 65,6 bilhões e, mesmo em ano de eleições estaduais, os investimentos ficaram em R$ 57,4 bilhões, em valores atualizados até maio de 2024.

Após uma virada em 2020, os investimentos alcançaram em 2022, também ano de eleições, R$ 123,4 bilhões, mais que o dobro dos R$ 58,4 bilhões pagos em serviço da dívida. Em 2023 a diferença caiu, mas com investimento agregado de R$ 96 bilhões, bem acima dos R$ 63,4 bilhões gastos com dívida.

É nesse cenário que a renegociação da dívida dos Estados com a União se intensifica, com discussão que vai além da troca do indexador e chega a propostas para amortização do montante devedor (*ver a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na página A3*). Estados pleiteiam reduzir a indexação da dívida com a União, hoje de IPCA mais 4%.

A ideia é que a diferença seja aplicada em investimentos. Estão em discussão áreas como educação, infraestrutura e segurança pública, mas Estados querem também que isso alcance despesas de custeio. Especialistas ressaltam a dificuldade de consenso e o risco de um desfecho contratar despesas obrigatórias à frente.

Os dados de gastos com dívida e investimentos foram levantados pelo Compara Brasil com base nos relatórios resumidos de execução orçamentária entregues pelos Estados ao Tesouro Nacional. Foram consideradas despesas empenhadas com amortizações, juros e encargos da dívida, excluídos os gastos intra-orçamentários.

Para o economista Alberto Borges, do Compara Brasil, caso fossem mantidas as condições atuais, a despesa com serviço da dívida tenderia a permanecer relativamente estável no cômputo do total dos Estados, ao menos no curto prazo. Os investimentos podem experimentar nova rodada de alta em 2025 e 2026, nos dois últimos anos do mandato dos atuais governadores, período em que, dado o ciclo eleitoral. Os investimentos poderão se beneficiar, nesse período, de relativa disponibilidade de caixa positiva e de maior receita de operações de crédito, avalia ele.

A disponibilidade de caixa total dos Estados, já corrigida pela inflação, foi de R$ 85,8 bilhões, em 2022, e de R$ 68,2 bilhões , em 2023, menciona Borges. Os dados consideram recursos não vinculados, já descontados os restos a pagar não processados. Além disso, as receitas de operações de crédito devem fazer maior diferença.

Ele observa que as receitas de operações de crédito dos Estados teve em 2023 volume recorde considerando-se os últimos seis anos, alcançando R$ 17,7 bilhões em 2023. "Os dados do primeiro quadrimestre deste ano apontam a continuidade do crescimento desse recurso quando comparado ao mesmo período de 2023", diz. Foram R$ 5,2 bilhões de janeiro a abril deste ano contra R$ 1,8 bilhão de 2023, "o maior valor do período para os últimos sete anos."

Tânia Villela, economista do Compara Brasil, lembra que nos últimos quatro anos alguns fatores influenciaram fortemente as despesas estaduais de investimento e serviço da dívida. Ainda que acompanhando o ciclo eleitoral, o patamar dos investimentos aumentou após a pandemia da covid-19, favorecido por disponibilidade de caixa maior, explica Villela. Transferências extraordinárias da União para fazer frente aos impactos econômicos da crise, suspensão do pagamento da dívida, restrição a aumento de gastos com pessoal e receitas favorecidas por choques de commodities melhoraram o caixa dos Estados e puxaram o investimento. Considerando os dois mais recentes períodos pré-eleitorais, os investimentos do agregado dos Estados avançaram 114% em termos reais de 2018 para 2022.

Já a evolução do pagamento do serviço da dívida caiu de R$ 73,1 bilhões em 2019 para R$ 47,57 bilhões em 2020. Houve, em 2020, a suspensão do pagamento da dívida dos Estados com a União em razão da pandemia. Em 2021 a despesa com dívida se recuperou em parte, para R$ 67,84 bilhões, mas há nova queda no ano seguinte, para R$ 58,35 bilhões, em valores atualizados até maio.

> Eventual acordo deveria envolver STF para equilibrar relação entre devedor e credor
> *Manoel Pires*

Em 2022 os Estados perderam arrecadação em razão de corte de ICMS estabelecido pelo governo federal. Alguns, como São Paulo, obtiveram liminares para compensar a perda no pagamento da dívida com a União, o que afetou essa despesa agregada. .

Os dados do Compara Brasil também mostram que 59,7% da dívida consolidada agregada é de reestruturação, o que abarca a dívida que foi renegociada com a União. Boa parte teve origem em reestruturação feita em 1997 quando, endividados, os Estados buscaram socorro da União. O governo federal assumiu o total devedor e tornou-se credor dos Estados. Nova renegociação ocorreu em 2014 e resultou na troca do indexador. O IGP-DI mais juros de 6% a 9% ao ano deu lugar a IPCA mais 4%.

São Paulo é o Estado com maior despesa relacionada à dívida total consolidada, considerando o pagamento de amortização, juros e encargos. Segundo o Compara Brasil, em 2023 essa despesa em São Paulo foi de 10,4% da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo do limite de endividamento.

Em maio o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou um pacote de medidas que, segundo ele, deve render R$ 20 bilhões em espaço fiscal a São Paulo. Desse total, declarou, R$ 4 bilhões viriam da redução do indexador da dívida com a União, de IPCA mais 4% para IPCA mais 2%.

"São Paulo tem condição fiscal para gerar arrecadação e pagar o serviço da dívida que tem. Estamos fazendo isso", diz Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda paulista. A dívida com a União, relacionada à reestruturação de 1997, diz, é de cerca de R$ 280 bilhões. O serviço da dívida em 2024, observa, deve ficar entre R$ 18 bilhões e R$ 19 bilhões.

Kinoshita diz que o Estado busca maior racionalidade em relação à aplicação das amarras criadas pelo governo federal depois do problema nas contas estaduais na década de 1990. "São Paulo teria capacidade de tomar dívida a bom preço. Temos capacidade fiscal, mas no modelo brasileiro atual o Estado fica tolhido. Temos grandes projetos, mas não conseguimos aprovação na Cofiex", diz, citando a Comissão de Financiamentos Externos, órgão colegiado que analisa projetos do setor público com financiamento externo garantido pela União.

Manoel Pires, economista e coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), diz que a despesa com serviço da dívida em relação à RCL é baixa em alguns Estados porque não pagam a despesa com a União ou paga só parte, seja porque aderiram ao RRF ou porque obtiveram liminares.

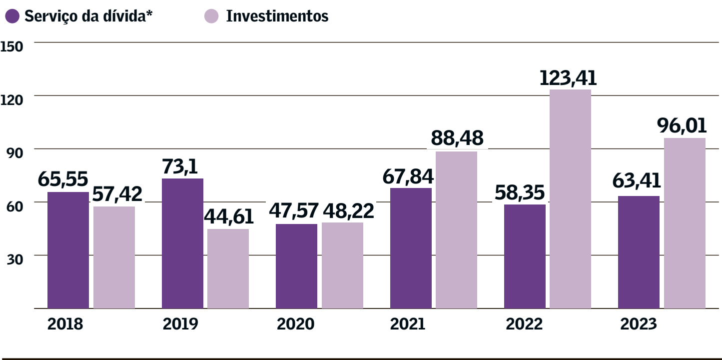
"Como o STF tende a conceder liminares para suspender o pagamento da dívida, a posição negocial da União é prejudicada", comenta. Estados com maiores dívidas, diz, com exceção de São Paulo, já contam com alívio para pagar a dívida, o que tira parte da urgência para resolver a questão. Os com maiores dívidas — São Paulo, Minas, Rio e Rio Grande do Sul — são governados por partidos de oposição, o que dificulta a negociação e um consenso com a União, observa.

Pires diz que em meio à negociação houve propostas de Estados defendendo indexação muito baixa, que levaria a juros reais negativos. Ele também questiona a proposta de usar ativos estaduais para amortizar dívida (como propõem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco). "A União não deveria ter interesse em administrar esses ativos."

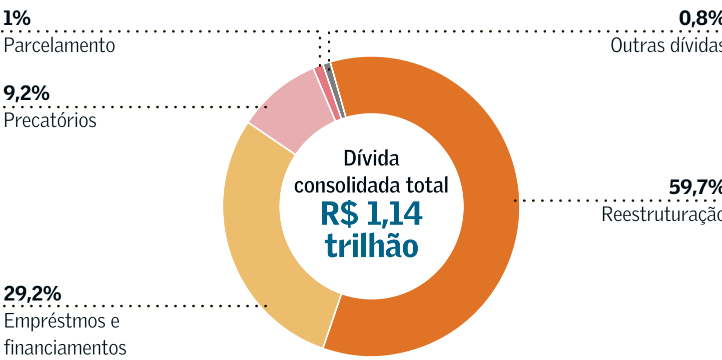
Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, observa que, na negociação do indexador da dívida, o que era inicialmente uma proposta de "juros por educação" tende a se estender para juros por investimentos em infraestrutura. "Pela forma como o debate tem caminhado no Congresso, teremos mais gastos com investimentos. Deve haver uma piora de gastos nos Estados." Isso, diz, pode não só acontecer por maior pressão de investimentos no resultado fiscal mas também mais à frente, em razão da criação de gastos correntes que muitas vezes resultam da expansão de investimentos.

Para Pires, o desfecho das negociações deveria envolver também o STF, para que o Judiciário chancele o acordo de forma a levar os Estados a honrar a dívida, equilibrando a relação entre credor e devedores.

Despesa com dívida versus investimentos
Valores atualizados pelo IPCA de maio/2024 - R$ bilhões



Por dentro da dívida consolidada dos Estados (Composição em 2023 - %)



Poupança versus despesa com dívida
Indicadores selecionados dos Estados no ano de 2023 - %

Estado	Indicador de poupança**	Despesas com a dívida*/RCL***
São Paulo	3,5	10,4
Piauí	5,9	8,7
Ceará	3,9	8,4
Alagoas	4,5	7,8
Amapá	13,8	6,7
Amazonas	2,1	6,6
Acre	3,3	6,1
Paraná	9,5	5,8
Bahia	7,7	5,4
Mato Grosso	14,9	5,3
Santa Catarina	10,7	5,2
Pernambuco	2,6	5,2
Minas Gerais	5,8	4,3
Tocantins	7,7	4,2
Mato Grosso do Sul	10,7	4,2
Rio Grande do Sul	7,6	3,7
Rio de Janeiro	5,9	3,7
Sergipe	10,7	3,5
Espírito Santo	17,5	3,5
Distrito Federal	9,9	3,1
Maranhão	10,5	2,8
Roraima	6	2,8
Rio Grande do Norte	3,7	2,7
Pará	9,5	2,7
Goiás	13,2	2,4
Paraíba	14,7	2,2
Rondônia	12,4	1,3
Total	7	5,8

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) dos Estados, com elaboração do Compara Brasil (comparabrasil.com) * Despesa empenhada com amortizações, juros e encargos da dívida, excluídas as despesas intra-orçamentárias. **Indicador de poupança = 100% -((despesas correntes + despesa com amortização da dívida)/receitas correntes). ***RCL ajustada para cálculo dos limites de endividamento

Varejo cai em junho, mas semestre é positivo, indica Stone

Alessandra Saraiva
Do Rio

As vendas do comércio subiram 0,3% no primeiro semestre, na leitura do Índice de Atividade Econômica Stone Varejo, cujo resultado de junho foi antecipado ao **Valor**. Em junho, as vendas caíram 0,1%, ante maio. Para o pesquisador e cientista de dados da Stone Matheus Calvelli, responsável pelo indicador, o resultado pode ser considerado estabilidade. "Acho que é um ponto positivo fecharmos o semestre com crescimento. Isso indica resiliência do varejo", afirmou.

O cenário macroeconômico ajudou o varejo a terminar o semestre em alta, confirmou o especialista, com queda da inadimplência e alta da massa salarial.

Calvelli pontuou que, no caso de vendas de pequenos comerciantes, o impacto positivo é mais difícil de mensurar. "Mas, de maneira geral, o cenário macroeconômico é bom, apesar de ruídos em relação à outros fatores", disse.

O saldo positivo do comércio no primeiro semestre, não significa que todas atividades terminaram com vendas em alta no período. Entre os destaques positivos, Calvelli citou artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, com aumento de 2,4% nas vendas ante o primeiro semestre de 2023. Foi o melhor desempenho entre os segmentos. A alta ocorreu a despeito de um aumento no preço dos medicamentos, comentou.

Entre os destaques negativos está o setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com 1,2% de queda.

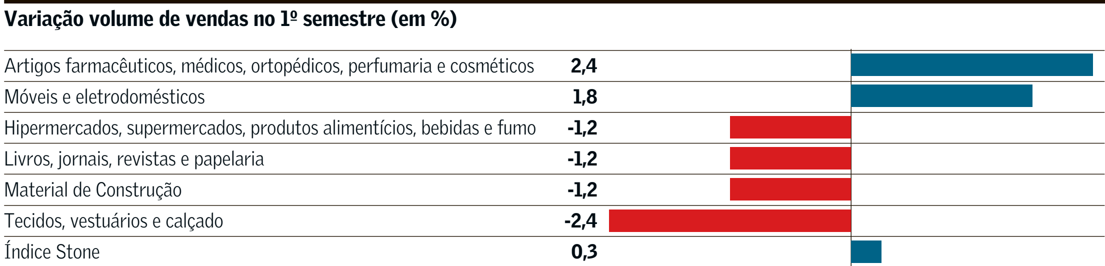
"O setor alimentício oscilou bastante o semestre inteiro", afirma Cavelli. "Isso é explicado por inflação do setor de alimentos."

Outro destaque foi a evolução regional do índice. O Rio Grande do Sul apresentou melhora generalizada no comércio em junho, depois da crise causada desde o fim de junho pelas enchentes no Estado. No mês passado, as vendas subiram 7% ante junho de 2023 no Estado. Entre os dez Estados com aumento de vendas na mesma comparação, só Maranhão teve alta maior (9,1%). Mesmo com o desempenho de junho, a crise fez com que o varejo gaúcho encerrasse o semestre com queda de 0,8% nas vendas.

Questionado se até junho o comércio dá sinais de quadro positivo até fim do ano, o economista foi cauteloso. "No primeiro semestre, não vemos variações gerais maiores do que 2% tanto para cima quanto para baixo", disse. "Eu nunca vi seis meses tão em linha reta como vimos agora no primeiro semestre", afirmou. "Não conseguimos dizer se vai crescer para a frente. Mas acho que o segundo semestre sinaliza que vai ser de vendas estáveis. Temos mais razões hoje para acreditar nisso do que apostar em piora ou melhora."

O Índice de Atividade Econômica Stone Varejo é uma iniciativa da Stone, empresa de tecnologia e serviços financeiros, com o Instituto Propague. O indicador tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (Fed, BC dos EUA). São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

Remédios, móveis e eletrodomésticos em alta
Produtos lideraram aumento de vendas do comércio no semestre



Fonte: Stone e Instituto Propague



Brasil pode perder competitividade com Imposto Seletivo sobre mineração

Cobrança em discussão no Congresso promete reduzir exportações no país, aumentar o preço dos produtos e prejudicar as vantagens na transição energética



A oneração causaria aumento de custos para um amplo grupo de indústrias que utilizam o minério como insumo

© FOTOS GETTY IMAGES

A reforma tributária aprovada em dezembro do ano passado instituiu no Brasil o Imposto Seletivo (IS), um tributo existente em muitos países com o propósito de desestimular ou compensar os prejuízos provocados sobretudo à saúde e ao meio ambiente por determinados produtos. Cigarros e bebidas alcoólicas estão entre os itens mais taxados pelo tributo que também é chamado de Imposto do Pecado.

Mas o Brasil corre o risco de se tornar o único país do mundo a cobrar o IS do setor de mineração, uma medida que pode provocar diversos prejuízos à economia nacional, incluindo perda de competitividade às exportações e aumento de preços de eletrodomésticos, veículos, insumos da construção civil e itens essenciais à transição energética.

A previsão de cobrança do IS sobre a mineração foi incluída na reforma tributária, e sua aplicação será discutida no Congresso Nacional nas próximas semanas. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) vem colaborando nesse debate com dados e argumentos que mostram os riscos que a cobrança acarretaria ao país.

"Caso o Imposto Seletivo seja aplicado também sobre as exportações dos minerais, o impacto será devastador para a competitividade internacional dos nossos produtos minerários", afirma o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann. "Um levantamento da consultoria EY mostra que o Brasil já possui a maior carga tributária sobre a produção de dez minerais entre os seis maiores produtores de commodities do mundo. A oneração do setor por mais um tributo deixaria o país ainda menos competitivo frente aos seus principais concorrentes."

A mineração ocupa posição de destaque na economia brasileira, empregando quase 2,5 milhões de pessoas ao longo de sua cadeia produtiva e representando 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2023, o setor gerou R$ 248 bilhões em receitas e quase US$ 43 bilhões em exportações, proporcionando um saldo comercial positivo de US$ 31,95 bilhões ao setor. O valor representou 32% do saldo total da balança comercial brasileira.

No mesmo período, a indústria da mineração recolheu R$ 85,6 bilhões em tributos e encargos, incluindo R$ 6,9 bilhões de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem). A cobrança de um novo tributo sobre a atividade compromete o futuro desses resultados.



"Caso o Imposto Seletivo seja aplicado também sobre as exportações dos minerais, o impacto será devastador para a competitividade internacional dos nossos produtos minerários"

RAUL JUNGMANN
Diretor-presidente do Ibram

ONERA EXPORTAÇÕES

O presidente do Ibram argumenta que o IS, um tributo projetado para reduzir ou desestimular o consumo de bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, é incompatível com a mineração, como atesta a experiência internacional. Segundo Jungmann, a imposição desse imposto às exportações, como vem sendo proposta, contraria os fundamentos da política de comércio internacional e os objetivos da própria reforma tributária, que buscou não onerar as exportações.

A cobrança, não sendo beneficiada por compensação tributária aos exportadores, reduziria a competitividade do Brasil no mercado internacional, impactando negativamente a economia, a geração e manutenção de empregos e a entrada de divisas no país. Um estudo da LCA Consultores mostrou que a aplicação do IS provocaria uma perda aproximada de R$ 736 milhões nas exportações brasileiras de minério de ferro.



A oneração também causaria aumento de custos para um amplo grupo de indústrias que utilizam o minério como insumo, de setores como construção civil, produção de veículos, utilidades domésticas, alimentos enlatados e embalagens, gerando aumento de preços no mercado interno e redução da competitividade internacional desses segmentos.

Outro ponto de conflito, aponta o presidente do Ibram, diz respeito à natureza do imposto, originalmente destinado a produtos finais, como bebidas alcoólicas e cigarros. No caso do minério de ferro, ele incidiria sobre um insumo primordial nas cadeias produtivas, sem substitutos viáveis, gerando um efeito de cumulatividade tributária contrário aos objetivos da reforma tributária.

A aplicação do Imposto Seletivo sobre a mineração, pontua Jungmann, também afetaria a transição energética. "A mineração é a indústria das indústrias, insumo para tudo", ressalta ele.

"Sem o aço, que é feito do minério de ferro, não temos carro elétrico, aerogeradores ou placas solares. Por sua vez, todos esses equipamentos importantes para a transição energética demandam os chamados minerais críticos e estratégicos, como lítio, nióbio, terras-raras e cobre. Ou seja, a mineração brasileira tem um papel estratégico para tornar o Brasil o principal protagonista para a transformação energética pela qual o mundo precisa passar", diz Jungmann

De acordo com a Agência Internacional de Energia, os investimentos voltados à transição energética devem somar U$S 1,2 trilhão no mundo até 2030. O encarecimento das cadeias produtivas brasileiras pela inclusão do IS na mineração pode reduzir a atração de parte desses recursos ao país.

"O Brasil tem elevada vocação mineral, com províncias minerais espalhadas por todo o território, mas é preciso dar condições para que esse mercado se desenvolva com segurança jurídica e fiscal", alerta Jungmann. "Criar esse ambiente tributário só irá afastar novos investimentos, levando o país a perder a oportunidade de liderar a transição energética no mundo."

OS RISCOS DA CRIAÇÃO DO IS SOBRE O SETOR



PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Relações externas Grupo de trabalho busca conexão entre educação digital e desenvolvimento

G20 debate IA, ensino sustentável e desinformação

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN

Victoria Netto
Do Rio

Educação sustentável, inteligência artificial e desinformação estiveram entre os principais temas debatidos nesta terça-feira (9) em reunião do Grupo de Trabalho de Educação do G20, coordenado pelo MEC durante a presidência rotativa do Brasil, segundo o assessor especial para assuntos internacionais do Ministério da Educação, Francisco Figueiredo de Souza.

O representante antecipou os principais pontos em coletiva de imprensa no Rio, enquanto as contribuições finais não são divulgadas. Este foi a segunda de três reuniões presenciais previstas para o GT, e abordou o compartilhamento de material pedagógico sobre desenvolvimento sustentável.

A primeira reunião aconteceu em maio, em Brasília, e tratou da valorização dos profissionais da educação, em especial os professores. A terceira será em outubro, em Fortaleza, e tratará do engajamento entre escola e comunidade.

Souza destacou que o G20 é um grupo desigual entre si e que as conversas entre os Estados-membros levam essa realidade em consideração. Ele lembrou ainda que os temas debatidos no GT estão alinhados às prioridades do Brasil no fórum: desenvolvimento sustentável; combate à fome e à desigualdade; e reforma dos organismos internacionais.

"Quando falamos em desenvolvimento sustentável, consideramos as três dimensões: ambiental, econômica e social. É no eixo sócio-econômico que entra o tema da desigualdade também. O grande legado da Rio 92, reunião histórica que essa cidade sediou, foi o conceito do desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões inseparáveis."

O assessor especial do MEC observou ainda que a educação para o desenvolvimento sustentável é um tema novo e que um dos desafios é descobrir vias para levar o conteúdo até o corpo docente e para a sala de aula.

Souza também explicou como é a dinâmica dos encontros. Após cada país apresentar uma política sobre o tema da reunião na segunda-feira, foram criados quatro subgrupos menores para a troca de ideias e experiências. Ontem (9), cada um apresentou os relatórios para o grupo todo.

"Estamos em busca de consenso, o G20 é uma coalizão do que os países pretendem fazer juntos", pontuou. "Uma preocupação que vemos em outros países é como pensar o uso da IA para apoiar as atividades administrativas das escolas e retirar a carga de trabalho do professor para dar tempo ao que ele precisa mais fazer, que é engajar no ensino aprendizagem dos seus alunos".

Souza afirmou que também há uma preocupação relacionada à desinformação. Ele citou como exemplo a mudança do clima, tema sobre o qual há crescente produção de informações falsas na internet e em redes sociais.

"As plataformas de conteúdo pedagógico são uma fonte com informações de qualidade, baseadas na ciência e nas experiências de sala de aula. Temos conversado sobre como usar cada vez mais essas ferramentas, inclusive quando se trata de IA, para treiná-la com base em dados confiáveis e combater a desinformação", disse.

ANP se prepara para regular hidrogênio

Kariny Leal
Do Rio

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem se preparado para começar a regular o mercado de hidrogênio, mas, segundo o diretor-geral da agência, Rodolfo Saboia, a falta de recursos da agência pode ser um entrave para esse trabalho. Saboia afirmou ontem que a reguladora está "como um jogador esperando para entrar em campo" no assunto do hidrogênio, enquanto a agência se prepara para atuar no mercado, mas ainda precisa do mandato.

"A ANP está observando os acontecimentos do desenrolar das definições da regulação do hidrogênio e inserção na matriz energética brasileira", disse, ao se apresentar em evento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) na terça-feira (9). "Está previsto que a ANP receba a atribuição de executar a regulação do hidrogênio, mas estamos na situação do jogador esperando para entrar em campo e não pode fazer nada ainda, tem que se conter."

Segundo ele, que conclui a gestão na agência em 22 de dezembro deste ano, os servidores da ANP estão se preparando e se qualificando por conta própria para serem especialistas sobre hidrogênio. "A agência precisa aguardar o mandato legal, que tem que ser incorporado para despender os recursos, que são escassos no momento para capacitar pessoal."

Os servidores da ANP têm reforçado nos últimos meses que a agência passa por um momento de escassez de recursos. Segundo Saboia, não é possível precisar quais operações específicas são atrasadas por conta da situação, mas o diretor-geral afirma que existe uma fila de demandas que fica represada. "Existe um parecer do TCU [Tribunal de Contas da União], por exemplo, dizendo que a falta de pessoal impacta na regulação do novo mercado de gás. Não temos concurso público desde 2015. Orçamento está declinante há mais de dez anos."

> Brasil pode desenvolver mercado interno importante para uso energético do hidrogênio
> *Emílio de Miranda*

Especialistas do setor que também participaram do evento da Firjan concordaram com a necessidade de avançar com a regulação do mercado de hidrogênio. Paulo Emílio Valadão de Miranda, presidente da Associação Brasileira de Hidrogênio (ABH2) e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirmou que é necessário fortalecer o mercado interno brasileiro para que o país possa se tornar um exportador de hidrogênio no futuro: "O Brasil tem condições de desenvolver um mercado interno importante para uso energético do hidrogênio, que ajudará a descarbonizar as atividades da sociedade."

O projeto de lei que regulamenta o chamado hidrogênio verde, com baixa emissão de carbono, foi aprovado no Senado em 3 de julho e, por ter sido modificado, voltará à Câmara dos Deputados, que poderá rever as decisões. O Senado incluiu a possibilidade de o hidrogênio ser produzido a partir da geração hidrelétrica, etanol, biogás e biometano. O texto original só previa geração solar e eólica.

LEO PINHEIRO/VALOR

Rodolfo Saboia: "A agência precisa aguardar o mandato legal"

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	**mai/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**jun/24**	**mai/24**	**dez/23**	**jun/23**
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**abr/24 Valor**	**abr/24 % do PIB**	**mai/23 Valor**	**mai/23 % do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br



Com foco em infraestrutura, BNB aplica R$ 26,7 bi no setor em três anos

Energia renovável e saneamento são oportunidades de financiamento identificadas pelo banco em sua área de atuação



© FOTOS: DIVULGAÇÃO

De 2021 e 2023, o BNB emprestou R$ 7,96 bilhões para projetos de energia eólica

Nesta quinta-feira (dia 11), um evento reunirá um público seleto em São Paulo para discutir as oportunidades e os impactos positivos dos investimentos em infraestrutura e saneamento básico no Nordeste. Com apoio do Banco do Nordeste (BNB) e realização do Valor e da Editora Globo, o debate contará com a presença do presidente do BNB, Paulo Câmara, e de outros especialistas no assunto.

O BNB é um dos principais provedores de capital na região, oferecendo desde microcrédito até empréstimos para projetos de infraestrutura com as melhores condições de prazo e juros do mercado. "Temos grande expertise e atendemos a todos os segmentos produtivos", afirma o diretor de Planejamento do banco, José Aldemir Freire. "Mas definimos algumas áreas como mais prioritárias."

Na infraestrutura, setor para o qual o banco destinou R$ 26,7 bilhões nos últimos três anos, o segmento de energia vem ganhando cada vez mais relevância nos últimos anos. Entre 2021 e 2023, o BNB emprestou um total de R$ 17,89 bilhões para energia limpa, sendo R$ 7,96 bilhões para projetos de energia eólica e R$ 9,93 bilhões para energia solar. Projetos de transmissão e distribuição receberam R$ 1,46 bilhão. Segundo Freire, esse setor será um dos focos do Banco, incluindo projetos voltados à produção de hidrogênio verde e eólicas offshore.

Outro setor importante é o de saneamento básico, que tem alto impacto nas condições de saúde da população e vem despertando grande interesse do setor privado. De 2021 a 2023, foram R$ 2,97 bilhões investidos em projetos dessa natureza.



"Temos grande expertise e atendemos a todos os segmentos produtivos"
JOSÉ ALDEMIR FREIRE
Diretor de Planejamento

No agronegócio, o BNB é responsável hoje por 49% do crédito rural e 90% do crédito para agricultura familiar na região e pretende aumentar sua participação na oferta de capital para projetos relacionados a atividades como a produção de grãos no Cerrado, de frutas no Vale do São Francisco e de cana-de-açúcar e etanol na Zona da Mata. Todos esses projetos demandam mais infraestrutura de armazenamento e transporte.

Por esse motivo, investimentos em logística, incluindo portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, também vêm recebendo atenção especial do banco, assim como aqueles direcionados ao setor de turismo, que proporcionam alto retorno em geração de emprego e renda.

REDUZIR CUSTO DE CAPITAL

Para atender a um grande número de projetos, observa o diretor de Planejamento, o BNB adota um limite de financiamento por grupo econômico. "A medida visa garantir que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) atue como um componente para reduzir o custo do capital, em vez de ser o principal financiador de cada projeto", explica Freire. Ao diversificar o alcance dos recursos, ele pontua que o banco pode distribuir melhor o financiamento e incentivar um maior número de iniciativas, promovendo assim um desenvolvimento mais equilibrado e abrangente no Nordeste.

Os juros oferecidos pela instituição estão entre os melhores do mercado. Os prazos também estão entre os mais longos disponíveis no país, podendo chegar a 34 anos para projetos de saneamento.

O banco também se destaca pela maturidade da sua governança corporativa. O diretor de Controle e Risco, Leonardo Cruz, aponta os procedimentos rigorosos que o banco adota para garantir a transparência, a lisura e a sustentabilidade de suas operações, como sua política de segregação de funções e a prática de decisões colegiadas. "Temos a participação de inúmeros atores no processo de concessão de crédito, mitigando os riscos", ressalta Cruz.



"Contamos com a participação de inúmeros atores no processo de concessão de crédito, mitigando os riscos"
LEONARDO CRUZ
Diretor de Controle de Risco

Ao mesmo tempo que desempenha a missão de contribuir para o desenvolvimento do Nordeste de sua área de abrangência, o BNB busca preservar a rentabilidade de suas operações e fortalecer sua própria sustentabilidade. Os resultados mostram que a instituição se mantém firme nesse caminho, tendo apresentado no último ano um índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) superior a 20%, equiparável ao dos grandes bancos do país.

CONCESSÕES E PPPS

Diante do aumento da demanda por financiamentos, o banco vem buscando diversificar também as fontes de recursos, em complemento ao FNE, que deve atingir R$ 50 bilhões anuais nos próximos anos. Por meio de acordos com organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e o New Development Bank – NDB, tem atraído novos recursos para investimentos de longo prazo na região.

Outra iniciativa de destaque é a criação de uma área do banco voltada à estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para a região. O trabalho é realizado em ação conjunta com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) do governo federal e o BID e busca atender à crescente demanda de estados e municípios por estruturadores de concessões e PPPs.

Com o início da estruturação dos primeiros projetos ainda este ano, o BNB planeja não apenas desenvolvê-los, mas também atuar no financiamento dessas concessões, promovendo assim o desenvolvimento econômico e a infraestrutura regionais. O Nordeste tem se mostrado uma região com muitos projetos economicamente viáveis, e a parceria público-privada tem se mostrado uma solução estratégica.



Total de empréstimos com recursos do FNE concedidos pelo BNB entre 2021 e 2023

- TOTAL DESTINADO À INFRAESTRUTURA: **R$ 26,7 bilhões**
- TOTAL ENERGIA RENOVÁVEL: **R$ 17,89 bilhões**
- ENERGIA EÓLICA: **R$ 7,96 bilhões**
- ENERGIA SOLAR: **R$ 9,93 bilhões**
- TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO: **R$ 1,46 bilhão**
- SANEAMENTO: **R$ 2,97 bilhões**


ANA FONTES
FUNDADORA E CEO DA REDE MULHER EMPREENDEDORA
E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

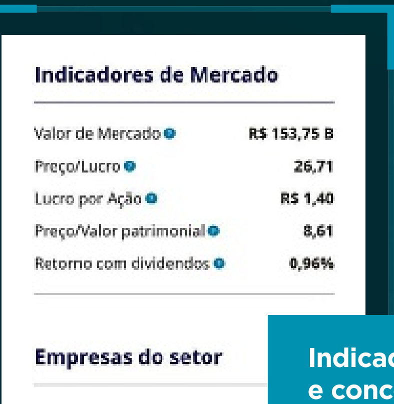


	2021	2022	Var.	2023	Var.
Receita líq. de vendas e serviços (+)	23.563,3	29.904,7	27%	32.503,6	9%
Custos (-)	-16.602,4	-21.209,2	-28%	-21.702,7	-2%
Despesas operacionais e outros resultados (-)	-2.802,6	-3.643,9	-30%	-4.338,9	-19%
Receitas com participações (+/-)	0,0	0,0	-	0,1	-
Lucro operacional ou Ebit (=)	4.158,3	5.051,6	21%	6.462,1	28%
Receitas e despesas com juros (+/-)	171,7	64,1	-63%	128,7	101%
Tributos (-)	-672,6	-842,8	-25%	-723,2	14%
Lucro líquido dos acionistas (=)	3.657,5	4.272,9	17%	5.867,6	37%

*Valores em milhões - Consolidado - IFRS   Fonte: CVM V.1



Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Valor Econômico | Valor EMPRESAS 360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

Congresso Novo parecer pode ser apresentado, mas a tendência é que os principais pontos de polêmica sejam decididos no plenário

Câmara começa a analisar PL que regulamenta reforma

Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados começa a discutir e votar o mérito do principal projeto de lei que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024) da taxação sobre o consumo nesta quarta-feira (10), a partir das 10h. A expectativa é que a apreciação seja concluída até, no máximo, quinta-feira (11), quando os parlamentares devem dar início ao recesso informal.

Um novo parecer pode ser apresentado antes da votação, mas a tendência é que os principais pontos de polêmica — como desoneração das carnes e inclusão de armas no Imposto Seletivo — sejam decididos no plenário, por meio do voto.

Na noite de terça-feira, os parlamentares aprovaram o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do texto. Foram 322 votos a favor, 137 contra e 3 abstenções.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já havia pedido na semana passada urgência constitucional para a proposta. Havia dúvida entre os líderes se haveria a necessidade de votar também o requerimento de urgência ou se o projeto poderia ir direto para apreciação do mérito. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu cumprir o trâmite para evitar questionamentos.

Segundo fontes, a votação serviu também para que Lira tivesse um termômetro sobre a disposição dos partidos em votarem a matéria. A urgência teve 65 votos além do necessário para ser aprovada. Somente os partidos Novo e PL, Minoria e Oposição orientaram contra.

O parecer sobre o projeto enviado pelo governo foi apresentado na quinta-feira da semana passada (4) por um grupo de trabalho criado por Lira. Até a noite de terça, os deputados negociavam mudanças. O maior impasse é em relação a inclusão ou não das proteínas animais, como a carne, na cesta básica desonerada. Atualmente, essas proteínas pagarão alíquota de 40% da padrão.

Uma alternativa que está sendo desenhada é aumentar o "cashback" das carnes às famílias carentes. O "cashback" é um mecanismo já previsto na reforma para devolver tributos pagos a famílias inscritas no Cadastro Único do governo federal. A opção é cogitada porque incluir as proteínas animais na cesta básica que não paga tributo teria um impacto de 0,53 ponto percentual (p.p.) na alíquota padrão de referência, calculada em 26,5%. É uma das diretrizes dos líderes da Câmara fazer mudanças que não aumentem essa alíquota.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad o "cashback" tem um efeito distributivo importante e aumentar a devolução para quem não pode pagar carne está em negociação.

Outro assunto polêmico, a entrada da arma no Imposto Seletivo deve ser definida no voto durante a apreciação no plenário da Casa. A solução reflete o fato de se tratar de uma decisão política.

Também está em estudo pelos parlamentares que as contas de água e luz tenham um "cashback" de 100% do imposto federal para a população mais pobre. O projeto enviado pelo governo prevê devolução de 50% do tributo federal e 20% do imposto dos Estados e municípios.


MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS
Lira: presidente da Câmara seguirá trâmites para evitar questionamentos

Além disso, os parlamentares estariam avaliando que medicamentos tarjados tenham alíquota zero, o que representaria um impacto de 0,21 p.p. na alíquota padrão de referência.

Na semana passada, o grupo de trabalho (GT) criado por Lira para apresentar o parecer sobre o projeto de lei trouxe dezenas de mudanças, que serão avaliadas nesta quarta. Um novo parecer pode ser apresentado ainda nesta quarta, mas, segundo apurou o **Valor**, a tendência é de poucas mudanças e que a maioria das recomendações seja transformada em emendas, que podem ser acatadas ou não. Algumas delas, se rejeitadas, podem virar destaque.

A jornalistas, Haddad falou que espera "votação expressiva" do projeto, "como na Emenda Constitucional". Ele destacou que Lira está liderando um processo complexo com a reforma tributária.

Parecer que cria comitê-gestor deve ficar para o 2º semestre

De Brasília

Apesar dos esforços do grupo de trabalho para finalizar o parecer do projeto (PLP 108/2024) que cria o comitê-gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a tempo de ser analisado antes do recesso parlamentar, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), admitem que a tendência é que o tema fique apenas para o 2º semestre.

O objetivo do eventual adiamento é que a proposição não tumultue o andamento da principal proposta (PLP 68/24) que regulamenta a reforma tributária. O processo de discussão e votação do texto principal começará nesta quarta-feira (10), às 10h.

Na terça, o presidente da Câmara e líderes decidiram que a Casa terá funcionamento em duas semanas em agosto e em uma semana de setembro. O cronograma prevê sessões entre 12 e 14 de agosto, de 26 a 28 de agosto e entre 9 e 11 de setembro.

Na segunda-feira (8), os integrantes do GT divulgaram o parecer que prevê a tributação do imposto sobre herança (ITCMD) sobre planos de previdência privada complementar, o que inclui PGBL e VGBL. Na ocasião, eles defenderam que a matéria seja votada antes do recesso parlamentar.

Na semana passada, Lira já tinha sinalizado que a apreciação do segundo texto da regulamentação ficaria para depois do recesso.

Para aliados do alagoano, a posição segue inalterada, porque ele teme que a análise conjunta tenha potencial de uma "contaminação mútua" e prejudique os planos de entregar a aprovação de pelo menos uma das propostas do pacote de regulamentação antes do recesso.

Nos bastidores, até mesmo integrantes do GT reconhecem o eventual adiamento por avaliarem que não há tempo hábil para aprovação das duas proposições nesta semana.

Integrantes do Ministério da Fazenda dizem que o ideal seria que o projeto do comitê-gestor fosse votado junto com o PLP 68, mas eles não veem com preocupação eventual adiamento. A leitura é que o PLP 108 não é polêmico.

Já André Horta, diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), afirma que votar os dois textos separados cria uma "expectativa de desequilíbrio normativo". "Foi por essa razão que nós rogamos ao Legislativo em nota que apreciassem os dois ao mesmo tempo. Concordamos com o relator Mauro Filho (PDT-CE) que afirmou a maturidade desse projeto." ***(MR e JS)***

Os caminhos para a PEC da Segurança Pública



Fernando Exman

Aguarda-se, em gabinetes dos três Poderes, uma decisão política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao destino da PEC da Segurança Pública.

Há urgência para combater o crime organizado. No Rio de Janeiro, facções já passaram a utilizar "drones" na guerra urbana, reproduzindo o terror vivido na Ucrânia e no Oriente Médio. É também crescente a preocupação de autoridades federais com o avanço desses grupos sobre as estruturas municipais de poder no pleito de outubro, sobretudo as câmaras de vereadores. Mas o envio da PEC pode acabar ocorrendo somente em agosto, depois do recesso parlamentar e antes do início formal da campanha eleitoral, evitando assim a contaminação da pauta legislativa no momento que a Câmara corre para concluir a regulamentação da reforma tributária.

Ainda assim, mantido esse cronograma, o governo demonstrará compromisso com o combate de um problema crônico em todas as regiões do país.

Não é novidade que a área se tornou também uma questão eleitoral. Pesquisas recentes apontam que a má avaliação do governo federal é puxada, principalmente, pelas áreas de segurança pública e saúde, além da inflação e do desemprego. Levantamento do Ipec divulgado em abril, por exemplo, apurou que elas têm avaliação ruim ou péssima para 42% de entrevistados. Nesse contexto, dizem interlocutores do presidente, candidatos aliados poderiam aproveitar a PEC como bandeira durante a campanha, unindo-a a outras duas propostas: a implementação de câmeras corporais pelas guardas municipais e a ampliação da segurança nas escolas para impedir atos de violência.

Formulada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a minuta foi encaminhada para análise da Casa Civil há cerca de duas semanas e está em maturação. Não enfrenta problemas do ponto de vista técnico, mas ainda será preciso observar se ministros que foram governadores, os quais Lula tem provocado a discutir internamente o assunto, apresentarão grandes objeções à ideia.

O presidente já foi alertado que pode haver resistências nesse sentido. Na semana passada, durante viagem à Bahia, elogiou durante uma entrevista a iniciativa do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, mas logo demonstrou estar ciente dos potenciais obstáculos. Garantiu que a ideia não é ter uma ingerência do governo federal nos Estados.

Até por isso Lewandowski e sua equipe buscaram produzir um texto simples e enxuto. A PEC constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Público (Susp), de maneira a permitir que a União defina diretrizes para algumas políticas, crie um sistema nacional para padronizar o registro de boletins de ocorrência e outro para a emissão de antecedentes criminais.

O plano também é garantir maior estrutura para a Polícia Federal (PF) investigar o crime organizado e sua estruturação financeira e, em outra frente, dar mais competências, orçamento e equipamentos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Qual apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticaria isso?

Ocorreriam novas contratações. Do ponto de vista financeiro, uma das medidas em estudo é dar mais flexibilidade ao uso de recursos dos fundos constitucionais, o que poderia mitigar os impactos fiscais.

A PRF seria rebatizada. O nome ainda é desconhecido e, nas palavras de uma fonte, "isso é o de menos". O importante é que a corporação agregaria, além da divisão Rodoviária, outros departamentos para assumir o policiamento ostensivo de ferrovias, hidrovias e portos. A meta é sufocar financeiramente as organizações criminosas, além de atacar todas as rotas e o sistema logístico que elas utilizam.

No governo, a expectativa é que o atual formato da PEC não seja bombardeado pela oposição. Mas um ponto de atenção deve ser a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O colegiado será presidido pela oposição pelo menos até fevereiro do ano que vem. E é nele que a admissibilidade das PECs é analisada, ou seja, quando elas não violam cláusulas pétreas da Constituição — forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais dos cidadãos. Sempre haverá quem aponte desrespeito em relação à forma federativa do Estado. A base terá que se organizar.

A CCJ da Câmara também tem sido um ambiente fértil para a oposição pautar propostas caras ao eleitorado conservador. Enquanto o Ministério da Justiça redigia a PEC da Segurança Pública, articuladores políticos do Palácio do Planalto percebiam que uma ala mais radical da Câmara se preparava para fazer sua próxima investida. Não tardou para os repórteres Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, do **Valor**, revelarem que a presidente da CCJ, deputada Caroline de Toni (PL-SC), desengavetara um projeto que propõe a convocação de um plebiscito sobre a redução da maioridade penal. A matéria estava parada há quase cinco anos.

A notícia positiva é que no Senado já há um movimento a favor da PEC. Se o Planalto desistir de enviar a proposta ao Parlamento, aliás, é bem possível que o texto seja encampado pelos parlamentares e apresentado diretamente por lá. Neste caso, além de perder um precioso tempo, o Palácio do Planalto corre o risco de compartilhar o bônus político com o Congresso. É também por isso que alguns governistas têm interesse em acelerar os trâmites burocráticos do Palácio do Planalto.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Relator rejeitou algumas mudanças feitas pelo Senado e estabeleceu que modelo deve ser ajustado ao novo formato a partir de 2027; texto segue para sanção

Governo sofre derrota e reforma do ensino médio passa na Câmara

Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (9) o projeto que muda alguns pontos da reforma do ensino médio, estabelecendo carga horária mínima de 2,4 mil horas para o ensino médio regular, além de 600 horas de matérias optativas, somando 3 mil horas. Para o ensino médio técnico, a proposta estabelece que o estudante pode escolher entre 600 e 1,2 mil horas de aulas técnicas, devendo compor o restante com disciplinas tradicionais, também totalizando 3 mil horas.

A matéria já havia sido apreciada pelos deputados, mas precisou ser analisada novamente em função de alterações feitas pela relatora da proposição no Senado, Dorinha Resende (DEM-TO). O texto, agora, vai à sanção presidencial. A votação é uma derrota para partidos de esquerda, que preferiam a versão do Senado.

Em seu parecer, o relator Mendonça Filho (União-PE) rejeitou mudanças feitas pelos senadores, retirando a obrigatoriedade do ensino de espanhol. A disciplina será optativa.

O parlamentar argumentou que há limitações para a oferta do idioma nas escolas e pontuou que o mais adequado é que "a oferta da língua espanhola seja feita de forma adicional, como opção preferencial, na medida das possibilidades das redes de ensino".

O relatório de Mendonça também propôs que os Estados mantenham obrigatoriamente, em todas as cidades, pelo menos uma escola da rede pública com ensino médio no período noturno quando houver demanda manifesta e comprovada para matrícula de alunos nesse turno.

Além disso, o relator não acatou mudança feita por Dorinha para que o formato do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) fosse pautado apenas na formação geral básica.

Mendonça estabeleceu que o modelo deve ser ajustado ao novo formato do ensino médio a partir de 2027, quando as novas regras completarão o primeiro ciclo, avaliando tanto a formação geral básica, quanto os itinerários formativos (conjunto de disciplinas que os estudantes podem escolher focar).

O deputado do União acatou trecho incluído pelo Senado que determinou a retirada do Ministério da Educação como responsável pela elaboração das diretrizes nacionais para os itinerários prevendo o aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento. O texto prevê que isso será prerrogativa do Conselho Nacional de Educação.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 19/6/2024



Mendonça Filho retirou a obrigatoriedade do ensino de espanhol, sob o argumento de que há limitações para a oferta do idioma

A votação da proposta foi marcada por embates entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e parlamentares do Psol, PDT e PCdoB. Depois que os deputados aprovaram, por 437 votos a 1, os pontos do texto de Dorinha que seriam mantidos por Mendonça, Lira decidiu fazer votação simbólica dos trechos do parecer de Dorinha rejeitados pelo relator na Câmara.

Os parlamentares argumentaram que a votação foi atropelada e teria desrespeitado o regimento, que prevê que os líderes poderão orientar suas bancadas a cada votação.

"O PCdoB registra o seu voto sim ao relatório do Senado e protestamos, de maneira respeitosa, ao atropelo ao debate. Gostaríamos que o debate se realizasse com argumentos", disse Alice Portugal (PCdoB-BA).

Lira defendeu-se e disse que a votação anterior representava um amplo apoio à decisão de Mendonça de rejeitar alguns pontos do relatório de Dorinha. "A votação nominal que existiu de mérito teve 437 votos favoráveis ao projeto. Eu não estou debatendo, estou justificando a decisão. Na questão de votação simbólica, poderia ter sido feito pedido de verificação e não se fez. A todos os partidos que fizeram, foi dado o direito à orientação. Cabe a quem quiser direito de recurso à Comissão de Constituição e Justiça. Eu acatarei o recurso tranquilamente".

A versão dos deputados é a preferida pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Quando o texto foi modificado no Senado, o colegiado divulgou carta aberta defendendo o texto nos termos aprovados pela Câmara. "O texto da Câmara é o consenso possível dos temas mais polêmicos. Por isso defendemos ele. Como volta para lá, os deputados podem restabelecer o que foi aprovado. Algumas mudanças do Senado trouxeram preocupações adicionais", disse Vitor de Angelo, presidente do Consed.

Senado vota proposta de acordo sobre desoneração

Caetano Tonet e Estevão Taiar
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na terça-feira (9) que a Casa irá votar nesta quarta o projeto de lei que ratifica o acordo entre governo e Parlamento em relação as compensações de R$ 18 bilhões para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e de municípios de até 156 mil habitantes. Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso e o Palácio do Planalto têm até o dia 10 de agosto para aprovar e sancionar a proposta.

"Está pautado amanhã [quarta-feira]. Se houver a necessidade de mais tempo, nós vamos ouvir o relator a respeito disso", disse.

Apesar de estar na pauta do plenário, é possível que a deliberação fique para outro dia, já que a equipe econômica apresentou novas propostas para compensar a medida. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentou novas ideias ao presidente do Senado. Segundo Haddad, as medidas têm potencial para compensar a desoneração "por quatro anos".

"São [propostas] novas, para compensar. Levamos um cardápio para ele, mas que fecha a conta", disse o ministro a jornalistas, na entrada da sede da pasta.

Até agora, o Senado trabalha com uma lista de medidas que inclui a repatriação de recursos, atualização de ativos, a renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras e a taxa para compras internacionais de até US$ 50, chamada taxa das "blusinhas".

Segundo Haddad, se as medidas não forem suficientes, será cumprida a decisão do STF, que determinou que, caso não haja acordo, voltarão a valer os efeitos da liminar que reonera a folha de pagamento dos setores.

> "São [propostas] novas, para compensar por quatro anos"
> *Fernando Haddad*

O acordo estará formalizado no relatório do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Na avaliação de Pacheco, as medidas em discussão na Casa são suficientes para compensar a desoneração.

"Tudo isso suficiente para a arrecadação em 2024", acrescentou Pacheco.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Juntos, os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal.

Após acordo, o governo propôs um projeto que prevê a manutenção da desoneração neste ano e taxação progressiva a partir de 2025.

Conselho de Ética ouve depoimentos do caso Brazão

De Brasília

O Conselho de Ética da Câmara coletou na terça-feira (9) os dois primeiros depoimentos para a análise do processo disciplinar contra o deputado Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes.

O deputado federal Tarcísio Motta (Psol-RJ), que era colega de bancada de Marielle na Câmara dos Vereadores do Rio na época do assassinato, e Marcos Rodrigues Martins, ex-assessor de Brazão deram suas contribuições para o colegiado. Antes dos dois, uma série de elencados recusaram-se a prestar depoimentos.

Ainda antes do recesso, Brazão deve dar seu depoimento à comissão comandada por Leur Lomanto Júnior (União-BA). Depois disso, a relatora Jack Rocha (PT-ES) deve trabalhar em seu parecer sobre o caso. A expectativa é que o relatório seja apresentado ao colegiado em agosto.

Em seu depoimento, Tarcísio disse que o mandato de Marielle causava incômodo por tocar em assuntos delicados para outros vereadores. Ele destacou que Brazão e outros integrantes de sua família têm eleitorado expressivo em áreas controladas por grupo paramilitares armados.

"O que o relatório da Polícia Federal nos indica é que era algo que a gente sabia, mas ficou mais evidente. Não foi a mera reunião que ela fez com os moradores, era a perspectiva que Marielle, naquele contexto, era um mandato que continuaria a incomodar os processos de regularização fundiária", disse o parlamentar do Rio de Janeiro.

Na sequência, o ex-assessor de Brazão afirmou não ter visto nenhuma irregularidade nos anos de atuação na comissão de assuntos urbanos, que tem como atribuições o cadastro territorial.

"Os temas fundiários tinham sempre uma discussão partidarizada, mas não me recordo objetivamente de nenhuma discussão na tramitação de projetos de interesse urbanístico que a vereadora [Marielle] tivesse alterado seu comportamento na discussão", disse Martins. "Não me recordo de ter visto qualquer comportamento anormal do Chiquinho Brazão nem da vereadora Marielle", acrescentou.

Ele disse não acreditar que Brazão seja o mandante da execução: "Não acredito que ele tenha sido capaz de cometer tal atrocidade. Eu não creio, mas se for comprovado que ele fez, o rigor da lei deve ser aplicado." ***(MR)***

Judiciário Esquema teria levado R$ 6 milhões de merenda escolar, dizem investigadores; prefeitura de Waguinho está na mira do MP

Secretário de Belford Roxo é preso por desvio de verba

Camila Zarur e Alessandra Saraiva
Do Rio

A prisão do secretário de Educação de Belford Roxo, Denis de Souza Macedo, pode atrapalhar os planos do prefeito da cidade, Waguinho (Republicanos), para sua sucessão no comando do município. Aliado próximo do chefe do Executivo municipal da Baixada Fluminense, Macedo foi alvo de operação da Polícia Federal por suspeitas de desvio de verbas públicas destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Segundo a PF, mais de R$ 6 milhões que seriam usados para merenda escolar foram desviados no suposto esquema. O montante pode ser ainda maior, conforme os investigadores. O objetivo da ação policial foi justamente coletar provas que possam determinar o valor exato desviado e a participação de outros agentes públicos na fraude.

Além da prisão do secretário, a operação também cumpriu 21 mandados de busca e apreensão. A identidade dos alvos não foi revelada pela PF. Contudo, a corporação informou que na casa de um deles, um servidor da Secretaria de Educação de Belford Roxo, foram apreendidos R$ 360 mil em espécie. Em outra residência, de um empresário morador de condomínio de luxo na Barra da Tijuca, também foram apreendidos €300 mil em dinheiro vivo, equivalentes a R$ 1,8 milhão. Ao todo, a PF apreendeu R$ 2,643 milhões, quatros veículos e diversos documentos e celulares.

Apesar de Waguinho não estar na mira das investigações, a avaliação de políticos da cidade e do Estado é de que a operação respinga nos planos eleitorais do prefeito, que já enfrenta um cenário desfavorável na disputa à prefeitura belford-roxense. Waguinho tenta emplacar como seu sucessor o próprio sobrinho, Matheus Carneiro (Republicanos) — que usa, nas urnas, o nome Matheus do Waguinho.

O pré-candidato apoiado pela prefeitura, porém, vem aparecendo atrás nas intenções de voto. Na pesquisa Quaest mais recente, quem lidera a disputa, com 51%, é o deputado estadual Márcio Canella (União Brasil), ex-aliado e desafeto de Waguinho. Já Matheus tem 25%.

A pesquisa mostra que a avaliação de Waguinho é positiva para 42% dos entrevistados, o que poderia significar uma margem de crescimento para o sobrinho do prefeito. Mas essa migração de votos não é automática e pode ser minada por episódios negativos contra a prefeitura.

Não é a primeira vez que o Executivo gerido por Waguinho fica na mira de investigadores. Em maio, o prefeito foi denunciado pelo Ministério Público por suspeitas de fraude na contratação de serviços para combate à dengue. Em fevereiro, a procuradoria também abriu um inquérito para apurar denúncias de que Waguinho havia decretado ponto facultativo na cidade e ordenado aos servidores que comparecessem a um evento político junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em janeiro, a promotoria eleitoral também começou uma investigação sobre suspeitas de que o galpão para inscrições no Programa Recomeçar em Belford Roxo, destinado à população afetada pela chuva no início do ano, estava sendo usado para fins eleitorais. O espaço teria recebido o nome de "galpão do Matheus", uma referência ao pré-candidato de Waguinho.

"Cumpre destacar que existem outras investigações em estágio bastante avançado na Promotoria Eleitoral que apuram o abuso do poder político e econômico envolvendo o atual prefeito de Belford Roxo, Waguinho, e seu sobrinho e pré-candidato, Matheus Carneiro", disse o Ministério Público ao **Valor**.

O órgão aguarda o registro de candidatura do postulante ao Executivo municipal para entrar com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral contra ele. A reportagem tentou contato com Waguinho e com a Prefeitura de Belford Roxo, mas, até o fechamento desta edição, não houve respostas.

A disputa na cidade da Baixada Fluminense se dá após o racha entre Waguinho e Canella. Os dois eram do mesmo grupo político, e o deputado estadual chegou a ser vice do prefeito em seu primeiro mandato, entre 2016 e 2020. Os aliados, porém, romperam após as eleições de 2022, quando ficaram em lados opostos na corrida presidencial — Waguinho foi cabo eleitoral de Lula, enquanto Canella defendia a reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS



Alvo de operação da PF, Denis de Souza Macedo é próximo de Waguinho

Judiciário Paulo Gonet traça estratégia para embasar decisão sobre acusações contra o ex-presidente

PGR tem denúncia contra Bolsonaro pela frente

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

No comando do Ministério Público Federal (MPF) há pouco mais de seis meses, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá pela frente um dos maiores desafios da sua gestão: a decisão de oferecer denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Até agora, Gonet vem mantendo o seu perfil sóbrio e cauteloso — evitando polêmicas, em especial as relacionadas ao mundo político. Em paralelo, também pretende tirar do papel, ainda em agosto, um dos projetos que espera deixar como legado para a instituição: a criação de um "Gaeco Nacional", com foco no combate ao crime organizado.

Da vasta experiência dentro do MPF, faltava a Gonet ocupar o mais alto cargo da instituição: o de procurador-geral da República. A interlocutores próximos, ele nunca negou o desejo de comandar o órgão, afinal, tinha currículo e apoio de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para isso. Agora, tem enfrentado o desafio de conciliar o "timing" da política com o seu perfil discreto e garantista — princípio jurídico que sempre defendeu em sua vida acadêmica e foi considerado um diferencial pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na hora de indicá-lo para o cargo.

Em conversas reservadas, Gonet costuma repetir que a política não deve guiar a atuação do PGR, mas defende que é preciso fazer uma leitura da conjuntura política para agir. Enquanto a Polícia Federal (PF) intensifica o cerco contra Bolsonaro, com a finalização de investigações como o da falsificação dos cartões de vacina e o das joias, o procurador-geral está atento ao calendário, já que em outubro haverá eleições municipais.

ANDRESSA ANHOLETE/STF — 20/6/2024



Gonet: procurador-geral enfrenta o desafio de conciliar o "timing" da política com seu perfil discreto e garantista

Na semana passada, a PF indiciou o ex-presidente e outras 11 pessoas no caso das joias recebidas como presentes oficiais. Aliados do PGR afirmam que ele vai analisar o material com cautela, pois não quer que uma manifestação sua contamine o processo eleitoral. Caso Gonet não apresente uma denúncia contra Bolsonaro até 16 de agosto, data do início oficial da campanha eleitoral, a avaliação é que isso só deve acontecer após o pleito. A mesma lógica vale para os demais processos que envolvem o ex-chefe do Executivo, como o da tentativa de golpe de Estado.

Até agora, Gonet tem sido cuidadoso. No caso das vacinas, por exemplo, optou por fortalecer as provas e pediu novas diligências. Ele também entendeu que não havia elementos de que Bolsonaro buscava asilo político na Embaixada da Hungria. O ex-presidente esteve na embaixada do país europeu, em Brasília, dias depois de ter o passaporte apreendido pela PF em fevereiro.

Interlocutores próximos ao procurador-geral comentam que ele quer traçar uma estratégia para apresentar uma denúncia robusta contra o ex-presidente, já que não quer ser acusado de perseguição contra adversários do atual governo — existe até a possibilidade de uma peça unindo as diversas acusações contra Bolsonaro.

Gonet tomou posse como PGR em 18 de dezembro e assumiu o lugar deixado por Augusto Aras, que foi alvo de críticas pela relação de proximidade que manteve com o governo Bolsonaro. Em seu primeiro discurso, disse que agiria de maneira técnica e não buscaria "palco nem holofotes".

Alvo da Operação Lava-Jato, Lula demorou quase dois meses para escolher quem ficaria à frente do MPF e não seguiu a lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Contou a favor de Gonet o fato de ele ter o apoio de dois nomes de peso do STF: Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

> Gonet quer deixar um 'Gaeco Nacional' como legado para a instituição

Na Corte, a atuação de Gonet tem sido bem avaliada. Ministros afirmam que ele tem bom trânsito com as demais instituições e o tom cauteloso agrada. "Ele é extremamente bem-visto no STF", resume Gilmar. Gonet e o decano do Supremo são autores de um dos principais livros de direito constitucional do país e foram sócios em um instituição de ensino. O PGR, no entanto, tem recorrido de decisões da Corte que considera equivocadas, como as do ministro Dias Toffoli, que suspendeu acordos de leniência fechados pelo MPF com a Odebrecht (hoje Novonor) e a J&F.

Sob o comando de Gonet, a PGR agiu rápido no caso do assassinato de Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes e ofereceu denúncia contra cinco suspeitos, entre eles o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) e Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, apontados como os mandantes do crime. No mês passado, a denúncia foi aceita pelo Supremo e eles se tornaram réus.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) submetido a Gonet defendeu ainda que fossem negados os recursos apresentados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pediam a cassação do senador e ex-juiz da Lava-Jato, Sergio Moro (União-PR), por irregularidades durante a pré-campanha de 2022. No fim de maio, a cassação de Moro foi rejeitada por unanimidade pela corte eleitoral.

Internamente, Gonet também tem atuado para pacificar a instituição e trouxe para a sua equipe até mesmo nomes que atuaram na Lava-Jato. Ele também fez questão de contemplar os primeiros colocados da lista tríplice e que, portanto, contam com grande apoio interno, como Luiza Frischeisen e Mario Bonsaglia.

"O momento hoje é de pacificação interna. Divergências pontuais continuam existindo, o que é natural em uma instituição com mais de mil membros. Mas há um clima de muito diálogo", avalia o presidente da ANPR, Ubiratan Cazetta.

Bonsaglia, por exemplo, foi escolhido como relator da proposta do Gaeco Nacional, que deve ser votada na próxima reunião do Conselho Superior do MPF, marcada para 6 de agosto. O projeto é uma das grandes apostas de Gonet. Hoje, os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) atuam nos Estados na apuração de casos complexos. Agora, a ideia é replicar o modelo no âmbito nacional, a partir da criação de uma estrutura permanente de procuradores que irão se dedicar a esse tipo de investigação.

A proposta prevê uma equipe de até 20 pessoas, que será coordenada por um nome escolhido pelo próprio PGR, a partir de uma lista elaborada pelo Conselho Superior. A ideia é que o Gaeco Nacional atue em casos que envolvam crimes contra o Estado Democrático de Direito, terrorismo ou graves violações aos direitos humanos. Além disso, vai participar de investigações sobre crimes contra administração pública, como corrupção e outras modalidades praticadas por meio de organização criminosa e que tenham a participação de autoridades com prerrogativa de foro.

Geopolítica Para reduzir a dependência de Moscou da China, Modi promete elevar comércio bilateral para US$ 100 bilhões até 2030

Índia e Rússia ampliam comércio apesar de guerra na Ucrânia

Benjamin Parkin, Jyotsna Singh e Max Seddon
Financial Times, de Nova Déli e Riga

Narendra Modi, da Índia, e Vladimir Putin, da Rússia, chegaram a um acordo para ampliar o comércio entre as duas nações, em desafio aos esforços ocidentais para sufocar a economia da Rússia após o país ter invadido a Ucrânia.

Durante a visita de Modi a Moscou na segunda e terça-feira, ele e Putin prometeram elevar o comércio bilateral anual dos atuais US$ 65 bilhões para US$ 100 bilhões até 2030, com a Índia importando mais petróleo e fertilizantes e procurando vender mais produtos industriais e agrícolas.

Modi — que tenta conter os laços cada vez mais próximas entre Rússia e China, um rival estratégico da Índia — saudou a Rússia como um "amigo [da Índia] para todos os climas" durante sua visita e presenteou Putin com a maior honraria civil do país, a Ordem de Santo André.

Sergei Lavrov, ministro das Relações Exteriores russo, disse que Putin e Modi estabeleceram uma "base fantástica" para aprofundar os laços econômicos, políticos e de defesa durante a visita, segundo a agência de notícias Interfax.

O Kremlin, que busca se aproximar de países como a Índia para apoiar a ideia de Putin de uma "maioria global" liderada por Moscou que desafia a hegemonia dos EUA, saudou a visita como sinal de que os aliados ocidentais da Ucrânia não conseguiram isolar a Rússia nem obter apoio para Kiev entre os países em desenvolvimento.

Putin agradeceu a Modi pelo que descreveu como os esforços do premiê indiano para "encontrar uma maneira de resolver a crise ucraniana, principalmente por meios pacíficos", durante uma conversa de cinco horas na residência do presidente russo.

A Índia não condenou a invasão nem escolheu lados na guerra, mas tem defendido o fim das hostilidades ao mesmo tempo em que dá a Moscou um apoio crucial contra as sanções ocidentais, na forma compras de petróleo russo com desconto. Nova Déli tem uma relação de décadas com a Rússia, seu maior fornecedor de armas.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, criticou Modi pela visita, "uma grande decepção". Também escreveu no X (ex-Twitter) que foi "um golpe devastador para os esforços de paz ver o líder da maior democracia do mundo abraçar o criminoso mais sanguinário do mundo em Moscou".

A visita de Modi, sua primeira à Rússia desde a invasão da Ucrânia por Moscou em 2022, se dá depois de um bombardeio russo na segunda-feira ter atingido um hospital infantil em Kiev e outros alvos, matando 38 pessoas, sendo 4 crianças, e ferindo 190 outras.

Modi expressou tristeza pelas vítimas de segunda-feira e defendeu o "diálogo e diplomacia" para resolver o conflito. "Quando crianças inocentes morrem, o coração se parte e essa dor é horrível", disse.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que os países ocidentais estavam "com ciúmes [...] e com bons motivos", pois Modi escolheu a Rússia para sua primeira visita bilateral após a eleição na Índia em junho, na qual ganhou um terceiro mandato de cinco anos.

Os laços entre Índia e Rússia tornaram-se particularmente importantes para Nova Déli, depois que as sanções ocidentais impostas para isolar a Rússia aproximaram Moscou da China. Pequim deu a Moscou uma tábua de salvação econômica, aumentando o comércio bilateral a níveis recorde e tornando-se um fornecedor fundamental para a Rússia de componentes fabricados no Ocidente com possível uso militar.

"A Índia quer dar à Rússia margem de manobra", disse Alexander Gabuev, diretor do Carnegie Russia Eurasia Center, em Berlim. "Eles podem não ter os meios para afastar a Rússia da China, mas querem dar o máximo possível de oportunidades para impedi-los de colocar todos os ovos na cesta chinesa."

> "A Índia quer impedir a Rússia de colocar todos os ovos na cesta chinesa"
> *Alexander Gabuev*

A Índia está presa em um impasse com a China em razão das fronteiras contestadas ao longo dos Himalaias e vê a neutralidade da Rússia como vital para a segurança nacional, segundo autoridades. "A China é o desafio principal", disse Pankaj Saran, ex-embaixador indiano na Rússia. "Realmente não podemos nos dar ao luxo de fazer qualquer coisa que converta um amigo em adversário."

O comércio entre a Índia e a Rússia aumentou muito desde a invasão em larga escala de Moscou, em grande parte pelas compras de petróleo a preços mais baixos que os de mercado. Em junho, o produto russo representou 43% das importações de petróleo da Índia, segundo a firma de dados Vortexa, tornando-se o segundo maior comprador depois da China.

Isso tem levado a um forte desequilíbrio comercial. O secretário de Relações Exteriores da Índia, Vinay Mohan Kwatra, disse a repórteres que as questões econômicas "dominaram" as discussões entre os líderes e que Modi falou com Putin sobre "a necessidade de diversificar a cesta de comércio". Kwatra disse que a Rússia também assegurou à Índia que garantiria a liberação antecipada das dezenas de cidadãos indianos recrutados involuntariamente para o Exército russo para lutar na Ucrânia.

As sanções ocidentais têm complicado a capacidade de Moscou de repatriar as receitas em dólares de suas vendas de petróleo para a Índia. O cerco dos EUA levou os bancos a cortar em grande medida o envolvimento de contrapartes russas, limitando o acesso delas a certas moedas e forçando as empresas de comércio exterior a realizar transações em rublos russos ou até por meio da permuta de mercadorias, segundo financiadores envolvidos no comércio.

EUA e União Europeia também intensificaram os esforços contra a frota que transporta o petróleo russo, deixando compradores como a Índia vulneráveis a possíveis sanções futuras.

"Os bancos globais ficarão hesitantes em tocar em quaisquer transações que possam expô-los a ações de aplicação [das sanções] dos EUA", disse Benjamin Hilgenstock, do Kyiv School of Economics Institute. "Uma campanha ampliada de designação dos petroleiros poderia se tornar um problema para os compradores indianos."

Índia e Rússia tentam promover um sistema de pagamentos locais para o comércio, mas será complicado fazer isso em grande escala em razão da capacidade limitada e da dificuldade de trocar rublos e rupias indianas por dólares e euros, acrescentou Hilgenstock. Maxim Oreshkin, assessor econômico de Putin, disse que Índia e Rússia já realizam 70% do comércio entre eles em suas próprias moedas nacionais, segundo a Interfax.

Alguns analistas disseram que a visita de Modi obscurece o fato de que a Índia cada vez mais aposta seu futuro na cooperação econômica e militar com o Ocidente.

A participação russa nas importações indianas de armas caiu para o menor patamar em 60 anos entre 2019 e 2023, segundo dados do Stockholm International Peace Research Institute. Isso reflete a opção da Índia de busca tecnologias militares mais avançadas, de países como EUA e Israel.

A crescente dependência de Moscou ao fornecimento chinês para sua indústria de armas criou outra preocupação para a Índia e seus planos de compras de armamentos, segundo Gabuev, do Carnegie Russia Eurasia Center, porque Moscou não pode prestar serviços aos sistemas de armamentos ou vender novas armas sem componentes vindos da China.

"A parte substancial [da compra de armamentos] no relacionamento [Índia-Rússia] está sobre uma base muito frágil", disse Pramit Pal Chaudhuri, chefe do departamento do Sul da Ásia da firma de consultoria Eurasia Group. "Eu diria que se trata de um declínio administrado."

Europeus aproveitam a Otan para contatar aliados de Trump



EVAN VUCCI/AP

Delegações europeias aproveitam a reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em Washington, para manter contatos com assessores de política externa do ex-presidente e atual candidato presidencial dos EUA Donald Trump. O movimento na direção de aliados de Trump — notório crítico da aliança militar ocidental — aumentou na medida em que cresceram as pressões sobre o presidente Joe Biden para que desista de tentar a reeleição em 5 de novembro. Ministros e altos funcionários de vários governos, particularmente do Leste Europeu e dos países nórdicos, organizaram reuniões esta semana com figuras relacionadas a Trump, como Keith Kellogg, ex-chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional, e o ex-secretário de Estado Mike Pompeo, segundo o jornal "Financial Times". Na foto, imagem oficial do encontro que começou ontem.

Contra a China, Otan se aproxima do Indo-Pacífico

Ken Moriyasu
Nikkei, de Washington

No terceiro ano da guerra na Ucrânia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) busca aprofundar os laços com os seus quatro parceiros Indo-Pacífico, que, embora não façam parte da aliança militar, ganham proeminência à medida que a Rússia e a China estreitam laços para combater os EUA e as duas Coreias apoiam lados opostos do conflito na Europa.

Os líderes da Nova Zelândia, Japão e Coreia do Sul, participam pelo terceiro ano consecutivo da reunião de cúpula da Otan, que começou ontem em Washington, D.C., enquanto a Austrália enviou seu vice-premiê. A China acompanhará de perto o encontro, preocupada com o crescente interesse da aliança para além da Europa e do Hemisfério Ocidental.

A Otan e seus parceiros do Indo-Pacífico discutirão aumentar a cooperação na indústria de defesa no encontro de amanhã, segundo um alto funcionário dos EUA.

Michael Carpenter, diretor sênior para a Europa no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, disse que a segurança da Europa está interligada com a do Indo-Pacífico. "Portanto, este é um momento importante para coordenarmos em questões como resiliência, combate à desinformação, cooperação na indústria de defesa e uma série de outras coisas", disse.

Uma vez que vários membros da Otan fornecem armas e munições à Ucrânia para lutar contra a Rússia, os estoques na região Euro-Atlântica estão cada vez menores.

A ideia é aproveitar as bases industriais de defesa da Coreia do Sul, Austrália e Japão para expandir rapidamente a capacidade de produção da aliança militar. A Coreia do Sul e a Austrália foram, respectivamente, o 10º e o 16º maiores exportadores de armas do mundo em 2019-2023, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo.

Se concretizada, a cooperação representará um avanço importante na relação entre a Otan e seus parceiros do Indo-Pacífico, disse Luis Simon, diretor do Centro de Diplomacia e Estratégia de Segurança na Escola de Governança de Bruxelas, passando "do nível político e declaratório para algo mais concreto".

Eleições expõem política fragmentada e Europa menos governável

Marcus Walker
Dow Jones Newswires

No espaço de quatro dias, França e Reino Unido desafiaram a tese de que a política europeia está decisivamente mudando para a direita anti-imigração.

Em vez disso, os resultados das eleições dos últimos dias confirmam que a tendência maior é a fragmentação. Divisões estão se multiplicando nas sociedades europeias, tornando mais difícil para os líderes reivindicar um mandato claro — ou, em muitos países, conseguir reunir uma maioria governamental coerente.

A fraturada nova Assembleia Nacional da França tornará a formação de um governo mais difícil do que em qualquer outro momento desde a criação da Quinta República, em 1958.

Qualquer governo multipartidário provavelmente terá pouco que o una, além, da oposição compartilhada ao partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, que teve um desempenho pior que o esperado na votação de domingo.

No entanto, um governo disfuncional ainda poderá beneficiar Le Pen na tentativa de conquistar a Presidência da França em 2027.

O sistema eleitoral do Reino Unido está tentando remendar as rachaduras. Na quinta-feira, o Partido Trabalhista obteve quase dois terços dos assentos na Câmara dos Comuns, com cerca de um terço dos votos. Partidos britânicos há muito dominantes, o Trabalhista e o Conservador conseguiram apenas pouco mais de 57% dos votos, o menor número combinado em mais de um século.

Muitos eleitores preferiram partidos menores como os centristas, ambientalistas e a direita populista. O comparecimento também foi o segundo menor em 100 anos.

À medida que a lealdade aos partidos tradicionais cai, os resultados se tornam mais voláteis a cada votação. O apoio aos partidos estabelecidos do centro-direita e centro-esquerda está caindo à medida que eleitores se voltam para novos partidos. Novos movimentos podem surgir rapidamente, mas também desaparecer rapidamente, conforme os centristas pró-negócios do presidente francês Emmanuel Macron descobriram.

A paciência com novos governos está curta. Ser o incumbente pode ser uma desvantagem em tempos de frustração generalizada com a política. "A democracia está em crise", disse Matteo Renzi, um ex-premiê italiano. "O primeiro problema é que quando você vota, as coisas nem sempre mudam."

O sistema eleitoral dos EUA tem mantido o domínio de dois partidos, evitando a fragmentação das democracias parlamentares da Europa. Mas muitas dessas divisões ocorrem dentro dos partidos Republicano e Democrata, incluindo disputa entre facções do establishment e antiestablishment.

Os eleitores americanos não estão mais felizes do que os europeus com as escolhas políticas oferecidas. O ex-presidente Donald Trump e o presidente Joe Biden são a dupla de candidatos menos populares à Casa Branca em pelo menos três décadas, segundo uma pesquisa do Pew Research Center divulgada em junho.

Grande parte da Europa debate-se com um crescimento econômico cronicamente baixo e finanças públicas apertadas, deixando governos com pouca margem de manobra. O padrão de vida de muitos europeus sofreu um golpe com a inflação pós-covid e a alta dos preços da energia que se seguiu à invasão da Ucrânia pela Rússia.

A imigração, as políticas ambientais, as contas de luz, os salários baixos e os serviços de saúde sobrecarregados estão entre as fontes de irritação com o desempenho do sistema político.

> "As pessoas têm bons motivos para crer que a política atual não funciona"
> *Ivan Krastev*

A fragmentação política está tornando países como França, Alemanha, Espanha e Holanda menos governáveis justo no momento em que as pressões geopolíticas na Europa aumentam.

O expansionismo russo está desafiando a ordem internacional pós-Guerra Fria do continente. Indústrias chinesas ameaçam inundar os principais setores industriais europeus. O possível retorno de Trump como presidente americano poderá perturbar os acordos de segurança da Europa, assim como o comércio com os EUA.

Na maioria dos grandes países europeus e nos EUA, muito mais eleitores dizem estar mais insatisfeitos com a democracia do que satisfeitos, segundo mostra uma pesquisa da Ipsos divulgada em dezembro. Entre as nações pesquisadas, apenas a Suécia disse estar feliz com a maneira como sua democracia está se saindo.

"As pessoas têm bons motivos para acreditar que seus sistemas políticos não estão funcionando. Isso não significa que elas sabem o que querem", diz Ivan Krastev, chefe do Center for Liberal Strategies de Sofia, na Bulgária.

"Os eleitores sentem-se perdidos num labirinto, por isso correm em direções diferentes, esperando encontrar uma saída", diz Krastev. Uma rápida desilusão frequentemente se segue e a eleição seguinte pode trazer grandes oscilações. "O ciclo político está se encurtando", acrescenta ele.

Os eleitores britânicos voltaram-se esmagadoramente contra os conservadores, mas a vitória do Partido Trabalhista não foi acompanhada por qualquer grande manifestação de esperança ou otimismo. Muitos observadores afirmam que o falta de crescimento econômico ou espaço fiscal no Reino Unido poderá levar rapidamente a uma decepção com o novo primeiro-ministro Keir Starmer.

"Ninguém realmente acredita que alguém possa consertar alguma coisa", diz Anand Menon, diretor do centro de estudos londrino UK in a Changing Europe. "Isso não é incomum nos países ocidentais nos últimos tempos. O que as eleições recentes têm em comum é um clima de antipolítica", afirma.

A Alemanha está mostrando como pode ser difícil governar quando os eleitores estão divididos entre os partidos estabelecidos e os novos, os moderados e os radicais.

O premiê Olaf Scholz lidera uma coalizão fragmentada de social-democratas de centro-esquerda, Democratas Livres pró-negócios, e Verdes, cujas contradições a tem atolado em uma luta constante por prioridades.

O resultado é que o governo mais importante da Europa luta até mesmo para realizar tarefas básicas como adotar um orçamento, quanto mais para satisfazer as expectativas internacionais de que a Alemanha deveria ter um papel maior na segurança da Europa.

Os índices de aprovação do governo Scholz despencaram. Os social-democratas conquistaram apenas 14% dos votos nas eleições parlamentares europeias de junho, seu pior resultado em uma eleição nacional desde o século 19.

Enquanto isso, o Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema direita, estabeleceu-se como parte do cenário político do país, apesar das tentativas de alguns de seus líderes de reabilitar a imagem do Terceiro Reich. O AfD ainda é desagradável como parceiro de coligação para a maioria, mas seu tamanho, especialmente no leste da Alemanha, está tornando mais difícil para os outros alcançar uma maioria governamental.

Na França, muitos observadores franceses afirmam que um governo multipartidário instável poderia dar grande impulso a Marine Le Pen e ao RN na próxima eleição presidencial do país em 2027.

"Tudo vai depender dos candidatos que surgirão no centro ou entre os conservadores até lá", disse Renzi, o ex-premiê italiano. "A próxima eleição presidencial francesa poderá mudar tudo na Europa", afirmou Renzi.

Valor ECONÔMICO

Rivalidades impedem que Mercosul saia do imobilismo

A reunião de cúpula dos presidentes do Mercosul começou a fracassar antes de seu início, na segunda-feira, em Assunção. Javier Milei, presidente da Argentina, a segunda maior economia do bloco regional, anunciou que não compareceria, por ter outros compromissos, e, fiel a seu estilo provocador, se fez presente no encontro promovido por Bolsonaro em Santa Catarina. Antes, voltou a ofender o presidente brasileiro. Lula exigiu um pedido de desculpas por ter sido chamado de "corrupto" e "comunista", que não virá, e os dois principais parceiros da aliança regional não se falam. A cúpula poderia ter sido salva pela diplomacia, mas não foi. O Mercosul segue paralisado, mas com novo sócio, a Bolívia.

As relações políticas no bloco mudam frequentemente, mas a única constância é o imobilismo. Os governos kirchneristas, que o PT defendeu, não facilitaram progressos na institucionalidade do bloco. Quando Dilma Rousseff era presidente e Cristina Kirchner ocupava a Casa Rosada, a principal alavanca do acordo regional, o comércio, travou pelas barreiras colocadas às vendas brasileiras ao mercado argentino. Afinidades ideológicas também não adiantaram quando Mauricio Macri presidia a Argentina e Jair Bolsonaro, o Brasil. O então chanceler brasileiro Ernesto Araújo estava preocupado com guerras ideológicas planetárias e ignorava o Mercosul. No primeiro ano de Bolsonaro, o peronista Alberto Fernández ganhou as eleições e o silêncio voltou a ser o padrão de comportamento normal entre os chefes de Estado dos dois países.

O impasse atual impediu um comunicado conjunto substantivo. A principal questão existencial para o Mercosul já fora levantada antes pelo Uruguai, do conservador Lacalle Pou, e continuou na mesa: a possibilidade de países fazerem acordos bilaterais com quem quiserem. A novidade foi a adesão com ênfase da Argentina à proposta. Aceitá-la seria a destruição da união aduaneira, que pressupõe o fim de barreiras tarifárias entre os países signatários e uma tarifa externa comum. As pressões para acordos isolados cresceram à medida que o Mercosul foi incapaz de fazer qualquer outro relevante em seus 33 anos de existência.

A Argentina, que era o primeiro parceiro comercial do Brasil, é hoje o terceiro e as exportações para o mercado argentino declinaram 37,6% no primeiro semestre, diante da recessão no país vizinho. Milei prometeu acabar com os vários tipos de câmbio e eliminar as barreiras ao livre comércio, mas ainda não conseguiu isso e nem é certo que conseguirá. O câmbio paralelo voltou a ampliar a diferença em relação ao oficial (mais de 50%) e a liberação provocaria novo salto da inflação, que voltou a subir, ainda que bem menos que antes. Depois de cair de 25,5% em dezembro a 4,2% em maio, ela aumentou para 4,8% em junho e está em 272,7% no acumulado em doze meses.

A chanceler argentina reclamou da burocracia e das regulações do Mercosul, exageradas pelos padrões do novo governo de Milei. O presidente Lula disse que era preciso liberalização das travas que hoje amarram o acordo automotivo e o setor de açúcar, mas isso não ocorreu nem quando tinha aliados em Buenos Aires e as chances de ocorrer agora são mínimas.

Sem diálogo de qualidade, Brasil e Argentina digladiaram nas questões comuns a guerras culturais. Buenos Aires foi contra a menção a gênero em documentos oficiais do bloco e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. "Apagar a palavra gênero de documentos só agrava violência cotidiana sofrida por mulheres e meninas", declarou Lula.

O presidente brasileiro advertiu, em recado a Milei, sem citá-lo, sobre a existência de "falsos democratas", que tentam "solapar as instituições", investiu contra as "experiências ultraliberais" nas quais o país vizinho está embarcando e disse que "não faz sentido recorrer ao nacionalismo arcaico e isolacionista", uma crítica que o próprio Brasil recebe com frequência.

Apesar das escaramuças, e de Milei ter acusado o presidente Luiz Arce, da Bolívia, país que ingressou formalmente no bloco na reunião, de ter promovido um "autogolpe", todos os países do bloco repudiaram a tentativa de golpe e reafirmaram seus compromissos com as instituições democráticas. São esses princípios que impediram até agora a volta da Venezuela ao bloco, suspenso por não respeitar suas cláusulas democráticas e não realizar eleições verdadeiramente livres e limpas.

Os impasses políticos se sucedem, envoltos em divergências econômicas e interesses nacionais distintos. O Brasil deveria liderar o bloco, mas não consegue. Promover a integração regional parece ser mais uma política de governos que dos Estados. Ao lado da disparidade evidente de políticas econômicas, que tudo dificulta, há interesses partidários de curto prazo, que se alternam regularmente com as eleições e que tornam o consenso muito difícil. Três décadas após um início promissor, o Mercosul dá a impressão de estar sempre recomeçando do zero. É um sinal de resistência não ter se dissolvido diante de antagonismos renovados e incessantes. O outro lado da moeda é uma estagnação constrangedora.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Aumentar o preço do álcool beneficia a saúde e a economia e eleva a expectativa de vida saudável. Por **Pedro de Paula**

Falsos dilemas do imposto seletivo sobre bebidas alcoólicas

É verdade que ninguém gosta de impostos, mas talvez devêssemos olhar para a tributação com outros olhos quando ela pode reduzir a ocorrência doenças e lesões graves, fornecer recursos para aprimorar as políticas públicas e salvar dezenas de milhares de vidas.

Aumentar a incidência de impostos sobre o álcool reduz o consumo, o que é um grande benefício para a sociedade e está em linha com as melhores práticas da Organização Mundial da Saúde (OMS) para reduzir os danos causados pelo álcool. Para ser claro, a OMS diz que não há meio mais eficaz do que a tributação adequada. Críticos, muitos deles alinhados com a indústria do álcool, dizem que tal imposto geraria consequências econômicas trágicas para o país, mas os números mostram o oposto.

O que conta é o real impacto do álcool na sociedade e esse é muito claro: de acordo com a OMS, mais de 90 mil brasileiros morreram em 2019 por causas relacionadas ao álcool. Isso, por si só, deveria justificar todos os esforços para reduzir o fácil acesso a essa substância nociva à saúde.

Além dessas mortes, devemos levar em conta os bilhões que são gastos no tratamento das mais de 200 doenças e lesões relacionadas ao consumo de álcool. Outros bilhões são perdidos devido à queda na produtividade e aos custos da seguridade social. A política que precisa ser implementada é clara: tributar de forma a aumentar o preço do álcool, incluindo a cerveja, beneficia a saúde e a economia, além de aumentar a expectativa de vida saudável. É uma decisão ganha-ganha para a sociedade brasileira.

A reforma tributária apresentada pelo governo federal em abril (PLP 68/24), em especial o imposto seletivo, oferece ao Brasil uma oportunidade única de promover uma significativa melhora na vida dos seus cidadãos. Ao contrário dos argumentos propagados pelo lobby da indústria, o imposto seletivo sobre bebidas alcoólicas e outros produtos não é ferramenta de arrecadação, mas um caminho para permitir que tenhamos vidas mais longas e saudáveis. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que o gasto total do governo federal no tratamento de cânceres associados ao consumo de álcool foi de R$ 1,7 bilhão em 2018. Se nada for feito, os gastos até 2030 serão de R$ 3 bilhões e, até 2040, de R$ 4 bilhões.

De acordo com a OMS, o Brasil perdeu 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 devido ao uso de álcool. Isso ocorreu em decorrência da perda de produtividade e ao absenteísmo no trabalho. O Covitel do ano de 2023, uma pesquisa nacional sobre doenças crônicas não transmissíveis, mostra o alarmante dado segundo o qual 1,3 milhão de brasileiros não conseguiram realizar atividades pelo menos uma vez por semana por causa do álcool. Também há consideráveis despesas de segurança pública resultantes de violência, lesões, mortes no trânsito e danos materiais relacionados ao álcool. Como mostrado em um estudo de 2017 publicado na revista "Preventive Medicine", focado nos impostos estaduais nos EUA, tributar o álcool pode, na verdade, aumentar o número de empregos. Isso aconteceria porque a indústria do álcool não é intensiva em mão de obra e os efeitos reais só poderiam ser discutidos levando-se em conta o efetivo uso dessa receita tributária adicional.

Simplificando, o custo para o sistema de saúde pública e para a economia é significativamente maior do que o prejuízo econômico que a indústria do álcool alega que sofrerá devido à redução do consumo. Não há conflitos nessa escolha, sob qualquer ponto de vista, seja econômico, de saúde ou social.


RAMON PERUCHO/PIXABAY

Implementar o imposto seletivo de maneira adequada ajudaria o Brasil a avançar significativamente no cumprimento de seu compromisso assumido com a OMS de reduzir o consumo de álcool em 20% até 2030. Para atingir essa meta, o Ministério da Fazenda propôs corretamente uma estrutura mista de tributação composta por um imposto sobre o valor de fábrica (ad valorem) juntamente com um componente baseado no percentual alcoólico do produto (ad rem). Essa estrutura foi mantida pelo GT da Câmara dos Deputados, demonstrando um consenso entre Executivo e Legislativo sobre a importância da questão.

Sem prejudicar a economia ou a liberdade dos cidadãos, a tributação adequada poderia reduzir o consumo de álcool no país em 20% nos próximos anos. Isso significa prevenir de 15 mil a 20 mil mortes por ano, ou, em termos mais claros, evitar que o Brasil vivencie uma catástrofe equivalente à queda do avião da Chapecoense a cada dois dias. O valor de tantas vidas é incalculável, assim como poupar o sofrimento de dezenas de milhares de famílias.

Por fim, se quisermos desenvolver o Brasil como sempre sonhamos, precisaremos investir nos jovens. Dados recentes da OMS mostram que, das 2,6 milhões de mortes globais atribuídas ao consumo de álcool em 2019, 13% foram de pessoas com idades entre 20 e 39 anos. Nas Américas, mais de 20% de todas as mortes entre homens nessa faixa etária são atribuíveis ao álcool. Esse grupo também é o mais afetado por lesões e mortes resultantes de violências e de sinistros de trânsito, o que encerra vidas precocemente e interrompe um potencial de décadas de contribuições para a produtividade e o crescimento do país.

As experiências internacionais reforçam a efetividade do imposto seletivo para desincentivar o consumo e salvar vidas. Múltiplos estudos e experiências de outros países demonstraram que a tributação do álcool é a ação estatal mais eficaz para reduzir os danos relacionados a essa substância nociva à saúde. Além disso, a tributação é uma política com ótimo custo-benefício e recomendada para todos os países pela OMS como boa prática para políticas de saúde.

Embora a indústria venha fazendo campanhas massivas para manter os atuais níveis de tributação, a sociedade brasileira não se deixa enganar. Uma pesquisa realizada este ano pela Vital Strategies com mais de 1.000 brasileiros mostra que 93% da população reconhece o consumo do álcool como uma preocupação. Talvez mais importante, mais de 60% dos brasileiros apoiam o aumento de preços e de impostos como um meio eficaz de redução do consumo de álcool.

Assim como no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando transformar a maneira como o Brasil lidava com o tabaco parecia uma realidade distante, pode haver quem não acredite na viabilidade dessas mudanças hoje. Mas essa ousada e acertada ação do país sobre o tabaco salvou inúmeras vidas. Agora, o Brasil tem outra oportunidade de promover a saúde aliada ao desenvolvimento econômico. Sabemos que os governos devem buscar atingir o interesse público em todas as suas acepções. Ao tributar adequadamente o álcool, o Brasil pode aprimorar a vida em sociedade de várias maneiras. A escolha é simples: o desenvolvimento econômico e social do país depende também dessa tributação. E o Congresso Nacional precisa saber que tem amplo apoio da sociedade que ele representa.

Pedro do Carmo Baumgratz de Paula é diretor-executivo da Vital Strategies Brasil, organização global de saúde pública presente em mais de 80 países.

Novos avanços no Relatório de Inflação

Nilson Teixeira



A clareza e o conteúdo informacional do Relatório de Inflação trimestral (RI) aumentaram bastante nos últimos oito anos e, em particular, na atual gestão. A comparação, por exemplo, entre os RIs de junho de 2024 e a publicação de junho de 2009 comprova os avanços, com discussões mais precisas sobre os fundamentos, as perspectivas futuras e o balanço de riscos, bem como com o abandono de informações esdrúxulas como a de gráficos sem valores no eixo vertical.

Mesmo assim, o RI perdeu relevância como instrumento de consulta sobre a gestão monetária devido à melhoria da qualidade das informações, incluindo projeções de inflação, dos comunicados e das atas das reuniões do Copom. Até por conta dessa melhor comunicação, o BC tem mudado o RI, com uma redução do número de páginas, uma melhor edição e a uma diminuição das muitas repetições de argumentos no documento.

Apesar dessas mudanças positivas, com detalhes sobre os vários modelos utilizados, o BC precisa instituir novos avanços até como forma de aumentar a atratividade da publicação, pois, mesmo na atual versão, não são muitos os participantes de mercado que leem, ao menos, parte dela. Possíveis modificações conceituais no RI seriam:

Foco nos cenários prospectivos: os RIs mais recentes passaram corretamente a dar menos atenção ao comportamento passado de variáveis econômicas e financeiras. Não obstante, ainda há espaço para eliminar repetições, em particular na seção de projeções condicionais. A descrição dos temas de inflação, atividade, mercado de trabalho, crédito, condições financeiras, contas externas e contas públicas deveria ser direcionada exclusivamente para sustentar a construção de cenários e suas correlatas previsões.

Detalhamento dos determinantes da inflação: o RI deveria explicar melhor as hipóteses utilizadas nos modelos de projeção para o comportamento de variáveis, como alguns preços administrados, até para afastar críticas de escolha de valores para calibração das projeções em torno de valores definidos preliminarmente.

Efeitos inflacionários de diferentes trajetórias para as contas públicas: é compreensível que o BC evite discussões mais profundas sobre as decisões do governo. Isso não impede, porém, que o RI exponha a leitura da instituição sobre os riscos fiscais, a quantificação do impacto inflacionário de diferentes trajetórias fiscais, bem como a avaliação da resposta monetária necessária para garantir o cumprimento da meta de inflação.

Maior transparência dos estudos e modelos de projeção: a comunicação melhorou muito com a divulgação regular e detalhada de modelos de previsão de inflação, com explicitação das variáveis utilizadas e das estimativas dos coeficientes das equações. Um avanço adicional seria disponibilizar, no menu da página do BC, códigos das especificações mais utilizadas, planilhas de cálculo, bem como todas as séries estatísticas utilizadas nos modelos e estudos. Essa estratégia contribuiria para angariar sugestões de ajustes por parte de pesquisadores, bem como de consultorias e instituições financeiras com bons times macroeconômicos.

Simulações para diferentes caminhos dos fundamentos e análise sobre alternativas de respostas monetárias: a exposição das projeções de inflação com base em diferentes trajetórias para os fundamentos e a taxa Selic melhoraria a compreensão sobre o balanço de riscos para a inflação nos cenários considerados pelo Copom, bem como sobre suas decisões.

Avaliação da política monetária e de eventuais erros de projeção: o BC poderia debater eventuais falhas na construção de cenários e projeções, ainda mais quando não geradas por choques, bem como as respectivas decisões de política monetária. A discussão dos erros de previsão do mercado também estimularia um maior empenho das instituições no aprimoramento de suas contribuições para a Pesquisa Focus.

Mudanças melhorariam a coordenação das expectativas dos participantes do mercado

Eliminação de "fan charts": em linha com o texto de Ben Bernanke — "Forecasting for monetary policy making and communication at the Bank of England: a review", a publicação do "fan chart" e de tabelas correspondentes não têm relevância prática e poderia ser cortada sem perda de substância.

Transferência da maioria dos boxes dos RIs para outra publicação: a qualidade e a clareza dos boxes melhoraram muito nos últimos anos. Os recentes boxes sobre a inflação de serviços ponderada pela intensidade de trabalho e as medidas de hiato do produto são ótimos exemplos. A divulgação seria alavancada com a transferência desses estudos para documentos separados, o que garantiria sua publicação mais tempestiva e maior exposição. Os boxes deveriam ser destinados quase que exclusivamente para atualização dos modelos e revisão de previsões.

Disponibilização de todas as séries abordadas em documentos do BC: a atualização regular dessas séries melhoraria a transparência da instituição. Embora seja um excelente avanço, a apresentação detalhada dos métodos de cálculo dessas séries e das especificações dos modelos privilegia apenas um grupo reduzido de analistas capazes de replicar os estudos e, portanto, prejudica a difusão sem distorções das informações sobre a atuação da autoridade monetária.

O objetivo central dessas mudanças é o de aprimorar ainda mais a comunicação do BC por meio de uma melhor disseminação do conhecimento sobre a sua atuação. Além disso, esses avanços contribuiriam para tornar os mecanismos de transmissão da política monetária mais claros e, portanto, melhorariam a coordenação das expectativas dos participantes de mercado, o que, ao fim, poderia diminuir a intensidade da resposta monetária necessária para garantir a manutenção de uma inflação baixa e bem-comportada em torno da meta.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Frase do dia

"A inteligência artificial só não é mais perigosa que a burrice humana".

Do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), autor do projeto de lei que cria um marco legal para a IA, ao defender a necessidade de aprovação pelo Congresso de legislação sobre a tecnologia, por ele considerada 'muito sensível'

Cartas de Leitores

Bolsonaro e as joias

O ex-presidente Jair Bolsonaro teria contado com o auxílio de Bento Albuquerque, Fábio Wajngarten, Frederick Wassef, Marcelo Câmara, Mauro Cid e Mauro Lourena Cid para vender joias com valor estimado de R$ 6,8 milhões.

Parte do dinheiro arrecadado nestas vendas foi transferido em espécie para Bolsonaro, segundo a Polícia Federal, que elaborou um relatório detalhando as vendas ilícitas das joias que deveriam ter ido para o patrimônio do Estado.

Como é de costume da família Bolsonaro, o sistema bancário formal não foi utilizado, de forma a ocultar a origem, localização e propriedade dos valores.

As joias incluem relógio Rolex, caneta Chopard, relógio Chopard, anel Chopard, brincos Chopard, entre outros objetos de alto valor. Os contribuintes brasileiros merecem que os envolvidos nessa patifaria sejam punidos com todo o rigor da lei.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

•

No lugar de agradecer a dádiva de presidir o país e tentar recompensar os eleitores e o povo brasileiro com um governo ético e de respeito às nossas instituições, Jair Bolsonaro, desgraçadamente, preferiu, entre outras barbaridades, fomentar um golpe de Estado, roubar e vender conforme, cálculo da PF, por R$ 6,8 milhões joias recebidas durante sua gestão, presenteadas pelo governo da Arábia Saudita, que pela lei brasileira pertencem ao patrimônio nacional.

Ou seja, como diz a nossa Constituição que todos são iguais perante a lei, pelos crimes praticados, como do desvio das joias, e, já indiciado, justa será sua condenação, assim como foi Lula por corrupção.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Eleições americanas

O país mais poderoso do mundo dispõe de arsenal com poder de destruição talvez maior que o da colisão do asteroide que extinguiu os dinossauros. Seu atual dirigente, no entanto, não vem desenvolvendo raciocínios com a clareza que o cargo exige, como demonstra o seu desempenho durante o último debate visando às próximas eleições. Num contexto geopolítico cada vez mais complexo, tais sinais aumentam a ansiedade internacional. Por outro lado, seu oponente, já também exibindo certo grau de senilidade, não aparenta possuir o nível de sensatez imprescindível ao posto almejado, temeridade percebida por ações em mandato anterior e escândalos seguidos de envolvimentos com a Justiça. .Tal cenário sugere, para o bem da humanidade, que a própria sociedade americana empregue seu poder de pressão no sentido de alijar ambos da próxima contenda eleitoral.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Multilateralismo é a melhor garantia de sistema aberto e resiliente. Por **Francisco Gomes Neto**

O comércio e os investimentos no B20



O Brasil é um ator global no comércio exterior. Tanto do lado das exportações quanto das importações, tem parceiros relevantes nas diferentes regiões do mundo e pauta de exportação diversificada em termos de produtos. Além disso, há muitos anos o Brasil figura regularmente entre os principais destinos dos investimentos diretos externos.

Nesse sentido, interessa ao Brasil e ao setor empresarial brasileiro o fortalecimento da governança global do comércio e dos investimentos e, em especial, das instituições multilaterais de regulação, com destaque para a Organização Mundial de Comércio (OMC). Um multilateralismo forte é a melhor garantia de um sistema de comércio e investimentos aberto, inclusivo e equilibrado, levando em conta interesses de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No entanto, o sistema multilateral de comércio vem passando por uma longa crise nos últimos anos que o torna vulnerável a fatores extra comerciais. Entre estes, citaria as tensões geopolíticas, os conflitos armados em diferentes regiões, e o número crescente de medidas unilaterais protecionistas, muitas vezes abrigadas atrás de motivações legítimas. De janeiro de 2023 a janeiro de 2024, o valor acumulado de subsídios fornecidos por governos de todo o mundo ultrapassou US$ 1,1 trilhão, de acordo com mapeamento do New Industrial Policy Observatory, iniciativa do Global Trade Alert.

A mitigação das mudanças climáticas, por exemplo, tem sido um dos motivos mais frequentemente apresentados pelos países para justificar a implementação de políticas industriais intensivas em subsídios. Políticas públicas que promovem a descarbonização das cadeias produtivas globais são de extrema importância para acelerarmos a transição para uma economia de baixo carbono. No entanto, estas medidas não devem resultar em restrições adicionais ao comércio internacional, dificultando o acesso a insumos que poderiam contribuir para tornar estes setores mais sustentáveis.



Sistema passa por uma longa crise, o que o torna vulnerável a fatores extra comerciais. Cenário nos leva a buscar todas as oportunidades para mobilizar o setor privado em torno de recuperar o multilateralismo como instância de negociação e cooperação

A fragilidade do sistema multilateral do comércio cria um ambiente para a adoção de medidas distorcivas aos fluxos de comércio e de investimentos, gerando ineficiências, adicionando custos e impactando negativamente a igualdade de condições de concorrência entre as empresas. Trata-se de um ambiente que dificulta os esforços das empresas para conferir resiliência às suas cadeias de valor.

Esse cenário nos leva a buscar todas as oportunidades disponíveis para mobilizar o setor privado em torno do objetivo de recuperar o multilateralismo como instância de negociação e cooperação. Para o setor privado brasileiro e dos demais países que compõem o G20, o B20 é provavelmente a maior dessas oportunidades, visto que o grupo é composto por lideranças das empresas das maiores economias do mundo.

O B20 inclui, em sua estrutura, uma força-tarefa voltada para a agenda de comércio internacional e investimentos, a qual tenho a honra de coordenar este ano ao lado de lideranças empresariais de todos os continentes e diversos setores econômicos.

A maior contribuição do B20 na discussão sobre comércio e investimentos é promover propostas que apontem na direção da revitalização do multilateralismo e de suas instituições. Ao fomentar, por meio de negociações e da cooperação multilateral, um ambiente regulatório mais harmonizado e equilibrado, os países podem ajudar as empresas a reduzirem custos, construir cadeias de valor globais mais resilientes e sustentáveis e acelerar sua transição para operações descarbonizadas. Essa orientação está alinhada ao que defende o governo brasileiro, que fez da reforma da governança global um dos eixos prioritários para a sua presidência do G20 em 2024.

Coerente com este objetivo, e contando com a participação de mais de 180 membros, nossa força-tarefa elegeu este ano como principais recomendações aos países do G20:

1. O fortalecimento da governança multilateral do comércio e dos investimentos, com ênfase na reforma do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, na negociação de novos acordos multilaterais ou plurilaterais, com prioridade para as iniciativas relacionadas à facilitação dos investimentos, ao comércio eletrônico e à sustentabilidade, e no engajamento formal do setor privado nos comitês da OMC e nas negociações de novos acordos.

2. A promoção de um ambiente de comércio e investimentos mais sustentável e resiliente, notadamente através da revisão de medidas comerciais restritivas adotadas pelos países do G20, da adoção de metodologias de cálculo e relato de emissões de carbono internacionalmente aceitas, e da adoção de boas práticas regulatórias e taxonomias para regulações relacionadas à sustentabilidade e ao comércio.

3. Por fim, recomenda-se a facilitação dos fluxos de comércio e de investimentos por meio da simplificação e digitalização dos procedimentos aduaneiros e de maior oferta de financiamento público e privado para os atores menos favorecidos pelos mecanismos existentes: os países menos desenvolvidos, as micro, pequenas e médias empresas, e as empresas lideradas por mulheres.

A fim de apresentar nossas propostas e iniciar as discussões sobre esses temas com os membros do bloco, participei no fim de junho da 2ª rodada de reuniões presenciais do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20 Brasil, a convite do governo brasileiro. O encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro contou com representantes dos países membros, países convidados e organizações internacionais.

Sob a liderança brasileira e com elevado grau de engajamento de nossos membros, nossa força-tarefa seguirá trabalhando em defesa destas recomendações ao longo dos próximos meses com o intuito que ações concretas sejam incorporadas pelos governos do G20 na agenda da cúpula em novembro.

Pelo seu peso econômico e político, é desse conjunto de países que depende o sucesso de qualquer iniciativa para revitalizar o multilateralismo e fomentar um comércio global mais resiliente, sustentável e digital. Trata-se, sem dúvida, de uma agenda ambiciosa, mas, sem ambição, o B20 não terá dado a sua contribuição para que o G20 enfrente um conjunto inédito de desafios que ameaçam os ganhos proporcionados por décadas de crescimento dos fluxos de comércio e investimentos.

Francisco Gomes Neto é presidente e CEO da Embraer e líder da força-tarefa de Comércio e Investimentos do B20.

Especial

Financiamentos Tarciana Medeiros descarta ampla repactuação de dívidas rurais no Rio Grande do Sul e celebra a projeção de recorde nos empréstimos na safra 2024/25

Para presidente do Banco do Brasil, não há razão para se falar em crise no agro

Rafael Walendorff, Guilherme Pimenta e Fernando Exman
De Brasília

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO



Tarciana Medeiros, do BB: líder do mercado de crédito rural, banco prevê liberar R$ 260 bilhões em financiamentos aos produtores rurais na safra 2024/25

O impacto dos problemas climáticos e da queda dos preços das commodities sobre os resultados das fazendas neste ano é uma incógnita, mas, ainda assim, a produção agropecuária deverá bater novo recorde na safra 2024/25, avalia a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros. "Não há que se falar em crise no agro", disse ela, categórica, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

A queda dos custos de produção, que faz com que o produtor precise pedir menos dinheiro emprestado, não deverá afetar a demanda por crédito nesta temporada, afirmou a executiva. "O custo já tinha sido menor na safra passada, e a demanda não caiu", disse. Ela acredita que a manutenção dos juros — e não um corte mais profundo, como queria o setor produtivo — e a alta do dólar também não afetarão a busca por financiamentos. O BB anunciou que vai liberar R$ 260 bilhões no ciclo 2024/25, um recorde.

A instituição quer retomar parte da fatia que perdeu na oferta de recursos que contam com subvenção direta da União. O banco prevê distribuir mais de 40% dos R$ 138,2 bilhões em recursos equalizados — no início da safra 2023/24, a fatia do BB chegou a ser de 25%, mas, após remanejamentos, a participação alcançou 37% no fim do ciclo.

Tarciana Medeiros descartou a necessidade de uma ampla repactuação de dívidas rurais no Rio Grande do Sul. Em vez disso, afirmou, o banco pretende avaliar caso a caso. O BB suspendeu, até 14 de agosto, a cobrança de R$ 4,5 bilhões de parcelas de empréstimos que fez a produtores.

A carteira de agro da instituição, líder desse mercado, era de R$ 372,5 bilhões em março. Já a inadimplência do crédito rural, que de 0,47% em junho de 2022, chegou a 1,19% no primeiro trimestre deste ano. Para a executiva, o aumento da inadimplência é resultado uma "acomodação" do índice, que estaria voltando aos níveis pré-pandemia.

A inadimplência está "dentro da normalidade", disse. "Não enxergamos elevação de risco no agro". Mesmo assim, afirmou que episódios como as enchentes no Rio Grande do Sul, a seca na Amazônia e as queimadas recentes no Pantanal "assustam bastante" e deixam as instituições financeiras em alerta para o impacto das mudanças climáticas sobre o setor.

Medeiros afirmou ainda que o banco já sente efeitos positivos do novo marco de garantias sobre a concessão de crédito, principalmente para a compra de veículos. O governo sancionou a medida no ano passado. "Tivemos elevação de desembolso que não acontecia já há um bom tempo", disse.

Ela antecipou ao **Valor** que, até sexta-feira (12/7), o BB vai registrar R$ 1 bilhão em dívidas renegociadas no âmbito do programa Desenrola Pequenos Negócios, voltado aos microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Que cenário o banco projeta para a safra 2024/25?*

Tarciana Medeiros: Falou-se muito neste ano sobre a crise no agro, mas eu sempre fui muito otimista com o setor. Nós viemos de safras recorde. Esperamos que a safra 2023/24 seja a segunda melhor da história, mesmo com quebra na produção de soja. Não há que se falar em crise do agro. Temos uma situação de preços mais achatados, o produtor guarda um pouco da safra para poder esperar essa acomodação de preços. Neste ano, tivemos sazonalidades climáticas muito sérias, mas depois da colheita. Estamos bem otimistas para 2024/25. Não iríamos colocar R$ 260 bilhões na rua se não houvesse, de fato, uma previsão de crescimento da safra neste ano.

Valor: *Como o banco está se preparando para lidar com os eventos climáticos extremos?*

Tarciana: O banco tem a maior seguradora da América Latina especializada em agro. Diversos modelos de risco da seguradora e de parceiros internacionais de resseguros [garantem] a oferta de seguro, mesmo nas regiões em que houver intempéries. O preço [do seguro] está diretamente ligado ao risco, mas temos parcerias com consórcios de resseguradoras para garantir que o preço seja condizente com a capacidade do produtor de pagar. Subvenção ao prêmio sempre é muito bom, mas temos condições de operar com previsibilidade, mesmo sem aumento da subvenção. Mais de 70% da nossa carteira de crédito tem algum mitigador de risco. Para nós, é mais simples prever quebra de safra.

> "A inadimplência está em uma curva de normalização, [voltando aos] níveis de antes da pandemia"

Valor: *Mesmo no caso do Rio Grande do Sul?*

Tarciana: Não existe modelo de risco que tenha condição de prever o que aconteceu lá. Ainda estamos acompanhando as informações dos produtores. Boa parte da safra já havia sido colhida, e uma parte dos produtores estava capitalizada, precisando de menos recursos do banco.

Valor: *Na questão das dívidas do Rio Grande do Sul, será preciso lançar uma ação generalizada de renegociação ou algo mais pontual?*

Tarciana: O pensamento de repactuação ainda é pontual, apenas para as áreas em que temos a certeza absoluta de que as perdas são, de fato, irreversíveis. Até 15 de agosto, são R$ 4,5 bilhões em dívidas prorrogadas no Banco do Brasil, e temos R$ 1,9 bilhão disponíveis em linhas de crédito emergenciais para pequenos e médios produtores. Esses R$ 4,5 bilhões são um número importante, mas, como temos a vantagem de atuar no país inteiro, nosso risco é muito pulverizado.

Valor: *Há apetite e demanda por crédito para uma safra recorde?*

Tarciana: A safra passada, quando tivemos desembolso recorde [R$ 230 bilhões], já estava com o custo de produção um pouco menor do que o de 2022/23. No primeiro semestre deste ano, com os custos já em queda, a demanda por crédito não caiu. A previsão é que tenhamos para 2024/25, aí sim, uma acomodação da demanda.

Valor: *O repique do dólar pode afetar custos e demanda?*

Tarciana: Boa parte dos produtores rurais já trabalha com variação cambial. Na agricultura familiar, os preços dos produtos são nacionais. O risco de a variação do dólar interferir na demanda de crédito é bem remoto.

Valor: *Por que os juros do crédito não diminuíram?*

Tarciana: Até o fechamento do primeiro trimestre, tínhamos uma expectativa de Selic em 9% no fim do ano e em até 8,5% em 2025. Não houve corte na Selic nem nos juros dos Estados Unidos, e o dólar subiu no mundo todo. Isso é precificado para nós e para o custo do governo. A manutenção das taxas de juros, levando em consideração o cenário de elevação dos juros futuros, foi uma vitória muito grande.

Valor: *Como vai ficar a participação do BB na divisão dos recursos equalizáveis na safra 2024/25?*

Tarciana: O regramento de distribuição dos recursos foi aprimorado para que não falte dinheiro no Banco do Brasil. Para nós, levou-se em consideração, por exemplo, a capilaridade e capacidade de distribuição de recursos. No ano passado, tivemos, inicialmente, 25% dos recursos equalizados, abaixo do que recebíamos historicamente. Ao longo do Plano Safra, com recursos devolvidos por outras instituições, alcançamos quase 40% do total. Distribuímos 100% dos recursos equalizados que recebemos. Para 2024/25, temos boa expectativa [de receber] recursos condizentes com essa capacidade. Estou aguardando acima de 40% dos recursos equalizados.

Valor: *Como está a participação das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) no crédito rural do BB?*

Tarciana: Está na mesma média do ano passado. Ainda não tivemos variação de investimento da LCA. A regra de exigibilidade de 50% de aplicação desses títulos mantém um conforto, porque a nossa LCA é aplicada no setor. Como o Plano Safra cresceu de um ano para o outro, vamos aumentar a oferta de recursos livres também. Tem uma boa carteira aplicada em Cédula de Produto Rural (CPR), mas isso representa cerca de 15% da carteira [R$ 37,6 bilhões]. É um instrumento leve, adequado, digital. Alguns clientes têm preferência de por esse papel, [dada a] simplicidade na contratação.

Valor: *Qual é a tendência para a inadimplência no agro?*

Tarciana: A curva de inadimplência do agro se elevou. [Isso] representa uma acomodação [nos níveis] pré-pandemia, é uma curva de normalização. Não considero uma curva de elevação de risco. Não enxergamos elevação de risco no agro.

Valor: *Essa normalização a níveis pré-pandemia pode se replicar em outros segmentos?*

Tarciana: Com certeza, principalmente para a pessoa jurídica. Na pessoa física, já houve acomodação, até porque sua linha acaba se renovando em prazo menor. A pessoa jurídica ainda está em processo de normalização pré-pandemia, assim como agro e micro e pequenas empresas.

Valor: *A inadimplência na pessoa jurídica recuou em relação a dezembro do ano passado e estava em 3,19% em março. O índice vai ficar nesse patamar ou deve subir?*

Tarciana: Antes da pandemia, ela estava em torno de 4,2%. Acredito que qualquer variação daí até 4,5% é normal. Não é nada que nos cause preocupação.

Valor: *Já é possível perceber algum efeito das medidas que o governo adotou no ano passado, como o marco de garantias, sobre a concessão de crédito?*

Tarciana: Sim. Tivemos uma elevação no crédito para [compra de] veículos. Agora, está mais fácil buscar e executar a garantia do que antes. No agro, ficou mais simples pegar como garantia a propriedade, e a execução da garantia também ficou mais simples. Mas, no financiamento de veículos, principalmente, o desembolso aumentou como não acontecia há um bom tempo.

Valor: *Para alguns analistas, com o cenário macro não muito favorável e a interrupção dos cortes na taxa Selic, o Banco do Brasil chegou ao seu pico de rentabilidade. Como a senhora avalia?*

Tarciana: Estamos trabalhando para entregar o "guidance" [metas] com que nos comprometemos com o mercado, principalmente no crédito, que é o nosso "core". Temos uma estratégia de longo prazo, então há evoluções, principalmente na transformação digital, que vai entregar eficiência em algumas linhas. Não vou afirmar que vamos bater recorde, mas se [os resultados] forem recorde, será uma consequência dessa estratégia.

> "Estamos trabalhando para entregar as metas, principalmente de crédito, com que nos comprometemos"

Valor: *O presidente Lula tem cobrado dos bancos a ampliação da concessão de crédito a pequenos e médios. Qual a situação no BB?*

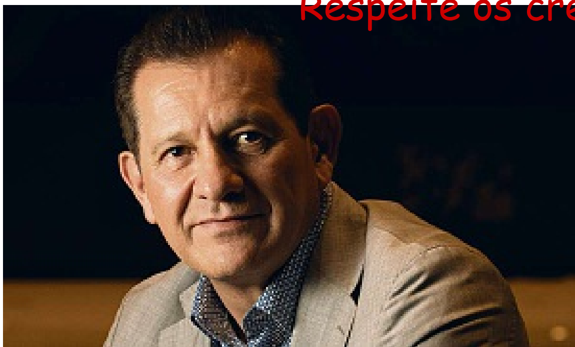
Tarciana: Neste ano, houve R$ 91,7 bilhões de crédito para pessoas jurídicas até junho, com mais de 165 mil empresas atendidas. No capital de giro, a principal linha para pequenos e médios, foram R$ 46,8 bilhões, para mais de 132 mil empresas. Um tempo atrás, o banco teve problema nas MPEs, mas reconstruímos a carteira com acompanhamento de evolução financeira dos clientes, o que permite pulverizar o crédito e diminuir o risco. Conseguimos [melhorar o índice de] inadimplência e recuperar o crescimento da carteira.

Valor: *Ainda há estoque para ampliar o Desenrola Pequenos Negócios?*

Tarciana: Temos, principalmente por meio da Ativos S.A. No banco, desde ano passado, já tínhamos um Desenrola para micro e pequenas empresas, e recuperamos muito em 2023. Da carteira ativa, há menos possibilidade de crescimento [adicional], mas [o crescimento] será mais por meio da Ativos S.A. Até sexta-feira, devemos alcançar R$ 1 bilhão de dívidas renegociadas de pequenos e médios.

Comércio
Demanda da China aquece embarques de couro do Brasil
B8

Veículos
Clarios, dona da Heliar, aposta em baterias de baixa tensão, conta Zimmermann B3



Reconstrução
RS tem melhora de parte da infraestrutura, mas turismo ainda é fraco B4

Sustentabilidade
Natura capta R$ 1,3 bi em debêntures de insumos da Amazônia B5

Tecnologia
Microsoft compra carbono da Occidental Petroleum para compensar IA B6

Empresas

Sucessão Três nomes devem ser escolhidos até o fim de julho; executivo pode ser definido em agosto

Primeira lista da Vale com 15 nomes para CEO não inclui candidatos do governo

Mônica Scaramuzzo, Francisco Góes, Stella Fontes e Kariny Leal
De São Paulo e Rio

LEO PINHEIRO/VALOR



Conselho de administração da mineradora quer virar a página e busca executivo que possa conduzir processo de crescimento da companhia

R$ 286 bi é o valor de mercado da Vale

Uma primeira lista, com 15 potenciais candidatos a presidente da Vale, tornou-se pública ontem dentro do conturbado processo sucessório da mineradora, que se arrasta desde 2023. Os nomes — boa parte deles revelada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal "O Globo", incluem executivos de grandes empresas brasileiras — entre as quais Embraer, Gerdau, Klabine Engie —, apenas dois são da área de mineração, outros dois estrangeiros e somente uma mulher, a engenheira Ana Zambelli, com longa trajetória no setor de óleo e gás.

O **Valor** apurou que essa primeira seleção, preparada pela consultoria Russell Reynolds, teria desagradado à Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, por não incluir nome mais próximo do governo.

Na seleção, a consultoria de "head hunter" indica quais são os executivos considerados alta prioridade para o cargo e sugere candidatos que se colocaram à disposição de participar de uma segunda etapa do processo. A expectativa é de que três nomes sejam selecionados até o fim do mês — e o escolha do futuro CEO seja concluída até o fim de agosto, segundo fontes. A reportagem não teve acesso às notas atribuídas a cada indicado considerado de alta prioridade.

Parte dos acionistas ouvida pelo **Valor** demonstrou insatisfação com a lista divulgada pela consultoria responsável por essa seleção.

Nomes como Cristiano Teixeira, da Klabin, Gustavo Werneck, da Gerdau, e Francisco Gomes Neto, da Embraer, foram bem recebidos por parte dos acionistas, por terem uma trajetória nas respectivas empresas consideradas de sucesso. Outros, como Pedro Parente (EB Capital) e Antonio Maciel Neto (Caoa), por exemplo, não representariam hoje o "sangue novo" que a mineradora quer imprimir para voltar a crescer, segundo as fontes. Procurados, nenhum executivo da lista retornou as ligações. Os executivos estrangeiros, Pablo Di Si (Volks) e Antonio Filosa (Jeep), teriam resistência por parte dos acionistas. Filosa negou que tenha sido sondado.

A seleção feita pela consultoria de "head hunter" priorizou nomes ligados ao setor industrial, segundo um candidato ouvido pela reportagem. Na lista, não há ninguém ligado ao mercado financeiro.

Parte dos acionistas também tem defendido uma antecipação no processo de sucessão da Vale, para a empresa virar a página na crise do processo sucessório. No entanto, a dificuldade para encontrar um executivo para início imediato é apontado como a principal dificuldade.

Executivos incluídos na lista ouvidos pelo **Valor**, sob condição de anonimato, confirmaram que disponibilidade imediata pode ser um problema, mas pode ser negociado. Para parte deles, a Vale tem problemas por conta das tragédias ambientais de Mariana (MG), em 2015, e de Brumadinho (MG), em 2019, mas a empresa representa um desafio de carreira importante para um profissional experiente.

Acionista histórica da Vale desde a privatização da companhia, em 1997, a Previ vem sendo apontada, nos bastidores, desde o começo do governo Lula, como interlocutora do Planalto na sucessão da mineradora, processo marcado por várias tentativas de intervenção de Brasília.

Fontes próximas da Previ negaram que tenha havido qualquer pressão para mudar ou acrescentar nomes nessa primeira lista da Russel Reynolds. A reportagem apurou que a lista foi apresentada na segunda-feira (8) ao comitê de pessoas e remuneração, coordenado por João Fukunaga, presidente da Previ e um dos dois conselheiros do fundo de pensão na mineradora. O outro é Daniel Stieler, presidente do conselho de administração da empresa. Ontem, o colegiado da Vale se reuniu e a lista foi discutida. Procurados, Fukunaga e Stieler não se pronunciaram até o fechamento desta edição.

Alguns nomes próximos ao governo que circularam como eventuais candidatos à vaga de CEO da Vale foram Paulo Caffarelli, ex-presidente do Banco do Brasil, e, mais recentemente, Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). O primeiro nome foi do ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, mal-recebido pelo mercado. O conselho acabou rachando nas discussões sobre a sucessão da mineradora. Outro candidato que apareceu ao longo do processo sucessório foi o do ex-presidente da Vale, Murilo Ferreira, que comandou a mineradora no governo Dilma Rousseff, além de Aldemir Bendine. Nenhum deles apareceu, porém, na lista inicial da Russell Reynolds. Procurado, Dantas não retornou até o fechamento desta edição.

O processo sucessório na Vale tem um rito de governança a ser seguido e a empresa já divulgou que existe um cronograma segundo o qual Eduardo Bartolomeo, o atual CEO, será substituído até dezembro. Mas todo o desgaste que esse processo vem trazendo para a empresa fez com que acionistas e administradores passassem a trabalhar para antecipar a conclusão da troca do presidente. Oficialmente, essas datas não constam do cronograma divulgado pela empresa.

A primeira nominata da Russell Reynolds vai passar por uma depuração que reduzirá o número de candidatos até se chegar a uma lista tríplice. O acordo que existe, segundo fontes, é que nessa lista final conste um candidato de dentro da Vale, que seria o vice-presidente de finanças, Gustavo Pimenta. Restariam, portanto, outras vagas a serem preenchidas. É dessa trinca que saíra o novo CEO.

O **Valor** apurou que na primeira lista a consultoria fez uma classificação, ordenando os candidatos de acordo com critérios técnicos. Mas a palavra final, sobre quem passará para as fases seguintes da seleção, caberá ao conselho de administração da Vale, que no momento tem 11 integrantes depois da renúncia de dois conselheiros independentes. José Luciano Penido renunciou em março, quando veio a público uma carta dele com críticas ao processo sucessório. Ele terminou se retratando um mês depois e uma apuração interna da Vale indicou que o processo sucessório respeitou a governança. Na semana passada, a canadense Vera Marie Inkster também renunciou.

O colegiado ficou com seis conselheiros independentes abaixo do que determina o estatuto da empresa e agora a Vale irá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), em data a ser definida, para recompor o conselho.

Em nota na noite de ontem a mineradora afirmou que Reynolds segue desempenhando os serviços de assessoria para a seleção do novo presidente da companhia. "As ações de competência do Conselho de Administração da Vale continuam em execução conforme comunicação ao mercado em 1º de maio de 2024. O processo de sucessão do Presidente da Vale é executado em conformidade com o estatuto social e as políticas corporativas da Companhia, bem como com o Regimento Interno do Conselho de Administração e a legislação aplicável. Por fim, a Companhia informa que não há definição pelo Conselho de Administração da Vale sobre a lista de candidatos até o presente momento e reitera que manterá o mercado informado a respeito de evoluções relevantes sobre a definição do seu novo Presidente.

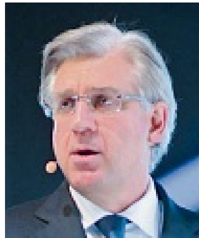
A administração da Vale persegue um perfil de executivo que possa voltar a fazer a mineradora crescer depois dos problemas com o rompimento das barragens nos últimos anos. A empresa enfrenta problemas de licenciamento ambiental, sobretudo no Pará, onde estão as principais reservas, em Carajás. Existe, segundo dizem fontes próximas à empresa, uma matriz de competências para o CEO. Essa matriz inclui, por exemplo, a necessidade de experiência internacional em cargos anteriores pelos quais o executivo passou. Um ponto que se busca também é que o executivo tenha boa comunicação e priorize relações institucionais com as partes interessadas. ***(Colaborou Paula Martini, do Rio)***

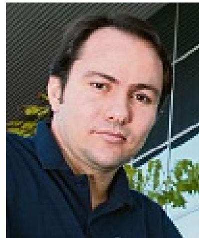
Os possíveis candidatos
Lista tem nomes ligados ao setor e presidentes de grandes empresas


Ana Zambelli
Membro do conselho de administração da Galp


André Clark Juliano
Siemens Energy


Antonio Filosa
Jeep

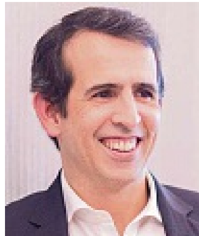

Antonio Maciel Neto
Caoa


Carlos Piani
Equatorial


Cristiano Teixeira
Klabin


Fábio Venturelli
São Martinho


Francisco Gomes Neto
Embraer


Gustavo Werneck
Gerdau

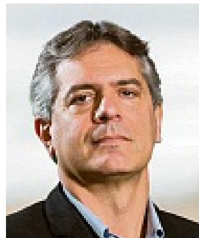

Marcelo Bastos
Ex-BHP e conselheiro da Anglo


Maurício Bähr
Engie


Pablo Di Si
Volkswagen nos EUA


Pedro Parente
EB Capital, ex-BRF, ex-Petrobras


Roberto Simões
Ex-Braskem


Ruben Marco Fernandes
Anglo American

Fonte: Mercado

Destaques

Aura bate recorde
A Aura, mineradora de ouro e cobre com operações no Brasil, México e Honduras, produziu 64,326 mil onças equivalentes de ouro (GEO) no segundo trimestre, 33% acima de ano antes, no caminho para entregar as projeções estabelecidas para 2024. Considerando-se os últimos 12 meses, foram produzidas 266,583 mil onças, o maior volume na história da companhia, o que confirma que a produção voltou a avançar após a estabilização nas operações que tiveram problemas no ano passado e com a entrada de Almas", diz o presidente Rodrigo Barbosa.

Compra da Esfera aprovada
A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) aprovou a compra da Esfera Energia pela Auren, empresa de energia que nasceu da reorganização societária dos ativos do grupo Votorantim e do fundo canadense CPP Investments. A Auren é a maior comercializadora de energia do país. A Esfera Energia atua na área de gestão de energia no mercado nacional. Segundo as normas do Cade, se em 15 dias não houver questionamento à operação, ela fica definitivamente aprovada.

Mounjaro mais eficiente
Os pacientes perderam peso de forma mais significativa com o medicamento Mounjaro da Eli Lilly do que com o tratamento Ozempic da Novo Nordisk, de acordo com um novo estudo, divulgado no site Jama Internal Medicine. As ações da Eli Lilly subiram mais de 1%, enquanto a Novo Nordisk caiu 1,7%. A análise de 18.386 pacientes obesos ou com sobrepeso selecionados que tomaram os medicamentos descobriu que os usuários do Mounjaro perderam 5,9% do peso corporal após três meses, contra 3,6% do Ozempic.

Infraestrutura Hidrelétricas são a principal fonte do sistema no país, com fatia de cerca de 65%

Grupos reforçam instalações para evitar paradas imprevistas e multas


FABIO ROSSI / AGÊNCIA O GLOBO

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, abastecida pelo rio Tocantins, teve aprovado orçamento de R$ 1,25 bilhão para sua modernização, segundo a Eletrobras

Fábio Couto e Robson Rodrigues
Do Rio e de São Paulo

Empresas que atuam na geração de energia elétrica têm investido em modernização de instalação, uso de tecnologias e gestão e ativos em hidrelétricas para evitar paradas imprevistas, que causam perda de receita e penalidades. As geradoras buscam otimizar a operação no momento em que as hidrelétricas são consideradas uma das soluções para o horário de pico, quando o consumo de energia cresce exponencialmente.

Geradoras de energia são exemplos da chamada infraestrutura crítica — são sistemas cujo funcionamento é essencial para a sociedade; quando eles falham, geram impactos negativos no dia a dia. No setor elétrico, as hidrelétricas ainda são a principal fonte de energia, com cerca de 65% do sistema, mesmo com o avanço de renováveis como eólicas e solares, e da geração térmica a gás.

Logo, quando as hidrelétricas têm falhas e saem do sistema, há risco de apagão, levando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a atuar para evitar interrupções de energia — e mesmo assim, nem sempre com sucesso. No jargão do setor, essas falhas são chamadas de indisponibilidades e são passíveis de multas. As hidrelétricas podem também ter redução da garantia física, quantidade de energia que pode ser comercializada no mercado, entre outras penalidades.

Há ainda as paradas programadas, voltadas para a manutenção dos equipamentos. Elas devem ser comunicadas previamente ao ONS. Mas se a paralisação exigir mais de 90 dias, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também deve ser comunicada.

No caso da Cemig, o trabalho envolve a realização de investimentos da ordem de R$ 2 bilhões até 2028 para modernizar hidrelétricas do grupo. Um destaque é a modernização da hidrelétrica de Salto Grande, de 102 megawatts (MW) de capacidade instalada, que terá mais de R$ 150 milhões em recursos para modernização e atualização digital de todas as instalações, inclusive a subestação, em operação desde 1956.

As hidrelétricas da Cemig registraram em 2023 uma disponibilidade de 96,98%, 8,8 pontos percentuais acima da média do setor elétrico nacional, ajudando na elevação das receitas de geração. Esse aumento é importante, especialmente para hidrelétricas que renovaram as concessões, cujos preços da energia tiveram redução da ordem de 60% ante os contratos anteriores.

> "É possivel aumentar geração sem construir novas usinas"
> *Adriana Waltrick*

Foi o caso das hidrelétricas Itutinga, Camargos e Salto Grande que representou, por exemplo, receita adicional de R$ 6,5 milhões em 2023, segundo o então vice-presidente de geração e transmissão da Cemig, Thadeu Silva — o executivo deixou o cargo um mês após a entrevista ao **Valor**. "Hoje, a Cemig não tem nenhuma usina exposta a penalidades", disse Silva.

Em abril, a estatal abriu licitação para modernização de Itutinga, Camargos e Salto Grande, que incluem a operação remota, alinhando-se a outras plantas, dentro do processo de digitalização. A modernização das hidrelétricas e o aumento da disponibilidade para o sistema pode significar a oportunidade de negociar energia excedente no mercado livre.

Parte das usinas da Cemig e da Eletrobras, por exemplo, renovou a concessão de hidrelétricas em 2013, pelo chamado regime de cotas, cujo custo da energia teve redução em torno de 65% frente ao praticado antes dos novos contratos. As cotas, rateio dos custos da geração por entre as distribuidoras, reduziram a receita, o que levou as empresas a apostarem na maior disponibilidade.

Na Eletrobras, um terço dos R$ 10 bilhões previstos para investimentos em 2024 é destinado para reforços e melhorias em transmissão e geração, disse o vice-presidente executivo de operações e segurança da companhia, Antonio Varejão Godoy. O pacote inclui acompanhamento e gestão de cerca de 60 mil equipamentos em todo o país.

"Especificamente sobre hidrelétricas, posso citar a substituição de equipamentos em Paulo Afonso IV, Sobradinho e Xingó, totalizando aproximadamente R$ 1 bilhão já contratados entre 2024 e 2028", disse Godoy. Há ainda previsão de investimentos da ordem de R$ 400 milhões para manutenção de hidrelétricas de Furnas, como Porto Colômbia e Simplício, e da Eletronorte, especialmente Tucuruí, que teve aprovado orçamento de R$ 1,25 bilhão para modernização, contou o executivo.

Ele conta que a Eletrobras encerrou 2023 com índice de disponibilidade real de 89%, mas ao se considerar um indicador verificado pela referência regulatória, que exclui paradas para modernização, o percentual de disponibilidade é de 101,6%, ressaltou.

Parte dos investimentos da Eletrobras foi direcionada para um contrato entre a fabricante de equipamentos Voith Hydro e Furnas, no valor de R$ 400 milhões para um amplo processo de modernização de Porto Colômbia, num acordo que ficou conhecido como o primeiro contrato de grande porte do grupo Eletrobras, após a privatização.

O diretor de modernizações da Voith Hydro América Latina, Ricardo Lee, afirmou que, nos últimos 10 anos, geradoras públicas e privadas conseguiram modernizar até 18 GW de energia hidrelétrica e a projeção é que nos próximos 5 anos poderão ser modernizados outros 10 GW.

Na Neoenergia, a gestão de ativos é a ferramenta que ajuda a empresa a avaliar quais serão os investimentos necessários para a modernização. A modalidade permite que a empresa possa avaliar cenários de riscos e buscar saídas para mitigar potenciais ofensores para a confiabilidade dos equipamentos, segundo Marcelo Lopes, diretor de hidráulica e offshore da Neoenergia.

Ele conta que entre janeiro e maio de 2020, a empresa tinha indicador de 93,8% de disponibilidade média para o sistema elétrico, passando para 96,6% nos cinco primeiros meses deste ano. "Quando a gente melhora, a gente fica mais exigente. É o conceito de melhoria contínua", afirmou.

> **R$ 400**
> **milhões irão para Furnas e Eletronorte**

Também nos cinco primeiros meses de 2020, observa, a Neoenergia foi acionada para ligar as hidrelétricas 680 vezes para atender ao sistema. Entre janeiro e maio deste ano, a companhia recebeu 1.140 pedidos, aumento de 67% em quatro anos.

Esses pedidos se deram, em grande parte, para suprir a demanda quando eólicas e, principalmente, solares, deixam de gerar no fim do dia. "Ela tem que estar disponível e tem que ter um alto índice de confiabilidade."

A Spic Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation of China (Spic), fechou com a americana GE e a Powerchina um contrato de contrato de R$ 700 milhões para modernização das unidades geradoras e serviços auxiliares da usina. Considerando todos os pacotes, o investimento total é superior a R$ 1 bilhão.

A presidente da Spic, Adriana Waltrick, diz que até o final de 2029, todas as seis unidades geradoras da usina estarão totalmente modernizadas e equipamentos importantes estarão atualizados, incluindo o sistema de controle, antes analógico e agora digital. "É possível aumentar a geração de energia em até 11 gigawatts sem construir novas usinas hidrelétricas, apenas usando o potencial já disponível hoje, observa Waltrick.

Equatorial vende empresa no PA ao CDPQ por R$ 1,2 bi

Pipe

André Ítalo Rocha
De São Paulo

A Equatorial Energia acaba de acertar a venda de mais um negócio de transmissão ao fundo canadense de pensão CDPQ. Depois de ter vendido a Intesa no fim do ano passado, agora a companhia está se desfazendo de uma das suas oito SPEs de transmissão, a número 7, no Pará, em uma transação que avaliou o ativo em R$ 1,19 bilhão, dos quais R$ 840,4 milhões em "equity value" (valor patrimonial) e R$ 350 milhões em dívida líquida.

A venda foi negociada em um momento em que a Equatorial tem buscado fortalecer a sua estrutura de capital enquanto se prepara para comprar uma participação na Sabesp. Único candidato estratégico na oferta do governo de São Paulo, a Equatorial fez uma proposta para adquirir 15% da empresa paulista de saneamento por R$ 67 por ação, ou cerca de R$ 6,9 bilhões.

Pelo acerto com o CDPQ, serão R$ 710 milhões pagos na data do fechamento da operação e o restante em parcelas ajustadas pelo CDI, além de um "earn-out" vinculado ao cumprimento de algumas condições. O sistema adquirido envolve duas linhas de transmissão (uma da Vila do Conde ao Marituba, de 56,1 quilômetros, e outra de Marituba a Castanhal, de 68,6 quilômetros) e duas subestações em Marituba. Todos os empreendimentos estão em operação comercial. No ciclo 2023-2024, que começou em julho do ano passado, a receita anual permitida (RAP) é de R$ 125,16 milhões.

O fundo de pensão canadense está comprando o ativo por meio da sua Infraestrutura Energia, que por sua vez controla a Verene Energia, empresa focada em transmissão e que tem apostado em M&As para crescer no Brasil. Em novembro, a Verene comprou a Intesa, da Equatorial, que opera 695 quilômetros em linhas de transmissão, no Tocantins e em Goiás, em uma transação de R$ 396 milhões em equity. Com as dívidas, chegou a R$ 714 milhões.

Ao comprar um ativo no Pará, a Verene complementa geograficamente o seu portfólio. Até então, além da Intesa no Tocantins e em Goiás, a companhia tem linhas de transmissão nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, além de uma operação no Uruguai.

Já o Grupo Equatorial está no segmento de transmissão de energia desde 2016, quando ganhou sete lotes em leilão da Aneel nos Estados do Pará, Piauí, Bahia e Minas Gerais, e depois ganhou mais um no Pará em 2017. As oito SPEs de transmissão somam 2,5 mil quilômetros em linhas de transmissão.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Coragem nos ambientes corporativos

Gestão



Flávia Camanho

Vou falar de coragem porque não vejo algo que faça tanta diferença no mundo corporativo. A coragem é uma virtude essencial que pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma organização. Eu nem vou me desgastar em falar do ambiente atual caracterizado por constantes mudanças e desafios porque isso seria de uma obviedade tremenda, mas a capacidade de agir com coragem se torna um diferencial significativo para líderes e colaboradores.

Vale apenas fazer uma ressalva do que é a definição de coragem nesse contexto: coragem no ambiente corporativo não se refere apenas à bravura física, mas sim à disposição para enfrentar incertezas de peito aberto e exposto, tomando decisões difíceis e agindo de acordo com os valores pessoais e da empresa, mesmo diante de adversidades ou oposição.

Nesse contexto de extremos e polaridades, se manifestar contrário a uma opinião é um ato de coragem por não termos a clareza da proporção que "isso pode tomar". Hoje, assumir uma posição impopular abre a perspectiva de passar ileso, gerar uma agenda positiva de reflexão ou até vivenciar um "cancelamento".

O termo "cancelamento" refere-se a um fenômeno cultural e social onde uma pessoa, grupo ou organização é publicamente rejeitada, geralmente nas plataformas de mídia social, devido a comportamentos, declarações ou ações consideradas ofensivas, inadequadas ou inaceitáveis.
O objetivo do cancelamento é muitas vezes punir ou responsabilizar o indivíduo pelo comportamento indesejado, e pode resultar em boicotes, perda de oportunidades profissionais, exclusão social e danos à reputação.

Com isso, estamos nos acovardando em emitir opiniões, desafiar conceitos arraigados, falar com naturalidade e abertura sobre temas como raça e gênero. E com a possibilidade de algo se tornar desproporcional ao erro cometido, renunciamos ao aprendizado.

A coragem é fundamental para fomentar um ambiente onde a inovação e a criatividade possam florescer. Colaboradores corajosos estão mais dispostos a propor novas ideias e soluções, sem medo de falhar ou de serem julgados. Só com coragem a organização aprende mais. A coragem também é essencial para manter a integridade e os valores da empresa. Em situações de dilemas éticos, a coragem permite que os indivíduos façam o que é certo, mesmo que isso vá contra a corrente ou coloque sua posição em risco.

Tenho dois exemplos simples de coragem em ambiente de trabalho:

1- Feedback honesto é um ato de coragem. E eu acredito que esse é um dos traços mais grandiosos da liderança, ter conversas difíceis, colaboradores e líderes corajosos enfrentam esses momentos como oportunidades de crescimento e melhoria.

2- Assumir responsabilidade é a manifestação da coragem somada à integridade, se manifesta na disposição de assumir responsabilidade por erros e falhas. Isso cria uma cultura de transparência e confiança, onde os colaboradores não têm medo de admitir falhas e aprender com elas.

São ensaios para exercer a coragem de forma mais complexa e potente.

Para não deixar meus leitores órfãos de uma recomendação final, digo que a coragem pode ser desenvolvida na sua empresa. É um traço da cultura que através de práticas como a promoção de uma atitude de apoio, segurança psicológica, abertura ao aprendizado, aceitação do erro e, somado ao desenvolvimento de habilidades de comunicação assertiva, pode resgatar esse atributo indispensável nos ambientes corporativos contemporâneos.

Flávia Camanho é conselheira, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail flavia@fux-institute.com

Carros Nos veículos modernos, essas fontes de energia alimentam funcionalidades mais sofisticadas, como sistemas de navegação

Dona da Heliar aposta em baterias de baixa tensão

Marli Olmos
De São Paulo

Quando alguém fala sobre baterias de carros, hoje, logo pensamos nos equipamentos de alta tensão, responsáveis pelo movimento dos veículos elétricos. Mas uma grande empresa do setor, a Clarios, dona da Heliar no Brasil, está de olho em outro tipo de bateria, a de baixa tensão, cada vez mais necessária para fornecer energia à crescente quantidade de dispositivos integrados ao automóvel, desde luzes e painéis até o sistema de conectividade, navegação entretenimento e itens de segurança.

No passado, a bateria de um carro servia basicamente para dar a partida no motor, acender luzes, faróis e ligar o rádio ou outro sistema de som. Mas o aumento da demanda de energia dentro de um veículo fez surgir a necessidade de uma "arquitetura multibateria", diz Federico Morales-Zimmermann, vice-presidente e líder global de equipamentos originais e engenharia da Clarios.

"Os novos veículos precisam de duas, três ou mais baterias de baixa tensão", destaca o executivo que esteve no Brasil há poucos dias para visitar a fábrica da companhia em Sorocaba (SP) e reunir-se com clientes e fornecedores.

Nos carros modernos, essas fontes de energia de baixa tensão alimentam funcionalidades cada vez mais sofisticadas, como sistemas de controle de cruzeiro, atualizações de software e, no veículo elétrico, soluções de armazenamento para a energia economizada com a frenagem regenerativa.

"Mesmo parado o carro precisa da bateria para manter os sistemas de assistência e de segurança ativados", destaca Zimmermann. É o que permite ao motorista, por exemplo, acender as luzes ou o ar-condicionado do veículo à distância.

"O automóvel está mais inteligente; deixou de ser uma máquina que só liga e desliga. Assim, deixamos de simplesmente oferecer um produto e passamos a oferecer um serviço", completa.

Além do tradicional chumbo-ácido, que compõe a grande parte das baterias produzidas, a indústria tem trabalhado no desenvolvimento de novas químicas, principalmente as que oferecem soluções mais sustentáveis. Os países desenvolvidos avançam também nas de íons de lítio.

Mas a grande aposta para as futuras gerações de baterias de baixa tensão, segundo o executivo, é o íon de sódio. "Sódio é sal, altamente sustentável", afirma Zimmermann, um engenheiro elétrico que nasceu no México, mas formou-se na Alemanha. Com carreira na indústria automotiva, o executivo entrou na Clarios para ocupar o cargo atual há dois anos e tem, sob sua supervisão, mais de 400 engenheiros.

Hoje, a bateria já está entre os componentes de automóveis com maior possibilidade de circularidade, pois praticamente todos os materiais voltam para os próprios fabricantes para reutilização. Em Sorocaba, para cada bateria que sai nova de fábrica, uma usada é reciclada, gerando matéria-prima para o próximo ciclo de produção.

A Clarios é uma empresa nova. Tem só cinco anos. Surgiu quando a Brookfield Business Partners, responsável pelas operações industriais do grupo de private equity, adquiriu a divisão de energia da americana Johnson Controls, produtora de interiores de veículos, entre outros componentes.

A companhia nasceu a partir da aquisição de empresas locais, de vários países, que o grupo foi comprando ao longo do tempo. Cada marca foi mantida. É o caso da brasileira Heliar, uma empresa fundada há 93 anos no bairro de Perdizes, em São Paulo.

Com 16 mil funcionários e venda de 150 milhões de baterias, em 2023, a Clarios obteve receita global de US$ 10 bilhões, 8% mais do que no ano anterior. A empresa não informa quanto investe globalmente em pesquisa e desenvolvimento e nem fornece dados financeiros da operação brasileira, que produz 10 milhões de baterias por ano.

A mudança de sistemas mecânicos para elétricos nos veículos leva Zimmermann a prever que a demanda global por baterias avançadas de baixa tensão continuará em ascensão.

As baterias já assumiram um papel importante na eletrificação. "E tendem a desempenhar um papel cada vez mais importante à medida que os veículos se tornarem cada vez mais autônomos", afirma.

ANA PAULA PAIVA/VALOR


Zimmermann, da Clarios: "Os novos veículos precisam de mais baterias"

US$ 10
bi foi a receita global da Clarios em 2023

Viagem Na primeira quinzena de junho, início da alta temporada, o total de visitantes recua 67,6% pelo modal aéreo; ocupação de hotéis também cai

Mesmo com melhora de parte da infraestrutura, turismo no RS está fraco



Cristian Favaro
De São Paulo

Foi no primeiro fim de semana de junho que o técnico em eletrônica Rafael Pons Haensel resolveu visitar Gramado, na Serra Gaúcha, com sua esposa e dois filhos. A cidade estava praticamente vazia, cenário bem diferente do que ele costumava ver desde a década de 1970, quando viajava com seus pais de Porto Alegre para passar uns dias na região.

"Dava até pena ver o comércio local. Hotéis esvaziados, lojas vazias ou fechadas", disse. O relato representa o desafio do Rio Grande do Sul de retomar o turismo após a catástrofe provocada pelas chuvas.

Apesar de dificuldades em algumas localidades, parte significativa da infraestrutura turística do Estado foi retomada e as estradas, liberadas. O turista, entretanto, tem demorado a voltar. Gramado e outras cidades, liberadas já no fim de maio, viram a ocupação dos hotéis cair para 30% em junho, menos da metade para o normal do mês. Segundo representantes e empresários, a situação precária do aeroporto é o maior gargalo hoje.

Na primeira quinzena de junho, início da alta temporada, o Estado recebeu 24.920 turistas pelo modal aéreo, queda de 67,6% na comparação com igual mês do ano anterior.

As companhias aéreas brasileiras vão aumentar a frequência de voos para a Base de Canoas. No total, haverá aumento gradual dos atuais 47 voos por semana para 68. Fontes observaram que o aeroporto de Canoas tem capacidade para até 30 voos por dia. Um crescimento para além desse volume dependeria de investimentos em infraestrutura e levaria tempo — variáveis sensíveis para um terminal cuja operação de passageiros vai ser temporária. O terminal de Porto Alegre recebia cerca de 120 voos diariamente.

O aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, vai retomar na próxima segunda-feira (15) os serviços de embarque e desembarque de passageiros nos pisos 2 e 3, áreas que não foram impactadas pelas enchentes.

O secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, Luiz Fernando Rodriguez Júnior, afirma que o Estado tem conseguido se reerguer e manter uma infraestrutura ao turista. "Regiões com muito fluxo turístico, como é o caso da Serra Gaúcha, não foram tão atingidas. Ela está operacional e com conectividade", disse. A falta de aeroporto, entretanto, tem passado uma mensagem ruim ao turista de fora do Estado, sobretudo, de fora do Sul do país.

> "É difícil para as pessoas verem um aeroporto fechado e achar que o Estado está apto"
> *Rodriguez Júnior*

"É difícil para as pessoas verem um aeroporto fechado e achar que o Estado está apto a receber turistas", disse o secretário. Hoje, 75% do turismo no Rio Grande do Sul é feito pelo modal rodoviário, mas até este segmento tem sido prejudicado com o turista ainda receoso. O turismo representa cerca de 5% do PIB gaúcho — considerando os efeitos indiretos, 11%.

Apenas Gramado tem hoje 23 mil quartos de hotéis. Em 2023, a cidade recebeu 8,1 milhões de turistas. Hoje, todas as estradas para a região foram liberadas. Mas Ricardo Bertolucci Reginato, secretário de Turismo de Gramado, disse que a falta de infraestrutura aeroportuária barra a chegada do turista. "De todas as pessoas que desembarcavam no aeroporto de Porto Alegre, 52% se deslocava para a Serra Gaúcha", disse.

Sem o terminal, a ocupação despencou. "Em junho do ano passado nossa média de ocupação era de 70% — hoje, 30%", disse. A grande dúvida é como vai se comportar o turista em julho, um dos principais meses do ano na cidade, junto de novembro. O turismo representa 86% da economia da cidade. O cancelamento de eventos prejudicou também a economia local, como o Salão Internacional do Couro e do Calçado (SICC). "Mas eventos públicos foram mantidos, como o Festival de Cinema (em agosto) e o Natal Luz (final de outubro)."

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE GRAMADO



Gramado, na Serra Gaúcha, está liberada para visitação desde maio, mas os hotéis mostravam ocupação de 30% em junho

O hotel Ritter, na frente da Rodoviária de Porto Alegre, foi reaberto há duas semanas após chuvas deixarem diversos equipamentos submersos em quase dois metros d'água. "Reabrimos a torre da frente, com um custo de reforma de R$ 400 mil. A torre de trás não conseguimos reabrir ainda", disse José Reinaldo Ritter, diretor do hotel e também presidente do Sindicato de Hotéis de Porto Alegre (SHPOA). A propriedade tem 237 apartamentos, sendo que a ocupação hoje beira os 18% — nesta época do ano, costuma ser entre 50% e 60%.

A aposta do setor em Porto Alegre é a manutenção de alguns eventos importantes na região metropolitana. Entre eles a Expointer (do agronegócio, no início de setembro), Expoagas (supermercados, em agosto) e a Construsul (de construção civil, em outubro).

Com os resquícios da crise gerada pela pandemia e essa nova tragédia a atingir a indústria, o setor de turismo do Rio Grande do Sul se uniu para lançar neste mês o RS-Nasce. A executiva-chefe da rede Swan Hotéis, Gabriela Schwan Poltronieri, é uma das fundadores do movimento, que já iniciou conversas com o poder público.

Uma das brigas do setor desde 2020 e que ganhou força agora diz respeito aos incentivos fiscais municipais. "Não à toa o setor permaneceu no Perse [Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, do governo federal]. Muitas empresas estão endividadas e ainda sequer se recuperaram da pandemia", disse Poltronieri.

Uma das vitórias recentes foi a redução, em Caxias do Sul, do ISS de 4% para 3% em diversos segmentos — alguns do turismo. O setor tenta reduzir a alíquota para 2% no ano que vem. O mesmo tem sido pedido em Porto Alegre, mas as sinalizações não seriam favoráveis.

A falta de turistas é uma realidade também nos parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, no Rio Grande Sul, administrados pela Urbia, empresa que também tem a concessão do Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

"Apesar de os parques não terem sofrido consequências graves com as fortes chuvas, os problemas de circulação por estradas e o comprometimento da aviação nacional dificultou sobremaneira o acesso dos visitantes aos parques", disse e Urbia, em nota. O volume de turistas em junho caiu 70% em relação ao mesmo período de 2023.

Expansão do 5G é desafiada por antigos entraves

Telecom

Rafael Bitencourt
De Brasília

Mais do que disposição para investir, a expansão das redes de quinta geração da telefonia móvel (5G) no Brasil exige enfrentar desafios antigos, conhecidos desde a chegada dos padrões 3G e 4G. Dois anos após a ativação das primeiras antenas no país, Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil, cita três entraves principais.

A burocracia no licenciamento de antenas é o primeiro deles, seguido da elevada carga tributária e, por fim, o peso dos investimentos não remunerados — este último causado pela estruturação de novos negócios na internet que consomem muitos dados na rede.

Para facilitar a liberação de novas antenas, a Conexis, que representa as maiores operadoras do país, busca dialogar com prefeituras e câmaras municipais para aprovar legislações mais "amigáveis". A entidade já estruturou um ranking das "Cidades Amigas" do setor, o que inclui a entrega anual de um prêmio simbólico aos gestores municipais que se engajaram na atualização de regras.

Ferrari explicou que mais cidades têm buscado o aperfeiçoamento da legislação municipal. A maior parte dos municípios com mais de 500 mil habitantes já se enquadrou nas boas práticas, mas quase 5 mil cidades ainda precisam atualizar as regras, especialmente aquelas de menor porte.

> **29%**
> **é a carga tributária do setor no Brasil**

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da Conexis ressaltou que a carga tributária no setor é de 29% no Brasil. Entre os quinze maiores mercados de telefonia, o país está na terceira posição, na frente apenas de Paquistão e Blangladesh.

Na reforma tributária, cuja regulamentação é debatida no Congresso, o setor tem amargado derrotas. Tentativas de convencer os parlamentares de que o setor representa um serviço essencial, assim como saneamento e energia elétrica, foram em vão.

Esse esforço foi dedicado, por exemplo, para enquadrar os serviços de conexão em regime especial de tributação, com alíquota menor, ou recuperação de impostos recolhidos, o "cash back".

"Foi uma luta inglória para a conectividade de maneira geral e, agora, para os serviços 5G. A cada R$ 10 reais pagos na fatura, R$ 3 reais são tributos, o que talvez não faça diferença para a classe média, mas para a população mais vulnerável é muito ruim", disse Ferrari.

Sobre os investimentos não remunerados, o setor apela para a solução debatida nos mercados europeus. Trata-se do esforço de convencer autoridades regulatórias a permitir a cobrança da contribuição extra das plataformas de internet pelo uso intenso das redes. As operadoras europeias, engajadas nesse propósito, chamam esse mecanismo de "fair share".

"Quem faz o uso excessivo da rede deveria contribuir para manter o seu funcionamento. Se isso não acontece, gera uma dificuldade adicional de garantir a sustentabilidade da rede", disse Ferrari. Para ele, o valor da contribuição das plataformas retornaria para o setor na forma de investimento, com mais acesso da população ao 5G e às novas aplicações que começam a surgir.

Curtas

Produção de cimento cai

As cimenteiras instaladas no Brasil revisaram para baixo a previsão de vendas em 2024. A redução nos lançamentos imobiliários, o baixo investimento em infraestrutura, a interrupção do ciclo de queda da Selic e maior dificuldade de acesso ao crédito levaram o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) a cortar de 2,4% para 1,4% a estimativa de expansão no ano, com 62,9 milhões de toneladas despachadas. "Vivemos um primeiro semestre de solavancos e expectativas frustradas", disse o presidente da entidade, Paulo Camillo Penna. Segundo dados preliminares, em junho, foram comercializadas 5,4 milhões de toneladas de cimento, com alta de 2,1% na comparação anual. Dessa forma, no acumulado do primeiro semestre, as vendas totalizaram 30,6 milhões de toneladas, 1,2% acima do registrado em igual período de 2023.

Prévia da Moura Dubeux

Os lançamentos da Moura Dubeux no segundo trimestre alcançaram um valor geral de vendas (VGV) líquido de R$ 637,3 milhões, um crescimento anual de 7,3%, de acordo com prévia operacional divulgada nesta terça-feira (9). O volume de vendas e adesões líquidas avançou 40,3%, para R$ 491,6 milhões, um patamar recorde, segundo a companhia. Os distratos também cresceram 21,2% no período, para R$ 51,1 milhões, o equivalente a 9,4% das vendas e adesões brutas. O índice de vendas sobre oferta (VSO) entre abril e junho foi de 19,7%, um aumento de 3,5 pontos percentuais em comparação com o segundo trimestre de 2023. No segundo trimestre, a Moura Dubeux adquiriu sete terrenos, encerrando o período com 57 áreas, o que equivale a um VGV bruto potencial de R$ 9,3 bilhões.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sdr Construções e Serviços Ltda. -** CNPJ: 07.362.386/0001-20 - Endereço: Rua Bicuiba, 260, Bairro Dom Bosco - Requerente: Tulius Maximiliano Corrêa Dos Reis - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Cvs Arquitetura Engenharia Ltda. Ou Cvs Arquitetura e Construções Ltda. -** CNPJ: 32.207.615/0001-80 - Endereço: Rua Leandro Martins, 20, Sala 703, Centro - Administrador Judicial: Liquidante Judicial - Vara/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Processos de Falência Extintos

Requerido: **C. R. L. Ferreira & Companhia Ltda. ME -** CNPJ: 19.870.451/0002-99 - Requerente: Júlia Angélica de Oliveira Ataíde - Vara/Comarca: 24a Vara de Natal/RN - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Cc Clínica de Tratamentos Médicos Especializados Ltda. ME -** CNPJ: 20.835.139/0001-62 - Endereço: Setor Sgas, Quadra 915, Cjt. N, Salas 248 e 250, 2º Pavimento, 69 a Asa Sul - Requerente: José Lopes Gomes Filho - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Ednelson Vieira Costa -** CNPJ: 54.906.141/0001-05 - Endereço: Rua Industrial, 781, Loteamento Recanto do Bosque - Vara/Comarca: Vara Cível de Piracanjuba/GO

Empresa: **Vieira Costa Transportes e Logística Ltda. -** CNPJ: 15.197.556/0001-97 - Endereço: Rua Industrial, 781, Loteamento Recanto do Bosque - Vara/Comarca: Vara Cível de Piracanjuba/GO

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Cláudia Dolores Martins Magagnin, Produtora Rural -** CNPJ: 54.882.079/0001-50 - Endereço: Rua G, 00, Quadra 10, Lote 18, Sala 01, Androcel Center, Anápolis/go - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **José Alexandre Magagnin, Produtor Rural -** CNPJ: 54.882.422/0001-67 - Endereço: Rua G, 00, Quadra 10, Lote 18, Sala 02, Androcel Center, Anápolis/go - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **José Ricardo Magagnin, Produtor Rural -** Endereço: Não Consta - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **Lkj Frigorífico Ltda. -** CNPJ: 21.393.000/0001-79 - Endereço: Av. Araguana, S/nº, Lote Part., Chácara 54 C, Bairro Jk - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Dobson Vicentini Lemes - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial de Empresas e Falências de Araguaína/TO

Empresa: **Lucas Magagnin Rodrigues, Produtor Rural -** CNPJ: 28.672.500/0001-99 - Endereço: Rua G, 00, Quadra 10, Lote 18, Androcel Center, Anápolis/go - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **Márcia Helena Magagnin Rodrigues, Produtora Rural -** CNPJ: 54.861.357/0001-93 - Endereço: Rua G, 00, Quadra 10, Lote 18, Sala 03, Androcel Center, Anápolis/go - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **Marcos Rodrigues, Produtor Rural -** CNPJ: 54.861.431/0001-71 - Endereço: Rua G, 00, Quadra 10, Lote 18, Sala 05, Androcel Center, Anápolis/go - Administrador Judicial: Guardians Administração Judicial - Vara/Comarca: Vara Cível de Cocalzinho do Goiás/GO

Empresa: **Mega Trade Transportes Ltda. -** CNPJ: 03.227.119/0001-90 - Endereço: Rua José Francisco Mateus, 63, Bairro Cordeiros - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Empresa: **Mrp Log Ltda. -** CNPJ: 36.698.763/0001-03 - Endereço: Rua Aristides Francisco Palumbo, 424, Bairro Dom Bosco - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Empresa: **Tcport Logística Ltda., Nome Fantasia Atual Cargo -** CNPJ: 28.476.759/0001-64 - Endereço: Rua César Augusto Dalsoquio, 3683, Sala 02, Bairro Salseiros - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Paulo Dorneles Japur - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Empresa: **Tcport Transportes Ltda. -** CNPJ: 03.968.890/0001-18 - Endereço: Rua César Augusto Dalsoquio, 3683, Sala 01, Bairro Salseiros - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Empresa: **Verde Logística Ltda. -** CNPJ: 18.836.914/0001-52 - Endereço: Rua Maria de Souza Gonçalves, 182, Bloco 04, Apto 108, Bairro Itaipava - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Itajaí/SC

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Terraplanagem e Pavimentação Vogelsanger Ltda. -** CNPJ: 72.060.247/0001-04 - Endereço: Estrada Piraí, S/nº, Km 03, Sala B, Bairro Vila Nova Ou Rua Rio Pardo, S/nº, Acesso Para Rua Rio Mármore, Galpão C, Bairro Rio Pequeno - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Vogelsanger Pavimentação Ltda. -** CNPJ: 05.498.419/0001-39 - Endereço: Estrada Piraí, 3300, Galpão 01, Bairro Vila Nova, Joinville/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
10	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020*	Junho/2024
10	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Outros Rendimentos		
	Juros de empréstimos externos	5299*	Junho/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Sustentabilidade Debêntures estão condicionadas a ampliar portfólio de bioinsumos da Amazônia

Natura capta R$ 1,3 bilhão em títulos verdes

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A Natura Cosméticos, controlada pela Natura &Co, concluiu nesta semana a captação de sua primeira série de debêntures atreladas a metas de sustentabilidade. O título, que soma R$ 1,33 bilhão em recursos, está condicionado à companhia alcançar a marca de 49 bioinsumos amazônicos no catálogo até 2027— atualmente são 44. Caso a meta não seja atingida, com verificação em duas etapas até o vencimento dos papéis, está estabelecido pagamento de um prêmio aos investidores.

A captação, no formato de "sustainability-linked bonds" (SLBs), incluiu um aporte de R$ 300 milhões da International Finance Corporation (IFC) como investidor-âncora e outro de R$ 200 milhões do BID Invest como investidor de impacto. As duas instituições são os braços para o setor privado do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, respectivamente.

A emissão dos papéis atrelados ao cumprimento de metas de sustentabilidade deve aproximar as instituições financeiras da população amazônica e fomentar o crédito na região, de acordo com a vice-presidente de finanças e estratégia da Natura &Co América Latina, Silvia Vilas Boas. A executiva destacou a parceria com dois dos maiores bancos multilaterais do mundo.

A Natura considera que ao aproximar os bancos dos produtores da região amazônica, a avaliação e o acompanhamento das metas vão ajudar as instituições a mensurar melhor o risco.

A demanda pelos títulos, de acordo com Vilas Boas, foi "extremamente alta". A executiva aponta que a parceria com as duas instituições, responsáveis por 40% da emissão, deve fomentar a médio prazo o crédito na região amazônica. Isso deve ocorrer com o maior volume de informações para gerenciamento de risco por parte das instituições financeiras. A executiva afirma que o processo de auditoria e "due dilligence" (auditoria prévia) do IFC e do BID para a concessão desse tipo de crédito é "muito profundo".

> O desafio é "o recurso chegar lá na ponta. Quem consegue arcar com juros de dois dígitos?"
> *Silvia Vilas Boas*

"A gente tem o desafio de fazer o recurso chegar lá na ponta. Quem consegue arcar com taxa de juros de dois dígitos? Como uma grande instituição financeira vai dar crédito para quem não tem holerite, não tem um histórico de relacionamento com o mercado financeiro como uma empresa como a Natura?", observou a executiva.

Vilas Boas afirma ainda que esta é a primeira debênture brasileira atrelada a bioativos da Amazônia. A operação foi estruturada em duas etapas. A companhia, que possui 44 bioinsumos amazônicos catalogados, deve alcançar 47 ingredientes até 2025. Já em 2027, a meta é ter 49 ingredientes catalogados.


DIVULGAÇÃO
Silvia Vilas Boas, da Natura &Co, diz que a demanda pelos papéis foi "alta"

Se as metas não forem alcançadas, a companhia deve pagar um prêmio aos investidores, de 0,15 ponto percentual ao final da primeira verificação e de 0,3 ponto ao final da segunda. A taxa de juros da operação equivale ao custo do CDI acrescido de 1,2%.

"Nosso modelo de negócios é desenhado dessa maneira e nos permite ter informação suficiente e auditável para atrelar esse indicador a esse instrumento financeiro", afirmou Vilas Boas.

As metas foram anunciadas pela Natura em setembro de 2023, no âmbito do programa Visão 2030, lançado em 2020. No ano passado, foi revisto e ampliado após o cumprimento de parte das metas. Há quatro anos, a meta era atuar com 34 comunidades amazônicas na cadeia de suprimentos, número que foi superado. Atualmente, a empresa tem 41 comunidades parceiras. Até 2030, o objetivo é aumentar em quatro vezes a compra de insumos amazônicos.

Inteligência artificial Acordo prevê aquisição de 500 mil créditos da americana Occidental Petroleum ao longo de seis anos

Microsoft compra carbono de petroleira para compensar IA

Myles McCormick e Camilla Hodgson
Financial Times, de Houston e Londres

A Microsoft e a Occidental Petroleum assinaram um acordo recorde de créditos de carbono no valor de centenas de milhões de dólares, em meio às dificuldades das empresas do setor de tecnologia para honrar suas promessas climáticas diante do aumento do consumo de eletricidade requerido pela inteligência artificial (IA).

A Occidental Petroleum, uma das maiores produtoras de petróleo dos Estados Unidos, venderá 500 mil créditos de carbono, por um valor não revelado, para a Microsoft ao longo de seis anos, pelos termos do acordo assinado nesta terça-feira (9).

As companhias informaram que é o maior negócio do tipo e que permitirá à Microsoft compensar suas emissões pagando à Occidental Petroleum para remover carbono da atmosfera e armazená-lo no subsolo.

O negócio chega em meio à dificuldade das gigantes tecnológicas para conter o enorme aumento nas emissões resultante da expansão da IA.

Em maio, a Microsoft, comandada por Satya Nadella, comunicou que suas emissões haviam aumentado mais de 30% desde 2020, principalmente em razão da construção de centros de dados. Na semana passada, o Google também reconheceu que suas emissões aumentaram quase 50% desde 2019, como resultado da construção de infraestrutura de uso intensivo de energia para dar suporte à IA. A Microsoft promete ser "carbono negativa" até 2030. O Google se compromete a alcançar a neutralidade nas emissões até 2030.

O uso de créditos de carbono para ajudar a alcançar esses objetivos tem sido alvo de intensa observação nos últimos anos, em meio à preocupação para verificar as afirmações sobre quanto carbono é removido por novos projetos. Cada crédito supostamente representa uma tonelada de gases causadores do efeito estufa que se deixou de emitir ou foi removida da atmosfera.

No acordo com a Microsoft, a Occidental Petroleum pretende vender, por um preço mais barato que os cerca de US$ 1 mil da taxa de mercado, os créditos que obteve por meio de um processo de extração de dióxido de carbono do ar, conhecido como captura direta de ar (DAC, na sigla em inglês).

Os críticos dizem que a DAC, uma tecnologia ainda nova, continua sendo muito cara e consome muita energia em comparação ao volume de dióxido de carbono que pode capturar nos projetos atuais.

A Occidental Petroleum é a quarta maior produtora de petróleo e gás dos EUA em termos de volume. Nos últimos anos, promoveu uma forte expansão de suas atividades de gestão de dióxido de carbono, na aposta de que capturar e armazenar os gases causadores do efeito estufa se tornará cada vez mais necessário na corrida para manter as temperaturas mundiais sob controle.

Essas operações estão em expansão e permitem à Occidental Petroleum vender créditos vinculados ao carbono capturado. Em setembro, a petrolífera assinou um acordo similar com a Amazon para vender 250 mil créditos ao longo de dez anos.

As empresas de tecnologia são um "setor prioritário" para a 1PointFive, a subsidiária de gestão de carbono da Occidental Petroleum, segundo o executivo-chefe da unidade, Michael Avery.

No "curto prazo" não haverá a energia limpa necessária para operar os sistemas de IA, que precisarão de "um conjunto de soluções", como os créditos de carbono, de acordo com Avery. "Não vemos a DAC como uma tentativa de resolver todo o portfólio de emissões de qualquer empresa", acrescentou.

O anúncio é ótima notícia para a Occidental Petroleum, uma vez que a empresa busca obter apoio para sua transição para a captura direta de ar (DAC). A Agência Internacional de Energia (AIE) avalia que a tecnologia terá "um papel importante e crescente", mas que ainda não foi comprovada em grande escala. Atualmente, a tecnologia remove apenas uma pequena parte das 37 bilhões de toneladas de emissões anuais relacionadas à energia.

Especialistas em clima dizem que os créditos de carbono devem ser usados apenas para compensar emissões difíceis de eliminar, como algumas resultantes de certos processos industriais — a produção de aço, por exemplo.

Os créditos da Microsoft virão do primeiro projeto de DAC da Occidental Petroleum, o Stratos, na região oeste do Texas — será a maior instalação do tipo no mundo quando entrar em operação no próximo ano. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a BlackRock, que investiu US$ 550 milhões em novembro.

Estimativas recentes da S&P Global colocam o preço dos créditos da DAC em cerca de US$ 800 a US$ 1,2 mil por tonelada de carbono emitido, um valor elevado, de forma que até agora poucos grandes contratos haviam sido assinados. A 1PointFive prevê operar a um custo de US$ 400 a US$ 630 por tonelada.

Avery disse que o carbono ligado aos créditos da Microsoft não seria injetado no subsolo como forma de extrair mais petróleo — um processo conhecido como recuperação avançada de petróleo" (EOR) — embora ele tenha admitido que o carbono capturado pelo projeto Stratos poderia ser usado para esse fim no futuro.

A experiência da Occidental Petroleum em EOR, um processo controverso, permitiu sua transição para o negócio de gestão de carbono. Qualquer uso do carbono capturado pelo Stratos com esse objetivo seria "baseado nos clientes", disse Avery. "Para certos clientes, pode fazer sentido usar combustível que foi totalmente descarbonizado usando o carbono capturado". ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

DIMAS ARDIAN/BLOOMBERG



A Microsoft, comandada por Satya Nadella, quer ser "carbono negativa" até 2030

Medo da tecnologia dá lugar a cenário mais positivo

Natália Flach
De São Paulo

Em apenas um ano, o medo de perder o emprego por causa do avanço da inteligência artificial (IA) deu lugar à expectativa de abertura de novos postos de trabalho e de economizar tempo com a nova tecnologia. O ponto negativo é que na maior parte das empresas, a adoção da IA tem sido lenta.

O quadro aparece na mais recente pesquisa da Thomson Reuters, que também traz o recorte de maiores preocupações apontadas em 2023. Neste ano, foram ouvidos pouco mais de 2,2 mil entrevistados em todo o mundo.

"Isso tem a ver com o instinto de preservação das pessoas, que costumam ter receio de coisas novas. Mas, conforme elas foram experimentando, viram que as ferramentas não vão roubar os trabalhos e, sim, prover eficiência e economia de tempo", explica o diretor da Thomson Reuters Internacional, Adrián Fognini, ao **Valor**.

De acordo com o levantamento, os profissionais projetam uma economia de 4 horas semanais, por causa do uso da IA. Se isso se confirmar, representa um acúmulo de cerca de 200 horas extras por ano. Cálculos da Thomson Reuters apontam que esse número pode subir para 8 horas semanais em três anos e 12 horas em cinco anos — o equivalente a 400 e 600 horas por ano, respectivamente.

Esse tempo pode ser usado em trabalho estratégico, inovação e desenvolvimento profissional, o que poderia ajudar as empresas a manter ou aumentar a sua vantagem competitiva diante da concorrência. "A partir do gerenciamento de dados de forma mais efetiva, com menos erros e análises mais elaboradas, o tempo 'extra' vai ser usado para melhorar o serviço prestado. Para isso, as empresas precisam investir tanto na tecnologia em si, quanto no treinamento dos funcionários."

78%
dizem que IA é uma força para o bem

Isso é importante, pois 54% dos profissionais afirmaram sentir que não têm tempo suficiente para realizar tudo o que gostariam de fazer na sua função atual, mesmo trabalhando 46 horas por semana em média. Na América Latina, o percentual sobe para 64,2%, sendo que latino-americanos trabalham 45 horas por semana. No entanto, mais de um terço (39%) afirmou estar muito entusiasmado com o potencial desta nova tecnologia, não só para ajudar a realizar o trabalho atual mais rapidamente, mas também para acrescentar-lhe valor.

Nesse cenário, mais de três quartos (77%) dos entrevistados disseram acreditar que a IA terá um impacto elevado ou transformacional no ambiente de trabalho nos próximos cinco anos. O número equivale a um aumento de 10 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2023. As áreas de influência mais significativas provavelmente serão a de estratégia operacional (59% dos entrevistados) e de produto/serviço (53%).

Além disso, 78% dos entrevistados disseram acreditar que a IA é uma força para o bem na sua profissão, uma indicação de que o sentimento geral do mercado é positivo. O resultado é ainda mais alto na América Latina, com 94%, superando até mesmo a Europa (79%) e a América do Norte (74%).

O problema é que 57% desses profissionais consideram a adoção da tecnologia muito lenta. Grande parte dos entrevistados (79%) disse esperar que o ritmo de adoção da IA em seus locais de trabalho seja forte ou moderadamente impulsionada pelos fornecedores de tecnologia.

Por que a plataforma X está desacelerando

Rede social

Clara Murray e Cristina Criddle
Financial Times, de Londres

A rede social X foi afetada pela estagnação do crescimento de usuários, enquanto seu dono Elon Musk provoca divisões entre os internautas com suas ações polêmicas e se vê diante de uma nova concorrência com a ascensão da plataforma rival da Meta, o Threads.

Ao divulgar dados inéditos até agora, a X informou que no segundo trimestre deste ano seu número de usuários com atividade diária em todo o mundo foi de 251 milhões, um aumento de 1,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

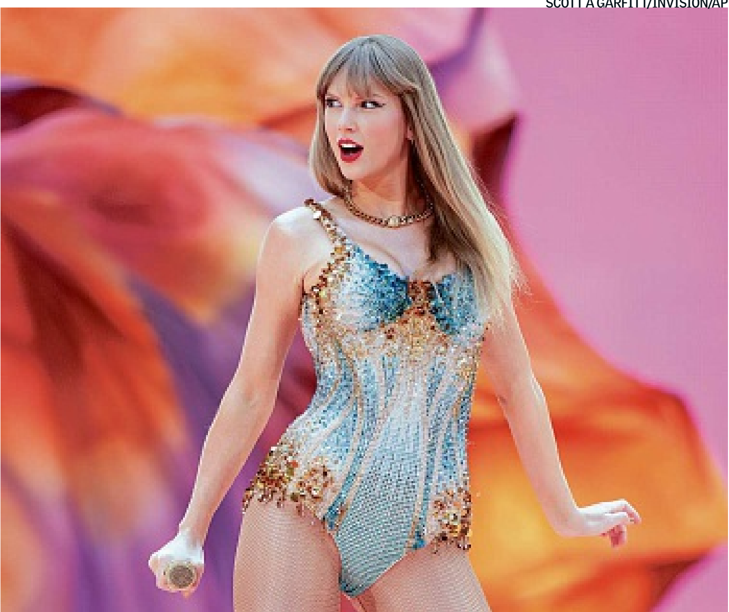
Isso contrasta com o crescimento de dois dígitos registrado nos anos que antecederam a aquisição do Twitter por Musk, em outubro de 2022, por US$ 44 bilhões. Ele fechou o capital da empresa, que antes tinha ações negociadas em bolsa.

Musk mostrou-se um líder desagregador na rede social X, nome com que rebatizou o Twitter logo depois da aquisição.

O grupo perdeu anunciantes desde que o bilionário, também dono da montadora de carros elétricos Tesla, comprou a plataforma, em parte por causa de sua atitude de "absolutista da liberdade de expressão" e de sua decisão de remover a maioria dos moderadores de conteúdo da plataforma.

Os críticos argumentam que isso levou a uma experiência mais tóxica, mas Musk alegou que era necessário adotar "ações drásticas" para conter as perdas financeiras crescentes.

SCOTT A GARFITT/INVISION/AP



A cantora Taylor Swift está entre as celebridades que aderiram à rede social Threads

Sua rede social também enfrenta nova competição pela atenção do público.

A Meta, proprietária do Facebook, lançou a plataforma rival Threads há um ano, em uma iniciativa para disputar espaço com a X. Seu executivo-chefe, Mark Zuckerberg, informou que o Threads cresceu para 175 milhões de usuários com atividade mensal. Já o X garante ter 600 milhões de usuários ativos mensalmente.

No entanto, a empresa de análises Sensor Tower estima que o Threads só tem 38 milhões de usuários diários – pessoas que abrem o aplicativo pelo menos uma vez por dia –, o que sugere que ele é utilizado com menos frequência do que outras plataformas de redes sociais.

Quando foi lançado, em julho passado, o Threads viveu uma explosão inicial de interesse e se tornou o aplicativo de crescimento mais rápido de todos os tempos, com 100 milhões de inscritos na primeira semana. Mas logo depois seu uso teve uma forte queda e passou a ser ignorado de maneira generalizada.

Em fevereiro deste ano, durante uma teleconferência de resultados, Zuckerberg admitiu que o Threads foi um dos produtos da empresa que "[explodiram] antes de estarmos prontos para que isso acontecesse".

A plataforma tem ganhado usuários de forma contínua desde o outono [no Hemisfério Norte], impulsionada por sua expansão para a União Europeia em dezembro e pelas inscrições de celebridades como Taylor Swift, que aderiu em abril. O Threads também se beneficia da promoção de posts no aplicativo irmão Instagram, que fornece cerca de dois terços de seu tráfego na internet, segundo a Similarweb.

A Meta utiliza as equipes de moderação que já tem no Threads e assumiu o compromisso de não amplificar notícias ou conteúdo político na plataforma, na tentativa de evitar o "escrutínio e a negatividade... ou riscos para sua integridade", como disse Adam Mosseri, chefe do Instagram e do Threads, no ano passado.

Uma pesquisa recente da Office Communication (Ofcom), a agência reguladora britânica, concluiu que 17% dos adultos do Reino Unido usam o X como fonte de notícias. Contudo, dados da Similarweb mostram que o envolvimento com a plataforma tem caído durante campanhas eleitorais nacionais nos Estados Unidos, no Reino Unido e na França.

A X contestou os números da Similarweb e assegurou que a quantidade de seus usuários mensais aumentou de forma expressiva nos EUA e no Reino Unido entre agosto do ano passado e junho deste ano, sem fornecer dados específicos. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

Mulberry terá novo CEO a partir de setembro

Luxo

Dow Jones

A marca de luxo britânica Mulberry Group nomeou Andrea Baldo como executivo-chefe (CEO) para fazer frente à redução da demanda. Baldo ingressará no conselho como CEO em 1º de setembro, substituindo Thierry Andretta, que assumiu o comando da empresa em 2015.

Andretta está deixando o conselho e o grupo com efeito imediato. A nomeação ocorre num momento em que a Mulberry enfrenta um ambiente difícil, marcado por um declínio nos gastos dos consumidores de luxo e condições desafiadoras na China.

No exercício financeiro encerrado em 30 de março, a receita caiu 4% no ano. Em maio, a empresa afirmou que o ambiente de negócios tanto no mercado interno como na China era difícil e que não previa mudanças no curto prazo.

Baldo ocupou vários cargos de liderança no setor de moda. Mais recentemente, foi CEO e diretor executivo da marca de moda escandinava Ganni e já trabalhou na Coccinelle, Marni Group e Diesel.

Após anos de fortes resultados, muitas empresas de luxo enfrentam desaceleração da demanda, o que afetou particularmente as empresas que atendem os chamados consumidores aspiracionais.

Burger King e Lu



DIVULGAÇÃO

A garota-propaganda da varejista Magazine Luiza, a Lu, estreia nesta quarta-feira (10) a nova campanha publicitária da rede de fast food Burger King. Essa é a primeira vez que a influenciadora virtual vai aparecer em um anúncio de TV falando de outra marca que não o Magalu. A campanha é da agência David. (Luana Dandara, de São Paulo)

Clima Em Santa Catarina, as baixas temperaturas beneficiam a fruticultura temperada, como a maçã, que está em dormência

Chuva no PR e frio no RS devem favorecer os cultivos de inverno

Luciana Franco* e Marcos Fantin
De São Paulo

A chuva e o frio que algumas regiões do Sul do Brasil registraram nos últimos dias devem favorecer os cultivos de inverno. Uma frente fria avança pelo Sul provocando chuvas sobre o Paraná, sul do Estado de São Paulo e algumas áreas do Mato Grosso do Sul. Com isso, as temperaturas caíram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Sudeste e no centro do Brasil, segundo boletim da Rural Clima.

As chuvas devem ser um alívio para as lavouras de trigo das regiões norte e noroeste do Paraná, que ficaram 41 dias sem precipitações. "Agora a situação vai melhorar um pouco para o trigo, que sofreu com um outono muito seco e quente", diz Heverly Morais, agrometeorologista do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) do Paraná. Mas, segundo ela, a seca já causou algumas perdas.

A semeadura do trigo já ocorreu em 96% da área no Paraná. Nas regiões mais tardias, no extremo sul, as chuvas no fim de junho deixaram as condições mais favoráveis. Já as lavouras mais precoces, implantadas em abril, que enfrentaram secas e calor, como no norte do Paraná, tiveram desenvolvimento ruim. Com isso, seu potencial produtivo pode diminuir. A situação é semelhante nos demais cereais de inverno, como a cevada. "Vai ter produção, mas abaixo do esperado", afirma ela.

A seca também reduziu a produtividade do milho. Apesar disso, a qualidade da maioria dos grãos que os produtores colheram foi satisfatória. "O clima foi bem irregular, e tivemos duas secas na região", diz Cleber Veroneze Filho, produtor em Maringá (PR), que plantou 375 hectares de milho neste ano. Em 2023, ele colheu 140 sacas por hectare. "Estou na metade da colheita, mas devo colher entre 110 e 115 sacas por hectare", avalia.

O produtor Guilherme Martins Gomes dos Santos, que plantou 65 hectares de milho no município de Assaí (PR), tem opinião parecida com a de Veroneze. Embora não tenha começado a colheita, ele acredita que a produtividade será baixa neste ano. "A falta de chuvas e as altas temperaturas provocaram também aumento da incidência de pragas como a cigarrinha do milho", conta o produtor.

No Rio Grande do Sul, em algumas regiões, as culturas de inverno têm se beneficiado do frio, depois de terem sofrido com o clima chuvoso. "Temos a lavoura de trigo quase toda semeada, o que deve acontecer até 20 julho, sem problemas climáticos", diz Gilberto Bortolini, assistente técnico regional da Emater-RS.

Os produtores que plantaram no fim de maio e na primeira quinzena de junho sofreram com o excesso de chuva. Essas lavouras estão com menos plantas do que o desejado. "Talvez 30% da área tenha falha de plantas, sem a necessidade de replantio mas com 'stand' abaixo do ideal. Outros 40% das lavouras estão bem emergidos", Bortolini.

Em Joia, no noroeste gaúcho, as chuvas prejudicaram a implementação das lavouras de inverno. "Muitas camadas férteis do solo foram embora, estamos com muito plantio atrasado, erosão, lavouras lavadas. Tivemos que replantar", relata o produtor Rafael Fontana. Ele estima perda de 30% em sua área, de 200 hectares de trigo e 280 hectares de pastagem de inverno — metade das perdas ocorrerá no trigo e metade nas pastagens. O replantio chegou a 12%, afirma ele.

O produtor Mauro Gripa, de São Francisco de Assis (RS), que cultiva 820 hectares de trigo, diz que o processo de germinação da última área plantada está lento por causa do frio rigoroso. "Enquanto outras regiões tiveram chuva forte, nossa área não recebeu água, e o frio dos últimos dias secou o solo. As geadas estão sendo amplas", conta.

Em Santa Catarina, as baixas temperaturas beneficiam a fruticultura temperada. "A maçã, por exemplo, está em dormência e precisa de cerca de 600 horas abaixo de 7,2 graus centígrados para brotar bem, então o frio está sendo bom", diz Haroldo Tavares Elias, engenheiro agrônomo da Epagri. *(*para o Valor)*

RAFAEL FONTANA/ARQUIVO PESSOAL



Lavoura de trigo com erosão em Joia (RS): perdas com o excesso de chuvas

Petrobras e Yara dão novo passo para estruturar parceria

Fertilizantes

Ana Beatriz Bartolo e Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Petrobras e a Yara Brasil Fertilizantes assinaram um acordo que vai permitir às duas empresas estruturar uma potencial parceria de negócios no segmento de fertilizantes, na produção de produtos industriais e na descarbonização da produção. O "master agreement" que elas firmaram é um documento que descreve os termos e condições para um futuro acordo.

Esse foi o segundo passo que as duas empresas deram rumo a uma parceria comercial. O primeiro movimento ocorreu em 29 de fevereiro, quando as companhias firmaram um memorando de entendimento para prospectar potenciais negócios entre elas.

Na próxima fase das negociações entre as duas empresas, Petrobras e Yara vão finalizar a análise sobre as potenciais sinergias entre suas operações. O foco será o aumento da eficiência no mercado local de fertilizantes e em produtos industriais, incluindo possíveis soluções de descarbonização.

O acordo que as duas empresas assinaram não tem caráter vinculante e está alinhado à revisão das diretrizes estratégicas da Petrobras. Aprovadas em 2023, elas preveem a retomada dos investimentos da estatal em fertilizantes.

Neste ano, a estatal iniciou estudos para retomar a conclusão da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III), em Três Lagoas (MS), e começou a se preparar para reativar a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa), em Araucária (PR).

No Brasil, a Yara tem unidades produtoras de adubo nos municípios de Rio Grande (RS), Ponta Grossa (PR), Paulínia (SP) e Cubatão (SP). A empresa comprou na última década as duas unidades paulistas, que estão próximas a instalações da Petrobras.

valor.com.br

Conjuntura

Emprego no agro bate recorde

O agronegócio contratou 827 mil trabalhadores no primeiro trimestre e encerrou o período com 28,6 milhões de pessoas registradas, segundo pesquisa do Cepea. O número de contratados é o maior desde 2012, ano de início do levantamento.

valor.com.br/agro

Tributos

Farelo de milho pode ficar isento de tarifas

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem o PL 1548/2022, substitutivo a um projeto de lei de 2018, que isenta farelo e óleo de milho de PIS/Cofins. O texto iguala o tratamento dos dois produtos ao que se dá à soja.

valor.com.br/agro

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Pecuária Aumento dos abates de bovinos este ano também elevou a oferta para a exportação

Demanda da China aquece embarques de couro do Brasil

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Um movimento de expansão da indústria automotiva na China alimenta a demanda por couro e favorece o Brasil. Só no primeiro semestre deste ano, a país asiático foi o destino de 40% dos couros e peles exportados pelos curtumes brasileiros. A matéria-prima é usada na fabricação dos estofados de carros elétricos, por exemplo. Diante dessa demanda aquecida, a expectativa do setor é fechar o ano com crescimento em relação a 2023, ainda que a oferta elevada pressione os valores de venda no exterior.

De janeiro a junho, a China adquiriu 39,17 milhões de m^2 de couros e peles, um aumento de 33,3% em relação ao mesmo período de 2023. Com essas compras, os chineses responderam por 29,9% da receita total proveniente das exportações brasileiras de couro.

"A China, durante a pandemia da covid-19, tinha reduzido muito a produção de automóveis e calçados. Agora, o mercado entrou quase que em uma normalidade, voltaram a produzir e consumir", disse ao **Valor** o presidente do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), José Fernando Bello.

O couro brasileiro não é um dos melhores do mundo em qualidade, devido à prática de marcar o gado com ferro para identificação. Ainda assim, atende bem os setores moveleiro, automotivo e calçadista no mercado internacional — cerca de 80% do couro produzido aqui vai para fora do país.

Especificamente neste ano, em que os abates de bovinos estão em nível recorde, cresceu também a oferta dos subprodutos do boi, como couro e sebo. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no primeiro trimestre de 2024, os curtumes declararam ter recebido 9,32 milhões de peças inteiras de couro cru, avanço de 19,9% no comparativo anual.

"Com mais disponibilidade de matéria-prima, a gente intensificou a busca por compradores no mercado externo", disse Bello. Além da China, o Vietnã ficou entre os destaques ao dobrar as importações de couro do Brasil.

Também houve avanços significativos nas vendas para Itália, México e Tunísia. Ainda que tenham reduzido suas compras no semestre, os Estados Unidos continuam a ser um mercado relevante, respondendo por 13,4% da receita das exportações. Estão atrás dos chineses no ranking de importadores.

No total, o setor encerrou o primeiro semestre com alta de 15,4% no faturamento das exportação, que somou US$ 650,076 milhões, puxado por crescimentos na área e do volume embarcados, segundo o CICB.

Na avaliação de Bello, o câmbio deve ser um fator importante para dar mais competitividade ao couro brasileiro neste semestre. Mas, observa, o dólar alto também eleva os custos, uma vez que a indústria local importa insumos químicos e máquinas.

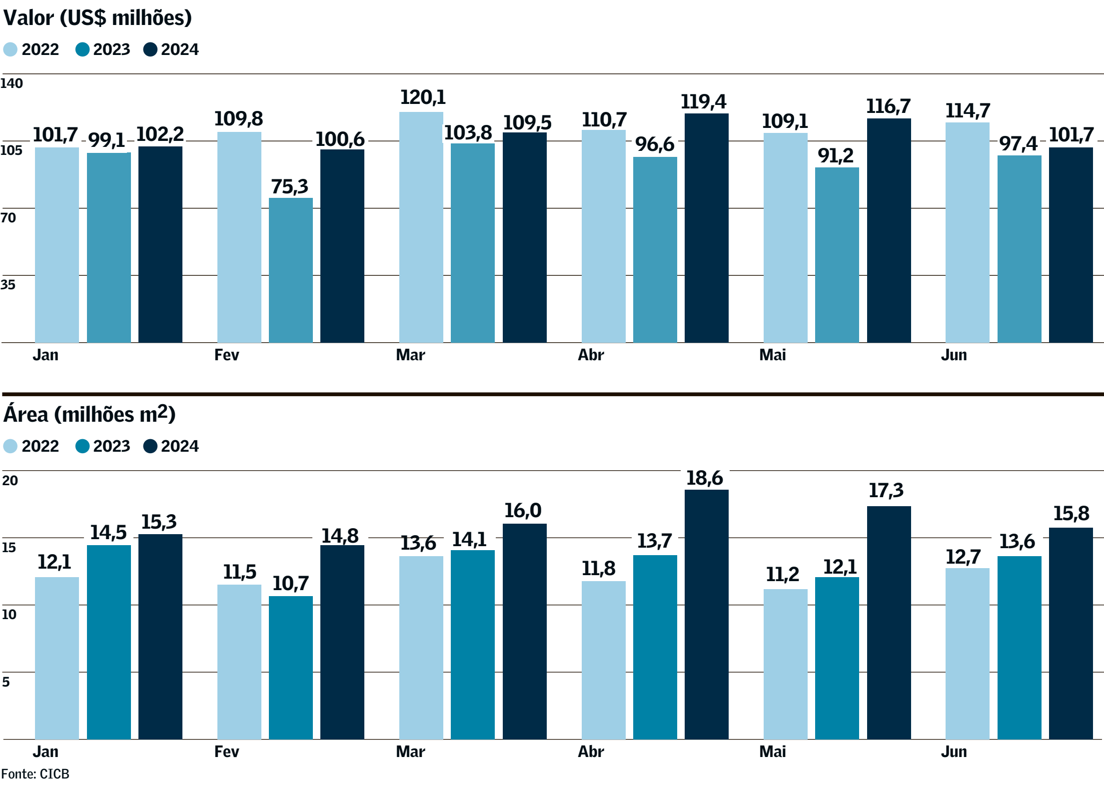
Mesmo com despesas maiores, a expectativa do CICB é que a receita com as vendas externas cresça 15% neste ano, e os volumes, 25%. No ano passado, a receita alcançou US$ 1,117 bilhão, com o embarque de 430,63 mil toneladas de couros e peles.

Uma fonte de frigorífico, que fornece couro para processamento aos curtumes, tem uma visão menos otimista. Ela acredita que está sobrando couro devido à alta produção. "O preço de venda para o frigorífico é muito ruim, no couro verde e no wet blue também".

De acordo com o diretor da Scot Consultoria, Alcides Torres, os preços da subproduto estão praticamente estáveis neste mês, com avanço apenas no Rio Grande do Sul. "O couro verde de primeira linha está cotado a R$ 0,80 por quilo. No Rio Grande do Sul, o preço está R$ 1,30 por quilo, subiu R$ 0,10 na comparação semana a semana. Mas couro não é só preço, precisa ter qualidade", afirmou.

Para o ano que vem, a preocupação do setor é com a nova lei da União Europeia, que exige rastreabilidade total da cadeia e não aceitará, a partir de janeiro, a importação de produtos ligados a desmatamento. "Não somos contra essa normativa, só precisamos de mais prazo", disse o presidente do CICB.





Durlicouros adquire unidade no México

De São Paulo

Especializada em curtimento de couros wet blue, crust e acabado, a Durlicouros deu mais um passo rumo à expansão no mercado externo e adquiriu uma unidade produtiva em León, no México. A aposta do grupo é ampliar o fornecimento para a indústria automotiva na América do Norte.

"A gente já monitorava o mercado da América do Norte. Iniciamos as atividades no México em maio e duplicamos a [nossa] capacidade de couro semi-acabado", disse ao **Valor** o CFO da Durlicouros, Christiano Frizzo.

O montante envolvido na transação não foi revelado devido à confidencialidade do contrato.

A unidade mexicana processa 4,5 mil peles por dia, e mais de 85% da produção é destinada ao setor automotivo norte-americano.

"No norte do México, são abatidos muitos animais criados nos Estados Unidos", disse Frizzo. O couro do gado dos EUA é considerado de alta qualidade.

A Durlicouros já atuava desde 2018 fora do Brasil, com uma planta construída do zero no Paraguai, onde foram investidos cerca de US$ 15 milhões.

Mesmo com os avanços no exterior, o couro do Brasil segue como grande aposta da Durlicouros. Segundo a companhia, o produto nacional virou uma escolha cada vez mais natural para as montadoras, com algumas retornando ao couro natural após experimentarem alternativas sintéticas.

Em linha com o crescimento do mercado, a expectativa da Durli no ano é de avanço em volume e faturamento da ordem de 20% sobre 2023. "É um ano positivo para nós", afirmou o executivo. *(NF)*

Guilherme Campos assume lugar de Neri no ministério

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal nomeou, na terça-feira (9), Guilherme Campos para o cargo de secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Ele assume a vaga que era de Neri Geller, demitido por suspeitas de envolvimento em irregularidades no leilão para compra pública de arroz importado, em junho.

Campos foi indicação da bancada do PSD, como mostrou o **Valor**. Próximo ao presidente da sigla, Gilberto Kassab, ele passa a compor a equipe do ministro Carlos Fávaro, que é do mesmo partido. Até então, ele ocupava o cargo de superintendente federal de Agricultura em São Paulo, uma representação do ministério no Estado.

Ex-deputado federal por dois mandatos, Campos também foi vice-prefeito de Campinas (SP) e presidente dos Correios durante o governo de Michel Temer.

Ele assume uma das secretarias mais importantes do Ministério da Agricultura e que ficou sem titular por mais de 12 meses desde o início da atual gestão. O cargo ficou vago de janeiro de 2023 até 22 de dezembro de 2023, quando Geller foi nomeado, depois de resolver pendências na Justiça Eleitoral.

Pouco mais de cinco meses depois, Geller foi demitido, por conta do envolvimento direto de ex-assessor dele em suspeitas de irregularidades no leilão para a compra pública de 300 mil toneladas de arroz importado pela Conab. O leilão acabou cancelado.

CARLOS SILVA/ MAPA



O novo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos

A Secretaria de Política Agrícola da Pasta é responsável, por exemplo, pela elaboração do Plano Safra, lançado na semana passada.

Procurados ontem para comentar a nomeação, Guilherme Campos e o Ministério da Agricultura não responderam até o fechamento desta edição.

Clima
Chuva e frio devem favorecer os cultivos de inverno na região Sul do Brasil
B7

Entrevista
Open finance já leva ao desenvolvimento de produtos e ainda vai decolar em PJ, diz Damaso, do BC C6



Mercados
Dólar recua para R$ 5,41, menor valor em duas semanas, e tira pressão de juros C2

Investimentos
Gestora leva proposta à RJI para assumir fundos vindos da Infinity C4

Investimentos Segundo semestre deve ter concentração de ofertas de fundos de títulos

Com piora doméstica, 'FII de papel' volta ao foco

Liane Thedim
Do Rio

Depois de mais de R$ 20 bilhões em ofertas no primeiro semestre, o vento virou para os fundos de investimento imobiliário (FIIs). A piora no cenário doméstico, com desconfiança em relação à política fiscal e interrupção nos cortes da Selic, e as incertezas na economia internacional levaram em junho a uma queda de 1,04% no Ifix, índice de referência do segmento, pior desempenho desde outubro de 2023 (quando caiu 1,98%). Além disso, ficou para trás a tendência de crescimento dos fundos concentrados em ativos reais, conhecidos como "de tijolo". Agora o foco volta aos chamados "de papel", que alocam em títulos de dívida do setor.

"Todas as ofertas de fundos de tijolo estão, no momento, sendo revistas no mercado", diz Rodrigo Abbud, sócio fundador da VBI Real Estate, gestora focada no segmento que captou R$ 800 milhões para seu fundo de escritórios em fevereiro, aproveitando que a maré ainda estava para tijolo. "Estávamos considerando mais emissões, mas chegamos a um momento mais desafiador para a classe, sobretudo para os que investem nos ativos físicos."

Levantamento do Santander mostra que há hoje R$ 19,4 bilhões em ofertas de FIIs em andamento e em análise, e os recebíveis imobiliários já são os protagonistas, com 36% do total previsto. Os híbridos, que também alocam em papel e que agora devem concentrar mais a carteira em títulos de dívida, terão uma fatia de 14%. Juntos, já corresponderão a metade do esperado.

A Valora Investimentos, que tem R$ 17,5 bilhões sob gestão, acaba de abrir consulta aos cotistas de seu fundo VGIR11 para uma nova emissão em breve. Segundo Alessandro Vedrossi, sócio-diretor da gestora, o fundo, cujo patrimônio líquido é de R$ 1,1 bilhão, tem 99% da carteira formada por papéis indexados ao CDI e quer abrir uma oferta de R$ 400 milhões. "Embora veja espaço na carteira para os dois, enxergo fundos de tijolo andando de lado nesse momento."

A deterioração aparece muito claramente no Ifix. Desde que os primeiros sinais de que haveria afrouxamento monetário começaram a aparecer, em abril do ano passado, até março deste ano, o índice subia 23%, com apenas um mês no negativo (outubro). Só em 2024 até março, a alta acumulada era de 2,92%. Entre abril e junho, sucessivos maus resultados reduziram o ganho neste ano a 1,08%.

"É um investimento muito ancorado em pessoas físicas, e acaba sendo a classe de ativos mais sensível ao CDI", comenta Abbud. Segundo dados do executivo, se considerarmos apenas os fundos de tijolo do Ifix, a queda é de 2,5% no ano, sendo nos últimos 90 dias um recuo de 5,5%.

A asset tem 13 fundos listados, num total de R$ 11 bilhões sob gestão — R$ 8 bilhões em tijolo e R$ 3 bilhões em papel. Ele conta que a recuperação dos fundos de tijolo começou primeiro com os de logística, depois de shoppings e, por fim, de escritórios. Embora a perspectiva fosse de queda, afirma, como o juro ainda estava em patamares altos as emissões dos FIIs de papel corriam bem no mercado. "Até abril, crescemos numa velocidade de cruzeiro." Mas a demora dos Estados Unidos em cortar os juros e, depois, internamente, os ruídos em torno da questão fiscal e da manutenção da inflação na meta culminaram com a suspensão dos cortes da Selic.

Abbud explica que a composição do Ifix é em torno de 55% de fundos de tijolo e 45% de papel e que a gestora agora pretende aumentar a parcela de FIIs de crédito para se aproximar desse retrato. "Vamos aproveitar o segundo semestre para corrigir esse perfil. Nossa projeção é de crescimento este ano pelos fundos de papel." Os planos não incluem o setor residencial e preveem investimentos no setor corporativo.

Entre os principais entraves a novas emissões em um mercado desfavorável está a diferença entre o valor de mercado e o patrimonial. Com a perda de apetite por determinado segmento, investidores vendem suas cotas de FIIs e o valor cai. Com isso, o preço no pregão fica distante do que o fundo tem em carteira.

De acordo com Anita Scal, sócia diretora de investimentos imobiliários da Rio Bravo Investimentos, os fundos de tijolo do Ifix estão com desconto médio de 10% entre o valor patrimonial e o de mercado. Já nos de crédito, comenta, a diferença é menor, entre 5% e 8%. "Não há fundamento para a queda das cotações, apenas a correlação negativa com os juros e a percepção de risco do investidor."

A Valora, por exemplo, lançou, em março, seu primeiro fundo de tijolo, o Renda Imobiliária, de olho no apetite daquele momento de mercado, com uma oferta de R$ 350 milhões. A gestora montou um portfólio grande de lajes corporativas. Agora, o fundo está sofrendo com a queda das cotações, embora esteja pagando dividendo de 1,5% ao mês, acima do 1,2% previsto na oferta. A cota começou com R$ 10 e agora está em torno de R$ 9,50, uma queda de 5%.

"Melhoramos o valor de locação e estamos bem em distribuição de dividendos, mas a cota não está rodando bem por causa do cenário macroeconômico", lamenta Vedrossi. "O valor de tela não reflete o valor real", reforça Abbud, da VBI. A diferença é, portanto, uma oportunidade, frisa Scal, da Rio Bravo, já que "na vida real" os valores continuam altos, mas estão com desconto nos FIIs. A gestora, fundada pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, tem 25 fundos de tijolo, que somam R$ 11 bilhões, sendo 12 listados na B3, e R$ 2 bilhões em fundos de papel, sendo dois negociados no pregão. Os demais são exclusivos.

> "Todas as ofertas de fundos de tijolo estão, no momento, sendo revistas no mercado"
> *Rodrigo Abbud*

O pagamento de dividendos de fundos que tenham ativos de qualidade, por outro lado, continuará forte, na visão de Flávio Pires, analista de FIIs do Santander. Os de papel, afirma, tendem a dar um retorno maior por causa da interrupção nos cortes da Selic. Já os de tijolo, por terem contratos de longo prazo, garantem maior estabilidade nos valores, mas tendem a ter maior impacto na cota.

Portanto, ele indica FIIs de tijolo para investidores que têm horizonte de médio prazo, para unir a estratégia de ganho de renda mensal com ganho de capital, com a valorização das cotações. Já os de papel são para o curto prazo, como estratégia de renda. "Fundos de papel 'high grade' que financiam ativos prontos, bem localizados e com baixo risco de crédito pagarão os melhores dividendos."

Mesmo com a piora nas condições de mercado, Pires mantém sua previsão de que o ano terá entre R$ 35 bilhões e R$ 45 bilhões em ofertas, mas agora mais concentradas em "follow-ons" de fundos mais líquidos de papel. De janeiro a maio, segundo levantamento do analista, o segmento de shoppings (30% do volume captado) e recebíveis imobiliários (28%) predominaram. O pico foi em abril, com R$ 5,2 bilhões em operações finalizadas, mas em maio, com a desaceleração, o total no mês foi menor, de R$ 3,5 bilhões. "No início do ano a previsão era de que os fundos que investem em empreendimentos multifamily iam crescer, mas agora eles não estão mais no foco", exemplifica.

O cenário menos favorável também não fez Pires mudar sua previsão para a chegada de novos investidores aos FIIs. Ele mantém o cálculo de 600 mil entrantes neste ano, o que elevaria o total de 2,5 milhões de cotistas para 3,1 milhões. Só entre janeiro a abril foram 174 mil estreantes, num mercado que hoje reúne 543 fundos listados. "Um grande impulsionador para a entrada de pessoas físicas é a recomendação boca a boca, e isso vai continuar forte", prevê.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Flávio Pires: analista de FIIs do Santander prevê que pagamento de dividendos se manterá forte e que ano terá de R$ 35 bilhões a R$ 45 bilhões em ofertas

Powell vê 'progresso considerável' no combate à inflação

Colby Smith
Financial Times, de Washington

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, disse que a autoridade monetária fez "progressos consideráveis" em sua missão de conter a inflação, mas está em busca de "mais dados bons" antes de cortar as taxas de juro, que se encontram no nível mais alto em 23 anos.

Em depoimento preparado por escrito para o Congresso americano, divulgado ontem, Powell mostrou-se otimista quanto ao retorno da economia dos EUA a um equilíbrio melhor, à medida que o Fed tenta levar a inflação de volta à meta de 2%.

Os últimos relatórios sobre a inflação — um dos quais mostra que o indicador preferido do Fed caiu para 2,6% em maio — são encorajadores e mostram "mais avanços modestos", na sua avaliação. "Mas mais dados bons reforçariam nossa convicção de que a inflação evolui de forma sustentável para a meta de 2%", ressalvou.

Ele disse que "ao longo dos dois últimos anos a economia fez progressos consideráveis" em direção à meta de inflação do Fed, enquanto as condições do mercado de trabalho "esfriaram, embora continuem fortes".

Os comentários de Powell à Comissão de Finanças do Senado enfatizam o delicado equilíbrio que o banco central precisa alcançar no momento em que discute quando reduzir a taxa de juros de referência da faixa atual de 5,25% a 5,5% — intervalo que mantém desde julho passado.

Baixar as taxas cedo demais poderia frustrar os planos para controlar a inflação. Mantê-las muito elevadas durante tempo demais poderia levar mais americanos ao desemprego do que o necessário.

Nas suas observações iniciais, Powell abordou a necessidade de soluções de compromisso e advertiu que um passo em falso da política monetária poderia paralisar ou reverter o avanço recente na questão da inflação. "Mas a inflação elevada não é o único risco com que nos defrontamos", afirmou ele, para em seguida citar preocupações de que deixar os custos dos empréstimos muito altos por tempo demais poderia prejudicar a economia de maneira "desmedida".

"Estamos muito conscientes de que agora temos riscos dos dois lados", acrescentou mais tarde, depois de ter sido pressionado pelo presidente da Comissão de Finanças do Senado, o democrata Sherrod Brown, de Ohio, a não pôr em perigo os empregos dos americanos.

> **2,6%**
> **foi a inflação em maio pela medida preferida do Fed**

Powell disse que as decisões de política monetária seriam tomadas "reunião a reunião", embora tenha indicado que a próxima medida do Fed seria mais provavelmente um corte do que um aumento das taxas.

Em resposta a perguntas do senador democrata Jack Reed, de Rhode Island, o presidente do Fed disse que a "direção provável" seria que o banco central "começasse a afrouxar a política monetária no momento certo", desde que a inflação continuasse a cair e o mercado de trabalho seguisse forte.

As autoridades continuam apreensivas depois que a inflação voltou a subir no início deste ano, frustrando as expectativas de que o Fed começaria a cortar juros antes do verão no hemisfério Norte. A alta motivou os responsáveis pela política monetária a esperarem por mais provas de queda da inflação antes de reduzirem os custos da tomada de crédito.

Entretanto, sinais recentes de um esfriamento do mercado de trabalho reforçaram as expectativas de que haja uma queda nos custos dos empréstimos depois do verão. Hoje a taxa de desemprego está em 4,1%, nível registrado pela última vez em novembro de 2021. Powell afirmou ontem que essas condições apontavam para um mercado de trabalho "forte, mas não superaquecido".

Há pouco tempo — inclusive na ata da última reunião, em junho —, as autoridades enfatizaram que um enfraquecimento repentino do mercado de trabalho também poderia levar o Fed a cortar juros.

De modo geral, agentes do mercado financeiro não esperam que o Fed reduza o custo do crédito em sua reunião do fim deste mês, mas apostam que em setembro é mais provável haver um corte do que não cortar. Em junho, as próprias autoridades projetavam um único corte neste ano, embora uma grande proporção também apoiasse um movimento adicional.

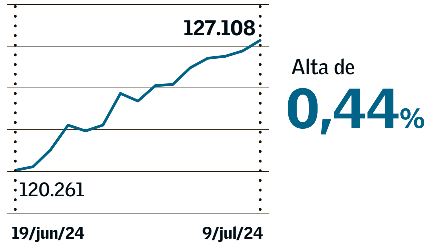
A reunião do Fed em setembro será a última antes das eleições presidenciais, marcadas para novembro — depois delas o banco central se reunirá mais duas vezes este ano. A inflação e os custos punitivos da tomada de crédito são dois dos principais problemas apontados pelos eleitores e afetam os índices de aprovação do presidente Joe Biden.

Powell recebeu perguntas sobre as alterações propostas pelo Fed nas regras de capital dos bancos, que enfrentaram forte resistência de Wall Street e dos parlamentares republicanos por serem consideradas onerosas demais.

Ele indicou que o Fed aceitaria novos comentários a respeito de uma proposta revisada, dada a probabilidade de alterações "materiais" nos parâmetros iniciais.

Leia mais na página C2

Ibovespa
Em pontos



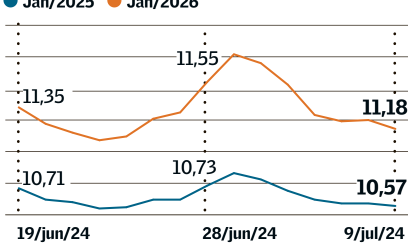
Alta de **0,44%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 9/jul/24 - em %

Dow Jones	-0,13
S&P 500	0,07
Euronext 100	-1,00
DAX	-1,28
CAC-40	-1,56
Nikkei-225	1,96
SSE Composite	1,26

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

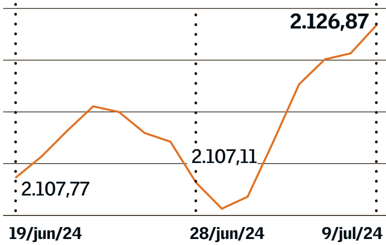


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **1,12%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Presidente do Fed se mostra mais sensível aos efeitos do aperto monetário e leva Ibovespa à sétima alta consecutiva

Dólar recua para R$ 5,41 e reduz pressão sobre juros

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Matheus Prado e Victor Rezende
De São Paulo

Investidores deram continuidade ao movimento de retirada de prêmios de risco dos ativos locais ontem, diante de uma redução dos ruídos internos e após o presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Jerome Powell, se mostrar mais sensível aos riscos da política monetária restritiva sobre a atividade econômica americana durante sabatina no Senado dos Estados Unidos. A liquidez da sessão foi limitada por conta do feriado da Revolução Constitucionalista em São Paulo.

No fim do dia, o dólar recuou 1,12% ante o real, a R$ 5,4144, permitindo nova queda dos juros: a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 11,565% para 11,455%; e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,915% para 11,83%. E o Ibovespa teve ganhos de 0,44%, aos 127.108 pontos, completando sete sessões seguidas de altas.

Em um momento em que a percepção de risco interno se acomoda, diante de acenos do governo, do Banco Central e da Petrobras, agentes voltam a focar suas atenções em dados de inflação e no futuro ciclo de afrouxamento monetário dos Estados Unidos. Nessa linha, aguardam com ansiedade os números do IPCA de junho, que serão divulgados hoje, e da inflação ao consumidor e ao produtor nos EUA para o mesmo mês, que serão conhecidos amanhã e sexta-feira.

Enquanto os dados não são divulgados, os mercados acompanharam de perto as declarações de Powell no Comitê de Bancos do Senado americano. O dirigente destacou os últimos meses de bons dados de inflação nos Estados Unidos que, se repetidos no futuro próximo, aumentariam a confiança do Fed no cumprimento da meta de inflação de 2%, segundo ele.

Disse ainda que, em face da desaceleração da atividade econômica e do mercado de trabalho, a alta inflação "não é o único risco" a ser acompanhado. Ainda que Powell tenha reforçado a sua cautela em dar sinais sobre o "timing" das próximas decisões do Fed, a leitura do mercado foi de que a postura menos conservadora denota mais disposição em iniciar o ciclo de corte de juros nos Estados Unidos.

TIERNEY L. CROSS/BLOOMBERG



Jerome Powell, presidente do Fed: melhora nos indicadores de inflação aumenta confiança no cumprimento de meta

Economistas da Pantheon Macroeconomics avaliam que o presidente do Fed continua relutante em sinalizar o início da flexibilização monetária com bastante antecedência, muito por conta da "explosão" da inflação no primeiro trimestre. "Mas lendo nas entrelinhas pensamos que o seu cenário base é uma flexibilização em setembro", escrevem os profissionais liderados por Ian Shepherdson.

"O simpósio de Jackson Hole, que será realizado entre 22 e 24 de agosto, oferece uma oportunidade ideal para ele dar o aviso habitual sobre uma mudança política iminente. Mais um dado de emprego e duas leituras do CPI estarão disponíveis até lá, e esperamos números mais suaves. Em última análise, continuamos a esperar uma flexibilização de 25 pontos-base em setembro e depois de 50 pontos-base nas reuniões de novembro e dezembro, assumindo que os dados sobre o emprego e a inflação enfraquecem acentuadamente."

0,44%
foi a alta do Ibovespa, que encerrou aos 127.108 pontos

De acordo com dados do CME Group, os contratos futuros dos Fed funds indicavam, no fim da tarde em Nova York, 70% de chance de uma redução de 0,25 ponto percentual nos juros em setembro.

Essa expectativa, aliada à baixa liquidez da sessão, apoiou uma nova rodada de forte valorização do real, o que impactou positivamente a curva de juros e ajudou a enfraquecer a tese de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) terá que voltar a elevar a Selic no curto prazo.

Segundo a Oxford Economics, as recentes preocupações fiscais, que levaram a uma forte venda dos ativos locais devem ser temporárias e as taxas devem ter atingido seu pico. "Embora o sentimento fiscal tenha piorado, as expectativas do índice de longo prazo da dívida pública em relação ao PIB estão diminuindo lentamente desde o final de 2022, quando o mandato começou", aponta Felipe Camargo, economista sênior da casa.

Camargo lembra que o recente confronto público do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra os mercados fez com que os ativos financeiros domésticos despencassem. Assim, o economista nota que os juros de mercado de longo prazo ultrapassaram a marca dos 12,5%, e o "sell-off" na curva de juro real levou as taxas das NTN-Bs à marca dos 6,8%, uma taxa fiscalmente insustentável.

"Os acontecimentos continuam alinhados com nossa visão de longa data de que o sentimento fiscal iria piorar antes de melhorar. Acreditamos que as taxas de juros estão acima dos níveis estruturais e isso significa que custos menores de empréstimos ajudarão na estabilização da dívida em relação ao PIB no longo prazo. Isso, juntamente com um ajuste fiscal viável de 2,5 p.p do PIB, é consistente com a estabilização da dívida em 85% do PIB até 2030", afirma Camargo.

O principal risco para o cenário da Oxford Economics, segundo ele, está na economia política. "Embora esperemos que Lula adote discurso mais pragmático quando internalizar as consequências das taxas de juros de dois dígitos para o restante de seu mandato, estamos preocupados que isso possa ocorrer tarde demais", conclui.

Galípolo sinaliza cautela sobre eventual intervenção no câmbio

Bloomberg

O diretor do Banco Central (BC) responsável pela decisão sobre uma possível intervenção no câmbio sinalizou que não puxaria o gatilho para qualquer medida de alívio do dólar sem antes obter total apoio da diretoria da autoridade monetária.

Gabriel Galípolo disse a investidores em reuniões privadas este mês que procuraria o consenso de outros diretores antes de tomar medidas no câmbio, de acordo com quatro participantes dessas reuniões. A postura cautelosa parece ser parte de uma estratégia do diretor de política monetária para evitar a aparência de suscetibilidade a pressões políticas num momento delicado para o BC, disseram as pessoas, solicitando anonimato para falar sobre as reuniões.

Galípolo é cotado como a escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a presidência do BC assim que o mandato de Roberto Campos Neto terminar, em dezembro. Isto coloca o diretor em uma posição difícil, em que tem de se equilibrar entre um chefe de Estado que exige que se combata o que ele vê como especulação e, por outro lado, investidores que estão desconfortáveis com a crescente influência de Lula no BC. O governo também clama por taxas de juro mais baixas, enquanto os mercados apostam que os juros irão na direção oposta.

O dólar acumula alta de quase 11% no ano, o que deixa o real como a moeda emergente de pior desempenho depois do peso argentino. A moeda teve alívio na semana passada, quando Lula deixou de comentar sobre o câmbio e o governo anunciou cortes de gastos.

"A decisão de intervenção é típica do diretor de política monetária e do presidente" do BC, disse Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor de política monetária do BC e hoje presidente da Jive Investments. "O BC deve entrar em momentos de falta de liquidez ou precariedade na formação do preço", disse.

As decisões de intervenção no mercado cambial viriam de Galípolo, sob quem operam as mesas de negociação do BC. Durante anos, o presidente da instituição também precisou aprovar iniciativas antes da sua implementação. No entanto, o diretor de política monetária recebeu autonomia para realizar operações cambiais utilizando até 5% das reservas internacionais do Brasil, que atualmente se situam em US$ 360 bilhões. Embora essa liberdade permaneça em vigor hoje — com um limite inferior, de 2,5% das reservas — Galípolo sinalizou que ainda procuraria o consentimento de outros membros do alto escalão.

> "O BC deve entrar em momentos de falta de liquidez ou precariedade na formação do preço"
> *Luiz F. Figueiredo*

Em discursos públicos, integrantes do BC, incluindo Campos Neto e Galípolo, atribuíram o estresse recente nos mercados a "ruído de curto prazo", apontando para incertezas sobre o futuro fiscal e monetário do país. Eles não chegaram a sinalizar qualquer tipo de intervenção no mercado cambial. A posição do BC em relação à moeda, por sua vez, levou Lula a alegar que existe uma "especulação" que "não é normal".

Integrante do BC enfatizam frequentemente que não têm uma meta para taxa de câmbio. Mas uma valorização sustentada do dólar pode aumentar os custos dos bens importados, pressionando a inflação. No caso de falta de liquidez ou de sinais de disfunção do mercado, o BC pode anunciar operações de swap cambial ou intervir no mercado à vista comprando ou vendendo dólares. O Banco Central não quis comentar.

As tensões entre Lula e o BC devem aumentar com a decisão de interromper em junho o ciclo de flexibilização. Galípolo juntou-se à votação unânime do Copom para manter a Selic em 10,5%, depois de ter discordado a favor de uma redução maior na reunião anterior. Entre os operadores, há apostas de que o BC elevará os juros neste ano. A preocupação é que os investidores possam antecipar um aumento nos preços por conta da pressão do dólar e, consequentemente, elevar as suas estimativas de inflação ainda mais acima da meta de 3% do BC. Se esse aumento persistir poderá tornar inevitável outro ciclo de alta de juros, segundo Italo Abucater, chefe da mesa de câmbio da Tullett Prebon.

Em meio a uma forte desvalorização do real, a maneira mais prática e eficaz de reagir seria vendendo dólares, disse ele, acrescentando que essas vendas gerariam "mais segurança a investidores estrangeiros para naturalmente trazerem o fluxo de volta".

Por que Trump 2.0 poderá ser bom para os investidores

Análise

Edward Yardeni
Financial Times

Prever resultados políticos nos Estados Unidos é um trabalho muito mais arriscado do que prever os rumos do mercado de ações do país. Agora, tente fazer as duas coisas, ou seja, prever o resultado das próximas eleições presidenciais e legislativas e o impacto resultante das mudanças políticas e de políticas sobre a economia e os mercados financeiros!

Vamos tentar, mas limitemos o exercício ao que poderão ser os próximos quatro anos se Donald Trump retornar à Casa Branca para um segundo mandato. Isso parece cada vez mais provável depois do primeiro debate presidencial entre Trump e Joe Biden.

A reação inicial dos principais mercados financeiros foi relativamente silenciosa. A movimentação mais notável ocorreu nos mercados de bônus, onde o rendimento dos Treasuries de 10 anos subiu cerca de 0,2 ponto porcentual para 4,48%, enquanto o rendimento do título de dois anos subiu metade disso. Assim, a curva de rendimento "desinvestiu" ligeiramente, uma vez que os investidores em bônus supostamente descontaram a possibilidade de que sob Trump 2.0 os déficits federais poderiam ser maiores, a economia poderia ficar mais forte e a inflação poderia ser mais alta.

Isso porque se Trump for eleito, ele provavelmente renovará e até mesmo aumentará cortes de impostos de 2017, que expiram no fim de 2025. As expectativas mais otimistas para a economia ocorrem apesar do risco de novas tensões comerciais com a China. Trump está propondo aumentar as tarifas em 60% sobre as importações do país (e em 10% sobre todas as importações dos EUA).

Muitos investidores temiam que as políticas de Trump durante seu primeiro mandato poderiam ter consequências econômicas e financeiras adversas. No entanto, o PIB real cresceu 8,5%, atingindo um recorde histórico entre o quarto trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2019, pouco antes da pandemia. No mesmo período, a inflação medida pelos preços ao consumidor permaneceu moderada em cerca de 2%. O rendimento dos Treasuries de 10 anos começou e terminou seu período pré-pandemia em torno de 2%. O índice Standard & Poor's 500 (S&P 500) subiu cerca de 50% do fim de 2016 até o fim de 2019.

Poderia um resultado tão benigno ocorrer sob Trump 2.0? Certamente é possível. As políticas seguidas pela Casa Branca podem ter um impacto importante sobre a economia e os mercados financeiros. No entanto, essas políticas são frequentemente ajustadas durante o processo de transformação em lei pelo Congresso.

Se os republicanos conquistarem a Casa Branca e as duas câmaras do Congresso, é menos provável que as políticas de Trump sejam enfraquecidas. No momento, isso é difícil prever, dadas as incertezas políticas, especialmente se os principais doadores do Partido Democrata desviarem mais dos seus fundos para o Congresso, em vez de para a Casa Branca, depois do desastre de Biden no debate.

Mas tenhamos em mente que a economia dos EUA não é movida apenas por Washington. Cada vez mais, a economia americana torna-se impulsionada pela tecnologia e diversificada industrialmente, com um espírito empreendedor excepcional. Mais da metade dos gastos de capital são em tecnologia. Os gastos das empresas com softwares e pesquisa atingiram um nível recorde. Os mercados de capitais dos EUA fornecem amplo financiamento para startups e inovações. A economia dos EUA tornou-se menos sensível às taxas de juros. No ano passado, ela mostrou sinais de uma retomada do crescimento da produtividade que deverá continuar até o fim da década. Todos esses são desenvolvimentos positivos para os lucros das empresas, o que deverá levar o mercado de ações a novos picos de alta durante o restante da década.

Na verdade, Washington poderá interferir menos na economia nos próximos anos, especialmente se Trump, que está inclinado a favorecer a desregulamentação dos negócios, for reeleito. Ele pode ficar mais livre para seguir tal caminho depois que a Suprema Corte reduzir o poder das agências reguladoras federais para interpretar leis vagas aprovadas pelo Congresso. Trump nomearia, sem dúvida, juízes e servidores graduados para as agências para reverter ou limitar o "estado administrativo". Ele certamente facilitaria uma maior produção americana de petróleo e gás, o que ajudaria a manter a inflação sob controle.

A história mostra que ao longo do tempo a economia dos EUA e o mercado de ações acabam se saindo bem, não importando quem está na Casa Branca. Isso não significa que Trump 2.0 não envolveria riscos. Os dois grandes riscos sob um governo Trump seria: 1) uma guerra comercial que deprima o crescimento e reanime a inflação; e 2) déficits federais crescentes que causariam uma crise de dívida. No entanto, o sistema e controles políticos da América continuam funcionando para moderar as perseguições políticas extremas de quem quer que esteja da Casa Branca.

O autor é presidente e estrategista-chefe de investimentos da Yardeni Research

Investimentos Proposta da ARM, especializada em ativos estressados, vai ser submetida a cotistas

Nova asset quer assumir fundos da Vanquish

Adriana Cotias
De São Paulo

A RJI Corretora, administradora de fundos da Vanquish Asset — herdados da estrutura da Infinity — publicou fato relevante em que informa ter recebido proposta da ARM Capital para assumir a gestão das carteiras. Se a troca for aprovada pelos cotistas, isso evitaria a liquidação das carteiras por falta de um novo administrador.

Na assembleia de 9 de abril, a RJI renunciou aos serviços de administração fiduciária por não concordar que os fundos prosseguissem sob o guarda-chuva da Vanquish, sucessora da Infinity e que tem no seu quadro societário nomes egressos da antiga casa. Na ocasião, os investidores dos diversos fundos decidiram manter a gestora à frente dos portfólios, rejeitando assim propostas para a substituição apresentadas pela Veritas e pela Águila Capital.

Se não houvesse até ontem um novo administrador disposto a assumir os portfólios, o resultado poderia ser a liquidação das carteiras, dividindo em frações a liquidez que ainda existisse e todos os passivos judiciais. A RJI estabeleceu um prazo de 90 dias para a nomeação de um novo prestador. Não recebeu, porém, propostas neste sentido.

Mas na semana passada, a ARM Capital, casa especializada em recuperação de ativos estressados, manifestou a intenção de ser a nova gestora. "Com isso, os cotistas possuem uma alternativa que viabiliza a continuidade do fundo, podendo, porém, legitimamente optar pela liquidação, caso assim prefiram", afirma a administradora no comunicado. "Também não está excluída a possibilidade de os cotistas evitarem a liquidação do fundo mediante a indicação de um novo administrador para o veículo, caso logrem encontrar algum interessado no posto, mantendo-se ou não a Vanquish em sua gestão. Em qualquer cenário, será respeitada a vontade soberana dos cotistas."

Após consultar a CVM, a RJI informou que promoverá, "na presente data, a convocação de assembleia para que os cotistas deliberem sobre a proposta da ARM Capital para assumir a gestão do fundo", escreve a RJI no comunicado. A administradora informou ainda ter consultado o regulador sobre procedimentos para eventual liquidação.

"Todavia, até a realização da assembleia para deliberar sobre a indicação da nova gestora, a RJI deixará de tomar qualquer medida tendente a ultimar a liquidação do fundo, prosseguindo-se com elas apenas se a assembleia rejeitar a matéria e se persistir a ausência de administradores fiduciários interessados em assumir a administração do veículo."

A RJI também refutou acusações da Vanquish, em comunicado em seu website, e esclarece que, por ocasião da assembleia de cotistas de 22 de março, a administradora deixou de computar voto do cotista que reúne a maior participação no fundo, em "estrito cumprimento à ordem que recebeu da CVM por meio de ofício de alerta, conforme esclarecido na respectiva ata".

A Vanquish ajuizou ação contra a RJI para tentar impedir a liquidação dos fundos. "Segundo informações prestadas recentemente por cotistas, a RJI está integralmente comprometida em contatar cotistas para convencê-los a substituir a Vanquish na gestão dos fundos, postura essa bastante incomum para um administrador, de forma que o surgimento desse novo proponente está relacionado a esse esforço", escreve a gestora.

Na batalha de narrativas, a gestora escreve ainda que a tentativa frustrada de afastar a Vanquish foi feita 90 dias atrás em assembleia na qual a "RJI deixou de contabilizar os votos de cotista com participação expressiva no fundo. Questões de conflito, conforme alegadas, também são matérias a serem deliberadas em assembleia, não definidas pela RJI, essa sim com um enorme conflito de interesses".

A família vinda da Infinity contempla quatro carteiras: Pipa, Coral, Safira e Forte, que chegaram a ter 10,2 mil cotistas e quase R$ 700 milhões de patrimônio. No conjunto, reúne pouco mais de R$ 85 milhões. Parte significativa dos investidores, 4,5 mil deles, conseguiu sacar R$ 410 milhões entre 20 e 29 de dezembro de 2022 do então Infinity Select (atual Pipa), logo após a Anbima publicar em seu site que a gestora tinha perdido o selo da autorregulação. A decisão tinha sido tomada já em 2020, mas suspensa por liminar obtida pela gestora na Justiça.

Com o rápido encolhimento dos fundos, a liquidez foi consumida, sobrando a operação de box, em que uma das pontas, parte relacionada da Infinity, ficou inadimplente. A RJI então fechou os fundos para resgate.

A Vanquish sucedeu a Infinity, com anuência dos investidores, apesar de ter na sua estrutura societária profissionais que trabalhavam com o fundador David Fernandez. Em dezembro do ano passado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou multas de mais de R$ 7 milhões à diretoria, inabilitou a Infinity e impediu o executivo, como diretor responsável pela gestão, de atuar no mercado financeiro por cinco anos.

A punição não é relativa aos fatos mais recentes, mas de um processo sancionador datado de 2018. Um termo de compromisso foi rejeitado pela autarquia em janeiro de 2021 por entender que elementos que levaram a acusação não tinham cessados. A CVM apontou infrações como descumprimento a itens do regulamento, não obedecendo a limites de concentração por emissor nas aplicações em opções flexíveis e sem garantia e pelo fato de os fundos não se enquadrarem aos 80% de exposição a ativos relacionados ao fator de risco que dava nome às carteiras, renda fixa.

A própria Vanquish foi desligada da Anbima, mas por liminar suspendeu o efeito da punição, repetindo passos da Infinity.

Carteiras que chegaram a reunir quase R$ 700 milhões, de 10,2 mil investidores, hoje têm cerca de R$ 85 milhões

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 09/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.957,5959850	0,06	0,42	4,95
IRF-M	1+**	20.270,4969020	0,23	1,43	1,65
IRF-M	Total	18.410,5000790	0,17	1,08	2,61
IMA-B	5***	9.319,9942250	0,10	0,49	3,82
IMA-B	5+****	11.206,7372940	0,02	1,69	-3,43
IMA-B	Total	9.906,0793840	0,06	1,10	-0,01
IMA-S	Total	6.749,8394130	0,04	0,29	5,62
IMA-Geral	Total	8.198,7082710	0,08	0,69	3,13

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	25/06	24/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,98	32,70	33,74	28,38	32,72	29,82
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,11	26,45	23,88	21,51	25,65	26,30
Conta garantida pré - a.a.	41,69	52,00	44,19	51,12	52,54	48,33
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,70	22,36	21,55	21,86	27,56
Vendor pré - a.a.	16,22	15,40	15,85	15,05	15,98	18,06
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,26	19,48	20,67	16,84	17,82	20,47
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,01	17,78	17,87	17,17	18,22	18,02
Conta garantida pós - a.a.	25,49	24,96	25,91	24,89	24,13	26,89
ACC pós - a.a.	8,08	8,65	7,93	8,60	8,61	9,05
Factoring - a.m.	3,27	3,26	3,28	3,32	3,34	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	09/07/24	08/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3500	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3367	5,3381	5,3364	5,3304	5,0663
3 meses	-	5,3542	5,3535	5,3533	5,3517	5,0145
6 meses	-	5,3869	5,3864	5,3873	5,3885	4,8139
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6620	3,6560	3,9120	3,4060
1 mês	-	3,7078	3,7447	3,7869	3,9123	3,2856
3 meses	-	3,8554	3,8717	3,8829	3,9257	3,1116
6 meses	-	3,9093	3,9174	3,9227	3,9437	2,7223
1 ano	-	3,8927	3,8902	3,8863	3,8570	1,6788
Euribor ***						
1 mês	-	3,628	3,654	3,632	3,679	3,425
3 meses	-	3,699	3,714	3,711	3,759	4,640
6 meses	-	3,675	3,676	3,682	3,735	3,945
1 ano	-	3,599	3,589	3,578	3,701	4,193
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,31	5,36	5,36	5,37	5,37	5,24
T-Bill (3 meses)	5,36	5,34	5,38	5,36	5,39	5,37
T-Bill (6 meses)	5,29	5,29	5,31	5,32	5,37	5,48
T-Note (2 anos)	4,63	4,63	4,74	4,75	4,89	4,95
T-Note (5 anos)	4,25	4,24	4,39	4,38	4,46	4,36
T-Note (10 anos)	4,30	4,28	4,43	4,40	4,43	4,07
T-Bond (30 anos)	4,49	4,47	4,60	4,56	4,56	4,04

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,28	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,51	11,68
CDI	0,28	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,51	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,08	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,61	7,89
IMA-B	1,10	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,01	3,07
IMA-S	0,29	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,62	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,58	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,27	4,93
Índice Small Cap	5,48	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-10,19	-11,96
IBrX 50	2,33	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,93	7,39
ISE	3,86	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-6,67	-5,90
IMOB	6,02	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-11,83	-8,32
IDIV	1,88	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,59	12,09
IFIX	0,05	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,14	6,09
Dólar Ptax (BC)	-2,16	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	12,34	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-3,11	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	11,58	16,69
Euro (BC) (4)	-1,22	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	9,91	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,17	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	9,04	14,54
Ouro (BC)	-0,75	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	28,46	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,32	0,46	0,38	0,16	0,83	2,60	4,34
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 9/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,32% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 04/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.514.423,52					-5.995,55	15.037,36	208.009,49	215.883,37
RF Indexados (2)	146.298,89	0,31	0,40	2,63	7,65	-125,46	-837,23	-8.354,76	-18.272,53
RF Duração Baixa Soberano (2)	680.731,76	0,04	0,14	4,96	10,87	1.111,64	10.842,03	41.074,61	54.105,04
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	856.581,11	0,04	0,16	5,65	12,39	1.024,34	7.704,69	59.326,92	71.348,27
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	180.761,22	0,05	0,05	5,69	12,41	347,12	1.467,80	74.290,11	79.452,36
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.614,23	0,11	0,23	4,47	9,25	18,18	335,13	-2.885,79	-4.338,04
RF Duração Livre Soberano (2)	214.753,70	0,10	0,22	4,47	10,03	-719,87	1.949,04	-13.757,19	-31.356,37
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	635.910,80	0,09	0,17	4,92	10,88	-5.893,47	-3.441,65	-38.680,44	-57.374,43
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	361.638,33	0,13	0,26	4,76	11,48	382,38	489,39	77.601,51	128.511,87
Ações	618.516,17					-243,88	-1.607,31	-1.052,53	39.486,41
Ações Indexados (2)	10.145,36	0,44	1,86	-5,90	5,70	26,65	-140,19	261,71	-948,51
Ações Índice Ativo (2)	31.377,95	0,85	2,41	-6,24	3,96	-56,20	-631,04	-4.372,82	-4.219,61
Ações Livre	225.162,19	0,92	2,14	-3,33	6,42	-191,54	-675,65	648,07	-5.120,32
Fechados de Ações	125.949,90	0,55	0,59	-3,62	-3,00	0,00	146,10	-850,47	29.546,35
Multimercados	1.663.638,41					109,55	-443,34	-76.992,72	-205.649,36
Multimercados Macro	148.414,03	0,18	0,49	1,17	6,48	-297,89	-846,32	-28.313,40	-51.616,90
Multimercados Livre	635.390,35	0,13	0,33	3,10	8,26	639,48	1.564,64	693,37	-54.871,30
Multimercados Juros e Moedas	49.711,05	0,08	0,21	4,76	11,07	-58,08	-117,40	-8.000,63	-17.709,57
Multimercados Invest. no Exterior (2)	749.371,64	-0,19	-0,06	4,78	11,76	-184,01	-1.136,28	-42.348,62	-76.947,13
Cambial	6.250,26	-1,18	-1,55	16,47	20,31	-232,83	-273,98	-621,30	-1.559,99
Previdência	1.436.621,81					-93,37	-193,58	18.063,30	40.690,24
ETF	44.021,27					260,95	98,32	-1.696,96	-2.892,28
Demais Tipos	2.011.387,39					-2.246,51	-3.879,92	41.695,35	50.221,52
Total Fundos de Investimentos	**7.283.471,44**					**-6.195,14**	**12.617,47**	**145.709,28**	**85.958,38**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.661.107,73**					**845,96**	**5.626,19**	**35.306,14**	**98.393,45**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.993.021,04**					**-5.349,18**	**18.243,66**	**181.015,42**	**184.351,84**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	09/07/24	08/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,36
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9005
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,60
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9938
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,44	10,51	10,49	10,43	13,30
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,59	10,59	10,78	10,72	10,57	12,74
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,42	10,42	10,41	13,59
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,43	10,47	10,44	10,42	13,44
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,45	10,51	10,49	10,44	13,32
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,48	10,58	10,55	10,48	13,15
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,60	10,77	10,72	10,58	12,77
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,92	10,96	11,34	11,18	10,97	11,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 09/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.334,28	10,408	45.758	10,406	10,410	10,408
Vencimento em set/24	98.477,41	10,422	42.283	10,420	10,426	10,420
Vencimento em out/24	97.663,81	10,438	282.571	10,432	10,460	10,434
Vencimento em nov/24	96.774,16	10,468	7.318	10,450	10,490	10,480
Vencimento em dez/24	96.032,18	10,520	13.453	10,515	10,550	10,520
Vencimento em jan/25	95.214,43	10,569	812.993	10,560	10,620	10,570
Vencimento em fev/25	94.352,01	10,632	370	10,640	10,685	10,640
Vencimento em mar/25	93.560,78	10,700	3.444	10,685	10,765	10,690
Vencimento em abr/25	92.814,60	10,752	215.256	10,740	10,820	10,755
Vencimento em mai/25	92.027,71	10,808	1.127	10,805	10,865	10,805
Vencimento em jun/25	91.210,20	10,854	319	10,860	10,870	10,865
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.430,47	-1,09	171.240	5.424,50	5.491,50	5.435,00
Vencimento em set/24	5.447,70	-1,09	1.480	5.450,00	5.450,00	5.450,00
Vencimento em out/24	5.463,56	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.481,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.496,08	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.878,04	-1,21	20	5.888,80	5.888,80	5.888,80
Vencimento em set/24	5.905,11	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.930,88	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	128.359	0,55	65.975	127.115	128.555	128.470
Vencimento em out/24	130.420	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	132.467	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 09/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4381	5,4387	-0,61	-2,16	12,34	11,45
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4138	5,4144	-1,12	-3,11	11,58	11,25
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4426	5,6226	-1,09	-2,97	11,39	11,41
Euro (BC) - (R$/€)	5,8791	5,8820	-0,81	-1,22	9,91	9,94
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8544	5,8550	-1,21	-2,17	9,04	9,69
Euro Turismo (R$/€)	5,9155	6,0955	-1,24	-1,97	8,71	9,97
Euro (BC) - (US$/€)	1,0811	1,0815	-0,20	0,96	-2,16	-1,36
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	412,9157	412,9613	-0,31	-0,75	28,46	36,58
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.363,66	0,09	1,68	14,45	22,80
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.362,40	-0,39	1,50	14,55	23,32

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	09/07/24	08/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.048,67	161.238,82	158.096,12	173.997,89	0,50	2,50	-6,87
Valor-Coppead Mínima Variância	98.759,71	98.099,19	95.968,24	93.533,91	0,67	2,91	5,59

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 09/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 09/07/24

Índice	09/07/24	08/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 09/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,82	188,76	183,93	165,54	151,84	-0,50	2,12	13,46	23,70
S&P BNY Emergentes	368,30	367,70	353,54	312,75	294,37	0,16	4,17	17,76	25,12
S&P BNY América Latina	195,90	193,82	189,48	225,28	204,50	1,07	3,39	-13,04	-4,21
S&P BNY Brasil	194,34	192,08	186,15	232,95	204,42	1,18	4,40	-16,58	-4,93
S&P BNY México	301,37	297,68	294,86	331,67	325,27	1,24	2,21	-9,14	-7,35
S&P BNY Argentina	228,43	226,53	230,09	178,27	153,04	0,84	-0,72	28,14	49,26
S&P BNY Chile	139,61	139,49	137,44	162,12	181,24	0,08	1,57	-13,89	-22,97
S&P BNY Índia	3.019,26	3.033,31	3.032,46	2.923,01	2.777,77	-0,46	-0,44	3,29	8,69
S&P BNY Ásia	226,32	226,48	219,12	189,60	176,64	-0,07	3,29	19,37	28,13
S&P BNY China	315,53	307,54	302,10	336,11	327,67	2,60	4,44	-6,12	-3,70
S&P BNY África do Sul	210,20	210,99	200,45	199,87	203,30	-0,37	4,87	5,17	3,39
S&P BNY Turquia	37,70	37,95	34,29	22,45	17,60	-0,68	9,92	67,88	114,21

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 09/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.108	0,44	2,58	-5,27	6,91
IBrX	53.746	0,41	2,59	-4,79	7,57
IBrX 50	21.343	0,34	2,33	-3,93	9,16
IEE	91.769	1,18	3,94	-3,36	1,00
SMLL	2.113	0,91	5,48	-10,19	-9,45
ISE	3.513	0,66	3,86	-6,67	-2,79
IMOB	891	0,93	6,02	-11,83	-6,39
IDIV	8.930	0,28	1,88	-1,59	13,81
IFIX	3.349	0,05	0,05	1,14	4,96
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.371	1,06	4,85	-15,68	-4,08
IBrX	9.882	1,03	4,86	-15,25	-3,49
IBrX 50	3.924	0,95	4,59	-14,49	-2,06
IEE	16.873	1,80	6,24	-13,97	-9,38
SMLL	389	1,53	7,81	-20,06	-18,75
ISE	646	1,28	6,16	-16,92	-12,78
IMOB	164	1,55	8,37	-21,52	-16,01
IDIV	1.642	0,89	4,13	-12,40	2,11
IFIX	616	0,67	2,27	-9,97	-5,82

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 09/07/24	Spread 08/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	402	401	1,0	-1,0	57,0
África do Sul	319	318	1,0	-8,0	-7,0
Argentina	1.490	1.502	-12,0	35,0	-417,0
Brasil	225	226	-1,0	-6,0	30,0
Colômbia	308	302	6,0	2,0	43,0
Filipinas	72	74	-2,0	4,0	14,0
México	180	176	4,0	-6,0	13,0
Peru	105	103	2,0	3,0	3,0
Turquia	248	245	3,0	-5,0	-28,0
Venezuela	16.867	17.367	-500,0	-1.702,0	-7.225,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	27/06/24	357.963
dez/23	355.034	28/06/24	357.827
jan/24	353.563	01/07/24	356.972
fev/24	352.705	02/07/24	357.421
mar/24	355.008	03/07/24	358.554
abr/24	351.599	04/07/24	358.562
mai/24	355.560	05/07/24	359.527
jun/24	357.827	08/07/24	359.546

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	09/07/24	08/07/24	05/07/24	04/07/24	03/07/24	02/07/24
Índice	2.126,87	2.123,35	2.122,60	2.119,47	2.112,27	2.105,34
Var. no dia	0,17%	0,04%	0,15%	0,34%	0,33%	0,07%
Var. no mês	0,94%	0,77%	0,74%	0,59%	0,25%	-0,08%
Var. no ano	2,99%	2,82%	2,78%	2,63%	2,28%	1,94%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 09/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,4300	36,4500	0,14920	0,14930
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4381	5,4387
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3976	36,4888	0,1490000	0,1494000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7758	0,7928
Colon (Costa Rica)	527,5000	540,0000	0,010070	0,010310
Coroa (Dinamarca)	6,8990	6,9000	0,7881	0,7883
Coroa (Islândia)	137,7400	138,0700	0,03939	0,03949
Coroa (Noruega)	10,6160	10,6181	0,5122	0,5123
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3730	23,3830	0,2326	0,2327
Coroa (Suécia)	10,5534	10,5564	0,5151	0,5154
Dinar (Argélia)	133,8938	135,0164	0,04028	0,04062
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,7658	17,7735
Dinar (Líbia)	4,8403	4,8626	1,1184	1,1236
Direitos Especiais de Saque ***	1,3206	1,3206	7,1816	7,1823
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4805	1,4808
Dirham (Marrocos)	9,8419	9,8668	0,5512	0,5526
Dólar (Austrália)***	0,6735	0,6737	3,6626	3,6641
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4381	5,4387
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6747	2,7218
Dólar (Canadá)	1,3636	1,3641	3,9866	3,9885
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5127	6,5924
Dólar (Cingapura)	1,3505	1,3513	4,0243	4,0272
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4381	5,4387
Dólar (Hong Kong)	7,8116	7,8119	0,6961	0,6962
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6119	0,6123	3,3276	3,3301
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7455	6,8260	0,7967	0,8063
Euro (Comunidade Européia)***	1,0811	1,0815	5,8791	5,8820
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9880	3,0477
Franco (Suíça)	0,8978	0,8979	6,0565	6,0578
Guarani (Paraguai)	7536,3800	7538,1700	0,0007214	0,0007217
Hryvnia (Ucrânia)	40,5000	40,8000	0,1333	0,1343
Iene (Japão)	161,3900	161,4200	0,03369	0,03370
Lev (Bulgária)	1,8077	1,8089	3,0063	3,0086
Libra (Egito)	48,0200	48,1200	0,1130	0,1133
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2783	1,2787	6,9515	6,9545
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00348	0,00361
Lira (Turquia)	32,8733	32,8843	0,1654	0,1654
Novo Dólar (Taiwan)	32,5540	32,5840	0,16690	0,16710
Novo Sol (Peru)	3,7783	3,7910	1,4345	1,4395
Peso (Argentina)	917,0000	917,5000	0,00593	0,00593
Peso (Chile)	929,8000	930,5000	0,005844	0,005849
Peso (Colômbia)	4018,7500	4020,2500	0,001353	0,001353
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2266	0,2266
Peso (Filipinas)	58,4840	58,5040	0,09295	0,09299
Peso (México)	17,9400	17,9505	0,3029	0,3032
Peso (Rep. Dominicana)	58,8600	59,2500	0,09178	0,09240
Peso (Uruguai)	40,0600	40,0900	0,13560	0,13580
Rande (África do Sul)	18,1371	18,1414	0,2998	0,2999
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,4498	1,4500
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001295	0,0001295
Ringgit (Malásia)	4,7060	4,7090	1,1548	1,1557
Rublo (Rússia)	87,8455	87,8545	0,06190	0,06191
Rúpia (Índia)	83,4650	83,5200	0,06511	0,06516
Rúpia (Indonésia)	16245,0000	16255,0000	0,0003345	0,0003348
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,5000	0,01953	0,01954
Shekel (Israel)	3,6761	3,6781	1,4785	1,4795
Won (Coréia do Sul)	1383,2000	1383,5100	0,003931	0,003932
Yuan Renminbi (China)	7,2725	7,2726	0,7478	0,7478
Zloty (Polônia)	3,9405	3,9416	1,3797	1,3802

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2361,73	0,01317	412,9157	412,9613

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	09/07/24	08/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.291,97	39.344,79	-0,13	0,44	4,25	16,47	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.453,02	20.439,54	0,07	3,91	21,56	36,02	14.109,57	20.453,02
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.429,29	18.403,74	0,14	3,93	22,77	34,91	12.595,61	18.429,29
EUA	Nova York	S&P 500	5.576,98	5.572,85	0,07	2,13	16,92	26,78	4.117,37	5.576,98
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.042,50	22.126,13	-0,38	0,76	5,17	11,15	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.331,81	52.907,69	0,80	1,70	-7,07	-1,06	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.373,15	1.383,05	-0,72	-0,56	14,89	21,18	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	87.595,25	88.213,69	-0,70	11,31	51,46	154,73	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.470,13	6.520,93	-0,78	0,88	4,39	8,88	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.156,93	29.797,83	1,21	0,87	16,17	33,92	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	1.643.221,09	-	1,98	76,75	287,94	420.772,57	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.500,80	1.516,00	-1,00	1,11	7,54	12,60	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.236,19	18.472,05	-1,28	0,00	8,86	16,87	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.508,66	7.627,45	-1,56	0,39	-0,46	5,58	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.864,47	34.046,54	-0,53	2,14	11,57	21,91	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.950,57	3.945,04	0,14	1,63	6,55	12,78	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.819,81	2.862,66	-1,50	-2,35	23,48	41,11	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.898,80	11.022,10	-1,12	-0,41	7,89	17,84	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.451,22	1.450,92	0,02	3,34	12,22	13,53	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	930,70	932,85	-0,23	0,74	18,29	23,51	714,05	934,82
Hungria	Budapeste	BUX	71.169,33	71.150,53	0,03	-1,28	17,40	42,65	49.891,95	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	88.178,96	87.986,09	0,22	-0,49	12,39	31,25	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.650,59	6.655,83	-0,08	2,63	3,97	12,93	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.093,26	1.119,25	-2,32	-5,66	0,90	12,01	976,08	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.534,22	2.564,30	-1,17	-1,37	5,67	12,82	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.037,36	12.051,66	-0,12	0,36	8,08	10,69	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.796,57	10.864,08	-0,62	1,40	44,53	74,50	6.187,09	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.038,47	2.026,99	0,57	4,67	8,67	13,78	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.620,00	80.783,50	-0,20	1,15	4,85	7,75	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	41.580,17	40.780,70	1,96	5,05	24,25	28,38	30.526,88	41.580,17
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.075,20	8.012,20	0,79	0,77	3,14	11,47	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.588,07	1.560,97	1,74	-1,85	-13,59	-21,79	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.959,37	2.922,45	1,26	-0,27	-0,52	-7,42	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.867,38	2.857,76	0,34	2,49	7,99	13,48	2.277,99	2.867,38
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.523,23	17.524,06	0,00	-1,10	2,79	-4,59	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.351,64	79.960,38	0,49	1,67	11,23	23,09	63.148,15	80.351,64
Indonésia	Jacarta	JCI	7.269,80	7.250,98	0,26	2,92	-0,04	8,24	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.319,92	1.322,50	-0,20	1,46	-6,78	-11,45	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.900,08	23.878,15	0,09	3,77	33,29	43,42	16.001,27	23.900,08

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

EDITORA GLOBO S.A.

CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGE, na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), CEP: 20230-240, às 10h do dia 25 de julho de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar a distribuição de dividendos a conta de reserva de lucros; e (ii) (iii) Outros assuntos de interesse da Companhia. Rio de Janeiro, 08/07/2024. Ass.: Diretor Superintendente. Esta é a íntegra da Convocação.

CRÉDITOS DE TUNEP - AÇÃO JUDICIAL

O **Instituto Brasileiro de Gestão de Saúde,** entidade filantrópica de prestação de serviços hospitalares, situado na cidade de Juiz de Fora, MG, à Rua Barão de Juiz de Fora, nº 88, Bairro Santos Anjos, CEP 36062-410, inscrito no CNPJ sob o número 26.000.523/0001-21, com base em deliberação tomada através da AGE realizada em 01 de julho de 2024, faz saber pelo presente sua **intenção de promover a alienação do direito creditório reivindicado no processo judicial nº 1090501-65.2021.4.01.3400,** movido contra a UNIÃO FEDERAL, e que tem fundamento nas diferenças de remuneração havidas entre os valores pagos pela tabela SUS e aqueles previstos na TUNEP.

Para tanto, torna pública a abertura de prazo, até o dia 22 de julho de 2024, para recebimento de propostas para a aquisição do mencionado direito creditório por qualquer interessado. As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail complianceibgsaude@gmail.com, contendo informações sobre preço e demais condições de aquisição.

As informações detalhadas sobre o assunto podem ser obtidas diretamente no processo judicial, e esclarecimento adicionais podem ser solicitados por meio eletrônico, direcionados ao e-mail acima referido.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 808/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90808/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 21.850.290-3. **OBJETO**: Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de sondagens à percussão (SPT) de solos e ensaios de percolação em diversas unidades escolares nos municípios do Estado do Paraná, divididos em 10 (dez) lotes, definidos com base na proximidade dos municípios e nos respectivos Núcleos Regionais de Educação, do Estado do Paraná. **VALOR MÁXIMO**: R$ 5.209.976,10 (cinco milhões, duzentos e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e dez centavos). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 27 de julho de 2024, às 08h30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES**: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA**: 05/07/2024. Comissão de Contratação.

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00001896/2024-43. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços comuns de seguro de vida e acidentes pessoais para 25.879 (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e nove) servidores ativos da Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante a implantação de apólice, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e de seus anexos. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. DOTAÇÃO: UO 24.101 – PROG. TRAB.: 06.122.8217.4052.0002 FR: 100 – ND: 33.90.39-69 PRAZO: Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/07/2024, às 10h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 10 de julho de 2024.

ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

SÚMULAS DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Florestal para o corte de 71 árvores nativas diversas e araucárias, para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em Borboleta Bida, município de Pitanga, no estado do PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Florestal para o corte de 165 árvores nativas diversas, 12 exóticas e 6 araucárias, para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em Rodovia PR 447, do km 20+420m ao km 20+930m, município de União da Vitória, no Estado do PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental

SÚMULAS DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Ambiental para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em 34,5kV, em Borboleta Bida, município de Pitanga, no Estado do PR.

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Ambiental para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em 19,9kV, em Rodovia PR 447, do km 20+420m ao km 20+930m, município de União da Vitória, no Estado do PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 323141-R1, com validade até 13/06/2030, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – LDAT 138 kV DOIS VIZINHOS-FRANCISCO BELTRÃO LT2, instalada nos municípios de Dois Vizinhos, Verê e Francisco Beltrão, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 323344-R1, com validade até 13/06/2030, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – LDAT 138 kV FOZ DO CHOPIM-DOIS VIZINHOS, instalada nos municípios de Quedas do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Dois Vizinhos, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 323140-R1, com validade até 13/06/2030, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – LDAT 138 kV FRANCISCO BELTRÃO-SADIA, instalada no município de Francisco Beltrão, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 37187, com validade até 26/06/2030, para a Subestação de Energia Elétrica – SE 138 kV SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, instalada no município de Santo Antônio da Platina, no Estado do PR.

Valor investe

Entrevista Diretor do BC diz que 'super apps' são exemplos de que ecossistema começa a dar resultados; comunicação ainda é desafio

'Open finance já gera produtos e versão PJ ainda vai decolar'

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Se até meados do ano passado as instituições participantes do open finance (sistema financeiro aberto) estavam concentradas no cumprimento de demandas regulatórias, a "chave" virou e o foco já passou a ser o desenvolvimento de produtos, disse o diretor de regulação do Banco Central (BC), Otavio Damaso, em entrevista ao **Valor**. A criação dos "super apps", por exemplo, que tem movimentado as principais instituições financeiras do país, já foi viabilizada pelo avanço do ecossistema, afirma.

O projeto do BC — que ganhou novas normas na semana passada — ainda tem desafios à frente, como o de encontrar espaço entre usuários pessoas jurídicas. O regulador, inclusive, já pediu um diagnóstico à estrutura de governança para tentar entender por que o ecossistema não decolou entre empresas. Para Damaso, no entanto, é só "questão de tempo" até que isso aconteça. Ele acredita que novos produtos para o segmento começarão a aparecer ainda em 2024.

Em relação à recém-divulgada estrutura de governança definitiva, o diretor considera que o BC conseguiu criar um formato equilibrado, que prioriza a inovação. O modelo, que dá mais espaço para bancos digitais e iniciadores de transação de pagamento, entra em vigor em 2025.

Ele diz ainda que o foco dado ao Pix por aproximação no anúncio das regras para a jornada sem redirecionamento (JSR) não representa uma priorização do pagamento instantâneo em relação a outros meios, mas uma resposta a uma demanda da sociedade. "O BC desenvolve as coisas de forma a entregar um bem público para a sociedade. As regras são iguais para todos."

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Acha que o BC conseguiu equilibrar bem os interesses na estrutura de governança definitiva?*

Otavio Damaso: Esperamos o ecossistema estar consolidado para divulgar a estrutura. Ela está organizada de uma forma pró-inovação, pró-desenvolvimento do open finance. Não sei dizer se grupo A ou B ficou feliz, mas achamos que ficou equilibrado.

Valor: *Parte do mercado acha que os iniciadores não deveriam ter uma cadeira. O que acha?*

Damaso: O open finance tem duas dimensões, uma de dados e uma de iniciação de pagamento. A gente entende que o iniciador é uma peça fundamental. Refletimos sobre a inclusão do grupo na governança e tomamos a decisão com total segurança.

Valor: *Mesmo antes da jornada sem redirecionamento, já estão sendo lançados recursos de jornada via transferência inteligente. O que ainda deve surgir?*

Damaso: Construímos a 'tubulação' do open finance e a estrutura já está funcionando. Agora, vão surgindo os produtos, e as transferências inteligentes fazem parte disso, são programações a partir das contas do usuário. A iniciação de pagamento vem um pouco por fora, possibilita que as transações no e-commerce fiquem mais fluidas, e envolve contas de diferentes titularidades. Há muita transação feita com Pix 'copia e cola' que vai poder ser finalizada com um clique. Outra vertente, que foi o carro-chefe da divulgação da JSR, é o Pix por aproximação, que vai permitir que o usuário coloque a chave dentro da 'wallet'.

Valor: *No anúncio da JRS, o BC destacou o Pix por aproximação. Isso não dá a impressão de que estão priorizando o Pix em relação a outros meios?*

Damaso: O BC desenvolve as coisas de forma a entregar um bem público para a sociedade. As regras são iguais para todos os participantes. O foco no Pix foi meio natural porque existia essa demanda da aproximação, coisa que nos cartões já está resolvida com acordos bilaterais. Tanto é que, dependendo da 'wallet', o usuário não consegue colocar todos os cartões. Quando o BC entra, ele entra de forma universal.

Valor: *Na JRS também havia discussão sobre a necessidade de contratos bilaterais. Acharam que seria melhor sem isso?*

Damaso: Optamos pelo formato aberto. Sempre é melhor.

Valor: *Que potencial vê no Pix aproximação? Ele afetará o débito?*

Damaso: O potencial é grande, porque, de fato, quando o usuário faz várias compras de pequeno valor, a aproximação é uma facilidade grande. O Pix é um grande sucesso e tende a crescer bastante com essa possibilidade. Acho que todas as formas de pagamento têm o seu valor, depende da necessidade e desejo do cliente. O papel do BC é fazer com que todas as trilhas estejam disponíveis de forma segura, eficiente e a um custo adequado.

> "Refletimos sobre a inclusão dos iniciadores na governança e tomamos a decisão com total segurança"

Valor: *No Pix por aproximação, as carteiras terão que ser iniciadoras de transação de pagamento (ITP), correto? Isso traz outras empresas para o ambiente regulado?*

Damaso: Exatamente. A carteira terá que ser ITP. No open finance, só entra quem for regulado, supervisionado e tiver uma licença para operar. Esse é um caminho importante. A gente vê interesse nesse movimento e é algo que a gente tende a fomentar.

Valor: *Como avalia a criação de casos de uso até aqui?*

Damaso: Desde o início já dizíamos que o open finance era uma jornada. Até meados de 2023 a gente via muitas instituições preocupadas em cumprir o comando regulatório, ou seja, colocar o operacional de pé. E, depois, a gente percebe de forma bem clara que 'virou a chave'. Ainda tem o que melhorar, claro, mas está funcionando e o pessoal já consegue pensar em produtos e serviços que vão trazer benefícios para o cidadão e mais oportunidade de negócios. Tem instituição com 65 produtos sendo desenvolvidos. A consolidação das informações é hoje um desejo de toda instituição e todas estão criando 'super apps'. A instituição quer que o cliente acesse o sistema financeiro por meio dela, não interessa, em um primeiro momento, se ele está fazendo negócio com outro. Há dez anos, o principal canal de comunicação, de marketing, era a agência, hoje é o app. Essa é a história do 'super app', que foi viabilizada graças ao open finance. E aproveito para deixar claro que o BC não vai criar o seu 'super app'.

Valor: *O BC tem dado atenção para a performance das instituições. Isso tem melhorado?*

Damaso: Muito. É gritante. Tanto na questão da jornada, no consentimento, quanto na qualidade das informações trocadas. Este ano focamos em olhar com mais atenção essa questão. No final do ano passado, deixamos claro que, para 2024, não teria nenhuma agenda nova, além do que já estava programado, para dar também tempo para as instituições focarem em produtos.

Valor: *O open finance ainda não deslanchou na PJ. O que aconteceu?*

Damaso: É um ponto que acho que vai evoluir bastante. Uma pequena ou média empresa normalmente tem contas em diferentes bancos e a dificuldade começa em ter o ter o fluxo de caixa consolidado. Nisso, o open finance já pode ser de grande valia. Há também a possibilidade de ela fazer, a partir de um app, o pagamento usando o dinheiro que tem em outros bancos. Tínhamos expectativa de que PJ ia deslanchar até mais rápido do que PF porque olhamos um pouco a experiência do Reino Unido, onde isso aconteceu. Em conversas com algumas consultorias, eles dizem que isso pode estar ligado ao fato de a gente não ter permitido que fintechs não reguladas participassem. Pode ser, mas a gente sempre deixou claro que precisaria ser autorizada. Não tenho um diagnóstico claro, mas tenho certeza de que esse processo vai se desenvolver. É uma questão de tempo. Não vejo necessidade de ajustes, é hora de as instituições partirem para o desenvolvimento de produtos.

Valor: *Produtos PJ devem começar a aparecer mais já em 2024?*

Damaso: Com certeza.

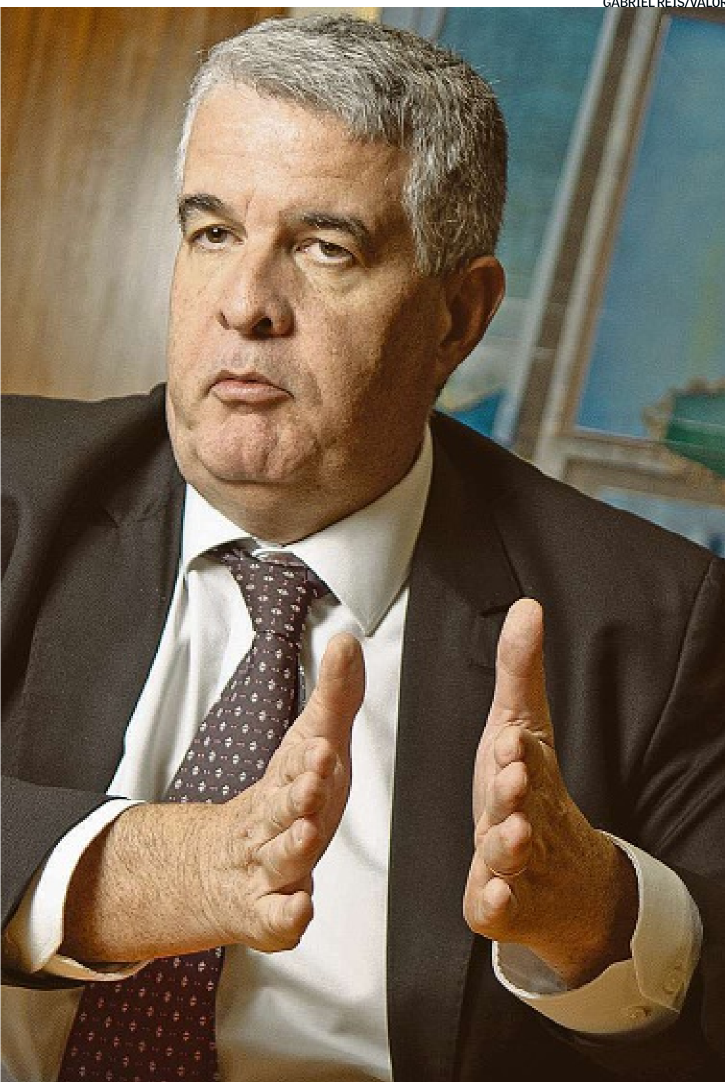
Valor: *O que ainda pode ser feito para alavancar a área de investimentos? Como estão as conversas com CVM, Anbima?*

Damaso: O investimento é uma informação até que simples de compartilhamento, muitas vezes a instituição precisa fazer a consulta uma única vez. E o potencial é enorme. Grande parte dos investimentos está nas holdings financeiras, então já estão abarcados pelo open finance. É algo como 80% na holding e 20% em assets independentes. Temos conversas com a Anbima e eles têm muito interesse de fazer parte da jornada que estamos construindo com a CVM. Há também discussão de outras facilidades, como na agenda de portabilidade, que vai valer para crédito, investimento, seguros.

Valor: *O conhecimento da população ainda é um desafio?*

Damaso: É um grande desafio, não só no Brasil. Todo mundo compara com a difusão do Pix, mas é diferente, o Pix o usuário usa todo dia. Acho que os produtos vão trazer essa conscientização, o grande garoto-propaganda, no fundo, é o ecossistema.

Valor: *Os problemas de recursos do BC afetam o open finance?*


GABRIEL REIS/VALOR

Damaso: A governança é independente, então o desenvolvimento vai acontecer, mas restrições sempre afetam de alguma forma. Está em discussão no Congresso a PEC que visa concluir o processo de autonomia. A experiência internacional mostra que o padrão é autonomia integral.

> "As regras são iguais para todos os participantes. O foco no Pix foi meio natural porque havia demanda"

Pix por aproximação leva a debate sobre 'wallets'

De São Paulo

O Pix por aproximação — que deve ser implementado a partir de 2025 como parte da evolução da agenda do open finance — deve trazer novas empresas, inclusive de tecnologia, para o ambiente regulado do Banco Central (BC) e fomentar a discussão sobre práticas concorrenciais em carteiras digitais, dizem participantes do ecossistema.

Neste mês, o BC divulgou novas regras para a jornada sem redirecionamento na iniciação de pagamentos, o que deve abrir espaço para a inclusão do Pix em "wallets", como já acontece com os cartões. Para que uma empresa atue nesse campo, ela precisará ter uma licença no BC de iniciador de transações de pagamento (ITP). No país, o Google Pay já tem essa autorização, enquanto a Apple, não.

"As carteiras terão que ser ITP. No open finance, só entra quem for regulado, supervisionado e tiver uma licença para operar. Esse é um caminho importante. A gente vê interesse nesse movimento e é algo que a gente tende a fomentar", disse o diretor de regulação do BC, Otavio Damaso, ao **Valor**.

A visão de participantes do open finance é que esse movimento deve abrir espaço para outras discussões, que já estão curso em diversas partes do mundo. "Isso abre um novo capítulo muito importante", disse um representante de fintechs. "Há debates concorrenciais que passam a ser acompanhados também pelo BC", acrescenta. Ele cita, por exemplo, a movimentação na União Europeia para que a Apple abra seus celulares a sistemas de pagamento por aproximação de concorrentes.

O presidente da Associação dos Iniciadores de Transação de Pagamentos (Init), Gustavo Lino, tem uma visão semelhante. "A discussão para as 'wallets' não ficarem restritas aos sistemas operacionais está acontecendo e é incipiente aqui." Para ele, daqui para frente vai ganhar corpo o debate sobre quais são os formatos possíveis para o Pix por aproximação. Procurada, a Apple não comentou. ***(MR)***

A pílula anti-competição da Sabesp

Palavra do gestor



Marcelo Trindade

Na semana passada, o PT pediu ao Ministério Público para investigar um possível conflito de interesses na privatização da Sabesp. Alega-se que a presidente do conselho de administração da companhia de saneamento do Estado de São Paulo fazia parte, até dezembro de 2023, do conselho de administração da Equatorial Energia, única empresa que se habilitou a tornar-se "acionista de referência" da Sabesp, no processo de privatização.

Para quem se acostumou com a guerrilha antiprivatização do PT nos anos 90, e mais recentemente nos governos Temer e Bolsonaro, a notícia poderia parecer apenas a reedição de uma velha estratégia: o uso de argumentos jurídicos duvidosos para tentar interromper um processo ao qual o PT se opõe ideologicamente.

Acontece que o caso da Sabesp realmente merece escrutínio. Não necessariamente pelo alegado conflito de interesses, nem pela adoção de uma estrutura até então inédita nos processos de privatização no Brasil.
O problema está na inclusão, no estatuto social da companhia, de uma cláusula que, na prática, afastou outros potenciais interessados em participar do processo de privatização, sem benefício aparente para o interesse público.

A assembleia de acionistas da Sabesp realizada em 27 de maio incluiu no estatuto a obrigação de realização de uma oferta pública de compra de 100% das ações por qualquer pessoa ou grupo de pessoas que, após a privatização, se torne titular de 30% (ou mais) do capital. O preço da oferta será o dobro do maior valor das ações, pela cotação em bolsa ou em aumento de capital anterior.

Esse tipo de regra estatutária é comum em nosso mercado, ainda que em geral com percentuais menores de prêmio. Alcunhadas de "poison pills" (pílulas de veneno), sua finalidade é, entretanto, legítima: assegurar que nenhum acionista controle a companhia sem oferecer aos demais a chance de vender suas ações a um preço não afetado por desvalorizações momentâneas.

Aquelas regras não impedem, contudo, que venha a existir um acionista com participação relevante, mas inferior ao limite previsto no estatuto. Na verdade, é frequente que esse acionista exista — por vezes, um fundador que reduziu sua fatia e continua exercendo parcela do poder de comando. Trata-se do chamado "acionista de referência".

A existência do acionista de referência é normalmente bem vista por investidores. Por um lado, incentiva o alinhamento com os interesses da companhia (e dos demais acionistas). Por outro, não é maior que 50%, permitindo que terceiros lancem oferta para adquirir o controle. O risco da tomada de controle incentiva o acionista de referência e os administradores a trabalharem por sua valorização.

A adoção desse modelo é um dos objetivos declarados da privatização da Sabesp, que busca selecionar um acionista de referência ao mesmo tempo em que a venda de ações pelo Estado reduza sua participação. Além disso, é celebrado um acordo de acionistas assegurando direitos ao Estado e disciplinando o voto conjunto com o acionista de referência que vier a vencer a disputa.

Finalmente, pela regra incluída no estatuto, qualquer nova compra de qualquer número de ações pelo grupo de acionistas formado pelo Estado e o acionista de referência que leve à superação daquele percentual de 30% dispara a obrigação de lançar a oferta pública. Trata-se, também aqui, de um modelo comum no mercado brasileiro, evitando que acionistas se reúnam para burlar o limite estatutário.

O problema é que o conceito de grupo de acionistas inserido no estatuto da Sabesp é extraordinariamente amplo, abrangendo não apenas empresas mas todos os fundos de investimento administrados por um mesmo gestor, caso tal gestor seja controlado por uma empresa que faça parte do grupo do acionista de referência, o que inclui um sócio relevante do acionista de referência.

Com essa regra, o processo de privatização afastou de uma operação bilionária qualquer investidor que tenha acionistas relevantes que também sejam gestores de recursos de terceiros, ou controladores desses gestores, dado que qualquer aquisição de ações da Sabesp por qualquer desses fundos — mesmo que com milhares de cotistas, e que apenas sigam passivamente o Ibovespa — levaria à obrigação de lançar a oferta pública para todos os acionistas da Sabesp.

Foi diante dessa regra que apenas uma companhia sem acionista controlador apresentou proposta para tornar-se o acionista de referência. A pílula anti-competição afastou qualquer concorrente, inclusive empresas com atuação estratégica e comprovada em saneamento e consórcios de tais empresas com investidores financeiros que também sejas gestores de recursos. Tudo o que não se deveria querer quando se trata de privatizar uma empresa com o porte e as responsabilidades da Sabesp.

Em um país com grave déficit de recursos, o investimento na prestação de serviços públicos depende da desestatização. Um processo como o da Sabesp, que limita a competição sem qualquer benefício, põe em risco o próprio modelo de privatização, para júbilo de seus críticos ferozes, sempre prontos a atacar, e em prejuízo dos mais pobres, que precisam urgentemente dos serviços que o poder público não é capaz de prover.

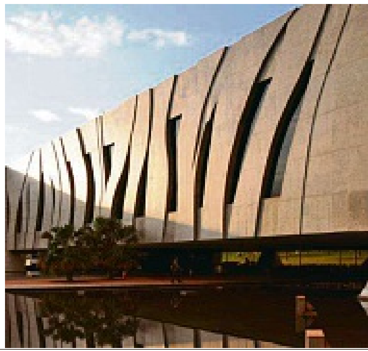
Marcelo Trindade é advogado e professor da PUC-Rio. Foi diretor e presidente da CVM

TJMG
4ª Câmara Cível anula casamento entre uma mulher e um idoso por fraude
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
ICMS-ST: o Tema 1.125 e a modulação no STJ
E2

STJ
3ª Turma condena o Google em caso de links patrocinados
valor.globo.com/legislacao



Tributário Uma das sentenças impede a tributação pelo PIS, Cofins, Imposto de Renda e CSLL

Justiça Federal derruba cobrança de impostos sobre benefício fiscal de ICMS

Marcela Villar
De São Paulo

Três recentes decisões judiciais afastaram a tributação de crédito presumido de ICMS — tipo de benefício fiscal dado a empresas. Duas delas são sentenças proferidas pela Justiça Federal de São Paulo e a outra é uma liminar dada pelo desembargador Rubens Calixto, da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). As ações questionam a aplicação da Lei das Subvenções (nº 14.789/2023), uma das apostas do Ministério da Fazenda para cumprir as metas fiscais deste ano.

São as primeiras sentenças da 3ª Região, que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul, que se tem notícia. Uma delas, favorável a uma indústria têxtil, afastou a cobrança de PIS, Cofins, Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL, assim como os efeitos da nova norma, editada no fim do ano passado. A outra foi parcialmente favorável a uma empresa de laticínios, vedando a incidência até a entrada em vigor da nova legislação.

A partir da lei atual, fruto da conversão da Medida Provisória 1.185/2023, a União passou a poder cobrar imposto sobre os benefícios fiscais de ICMS. Porém, para tributaristas, a legislação é inconstitucional e desrespeita a jurisprudência sólida do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na visão deles, há uma ofensa ao pacto federativo e à própria natureza do crédito presumido, que é diferente dos outros tipos de benefícios — como isenção, diferimento, redução de base de cálculo ou alíquota.

O crédito presumido, afirmam o especialistas, seria o que a doutrina chama de "grandeza positiva", enquanto os demais são "grandezas negativas". Isso quer dizer que eles têm efeitos contábeis diferentes — em um o crédito é dado à empresa e representa uma renúncia fiscal para o Estado e, nos outros, há uma desoneração, que reduz despesa para o contribuinte. Esse foi um dos principais fundamentos na tese estabelecida pela 1ª Seção do STJ, em abril do ano passado, em recurso repetitivo (Tema 1182).

Nesse acórdão, o ministro relator Benedito Gonçalves reforçou julgamento anterior, em que se exclui a tributação de IRPJ e CSLL para crédito presumido. Ficou definido que "a concessão do crédito presumido de ICMS representa renúncia a parcela de arrecadação, de modo que a tributação pela União desses valores significaria 'a irradiação de efeitos indesejados do seu exercício sobre a autonomia da atividade tributante de pessoa política diversa, em desarmonia com valores éticos-constitucionais inerentes à organicidade do princípio federativo" (EResp 1517492).


DIVULGAÇÃO
Advogado Francisco Leocádio: entendimento confirma a jurisprudência desde 2017 nos tribunais, que não poderia ser alterada pela nova lei das subvenções

Esses dois precedentes foram citados pelo juiz Alexey Suusmann Pere, da 2ª Vara Federal de Guarulhos (SP), que concedeu sentença a uma indústria têxtil. Na visão dele, essa é uma jurisprudência "consolidada" de que o crédito presumido é um "incentivo fiscal voltado à redução de custos", portanto, não assume "natureza jurídica de receita ou faturamento para efeito de composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL".

Ele lembrou ainda de uma ação pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), em que houve a formação de maioria, no Plenário Virtual, pela exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 835818). O placar, porém, foi zerado após pedido de destaque — o que transferiu o caso para o plenário físico.

Para o juiz, a nova lei editada ano passado "não tem o condão de alterar a própria natureza jurídica do instituto". Por isso, permitiu que o contribuinte excluísse os quatro impostos federais da base de cálculo do benefício fiscal (processo nº 5002069-31.2024.4.03.6119).

Francisco Leocádio, sócio do Souza Okawa Advogados, escritório que defende o contribuinte, diz que o entendimento confirma a jurisprudência desde 2017 nos tribunais — que não poderia ser alterada pela nova lei. "Ela confirma que o crédito presumido, por sua natureza, não deve integrar a base de cálculo. É um benefício concedido pelo Estado, sem recuperação nas etapas seguintes", afirma.

Segundo ele, as decisões sobre crédito presumido têm sido mais favoráveis aos contribuintes do que outros benefícios fiscais por conta dos precedentes do STJ. Os entendimentos favoráveis às companhias, acrescenta, mostram que "o Judiciário tem prestado atenção para a segurança jurídica e o pacto federativo".

Já a outra sentença foi dada pela 6ª Vara Cível Federal de São Paulo para uma empresa de laticínios. Porém, sem a mesma abrangência. A juíza Denise Aparecida Avelar concordou que o crédito presumido não pode ser tributado, mas entende que a nova lei não viola o pacto federativo por ser "expressa ao dispor que o valor do crédito fiscal não será computado na base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins".

A legislação estabelece requisitos para ser disponibilizado o crédito, assim como mecanismos de habilitação na Receita Federal. Por isso, na visão da juíza, "após a vigência da Lei nº 14.789/2023, exige-se o preenchimento dos requisitos por esta previstos, para que o crédito presumido de ICMS não seja computado na base de cálculo do IRPJ e CSLL". O caso envolvia apenas o afastamento da tributação de IRPJ e CSLL (processo nº 5034616-21.2023.4.03.6100).

Guilherme Saraiva Grava, do Diamantino Advogados Associados, que representou a empresa, diz que vai recorrer para afastar a tributação também a partir da nova legislação. Mas já vê a sentença como positiva por ter confirmado o precedente do STJ. "O argumento do STJ foi constitucional. Ele diz que a tributação é invasão da União na receita do Estado. O fato é que a lei nova não muda esse argumento."

Em um agravo de instrumento, julgado pelo desembargador Rubens Calixto, uma empresa de produtos de limpeza e higiene conseguiu uma tutela para não pagar PIS e Cofins sobre o benefício de ICMS. Para Calixto os créditos presumidos "constituem verdadeiras renúncias fiscais dos Estados, o que impede a União de tributá-los" (processo nº 5015730-04.2024.4.03.0000).

Marcio Abbondanza Morad, do RVC Advogados, que atuou no caso, também elogia a preservação de julgados do STJ, "afastando expressamente a Lei nº 14.789/23, que não teria o condão de alterar a natureza jurídica de renúncia fiscal do benefício". O valor da causa é de R$ 18 milhões.

Em outra sentença, a primeira que se teve notícia, a 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da 2ª Região, afastou a cobrança de IRPJ e CSLL sobre crédito presumido de ICMS. Não é tão abrangente como a de São Paulo, que alcança quatro tributos.

Procurada, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não quis comentar o assunto.

Fisco mantém IRRF sobre amortização de cota de fundo

Beatriz Olivon
De Brasília

Rendimentos decorrentes de amortização de cotas em fundos de investimento administrados no Brasil devem ser tributados pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) na alíquota entre 15% e 22,5%, mesmo que o investidor seja um banco estrangeiro que não atua no país. O entendimento foi adotado pela Receita Federal e está na Solução de Consulta nº 199, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

No caso, a administradora do fundo havia questionado a Receita Federal se não poderia ser aplicada a regra para lucros obtidos no exterior, com base no tratado Brasil-Espanha, que afasta a incidência de IRRF.

De acordo com a solução de consulta da Cosit, os rendimentos decorrentes do resgate de cotas de fundo de investimento são qualificados como ganhos de capital — com a alíquota entre 15% e 22,5%. Porém, afirma a Receita, a amortização se diferencia do resgate porque não há redução do número de cotas, mas de seu valor.


DIVULGAÇÃO

"A interpretação para os casos de amortização surpreendeu"
Raphael Lavez

A consulta foi apresentada por uma administradora de fundos de investimento multimercado constituídos no Brasil. Ela é responsável pelo recolhimento do IRRF incidente sobre os rendimentos auferidos nos eventos de amortização (no caso de fundos multimercado fechados) e de "resgate" de cotas (no caso de fundos abertos ou, na liquidação dos fechados).

A Lei nº 9.779, de 1999, determina que os rendimentos auferidos em qualquer aplicação ou operação financeira de renda fixa ou renda variável sujeitam-se à incidência do IRRF. A previsão de uma tabela regressiva (15% a 22,5%) consta na Lei nº 11.033, de 2004. Em geral, as mesmas regras de tributação previstas para os residentes ou domiciliados no Brasil são aplicadas para os não residentes.

A questão feita ao Fisco era como reter o IRRF nos casos em que o cotista é um banco espanhol que não tem filial no Brasil nem atua no país. Para a administradora, os rendimentos deveriam ser enquadrados como lucro — isento de tributação no Brasil conforme o tratado Brasil-Espanha, assinado para afastar a possibilidade de bitributação.

Para a Receita Federal, contudo, a qualificação dos rendimentos como lucro é subsidiária e, por isso, analisou se seriam aplicáveis as previsões de dividendos, juros e ganhos de capital no caso concreto, excluindo todas as possibilidades A redação do artigo que afasta a tributação do lucro de empresas, segundo o órgão, exige o exercício de uma atividade.

A ideia de "lucro das empresas", acrescenta a Receita Federal, envolve o lucro decorrente de uma atividade (qualificada) desenvolvida pela empresa. Por isso, a classificação foi de "outros rendimentos", o que mantém a incidência de IRRF.

Segundo o advogado Raphael Lavez, sócio do escritório Lavez Coutinho Advogados, a interpretação para os casos de amortização surpreendeu, tendo em vista que o banco não tem atividade no Brasil e ainda poderá ser tributado na Espanha.

De acordo com o advogado, alguns tratados com o Brasil preveem expressamente que a amortização deve ser classificada como dividendo, previsão que não consta no tratado com a Espanha. Para Lavez, o enquadramento deveria ser como lucro, especialmente no caso de um banco, em que fazer investimento em fundos é parte da atividade empresarial.

"A impressão é que a solução de consulta traz um viés antigo da Receita Federal de restringir a não tributação do lucro e joga para o residual, que tem alíquota maior", afirma ele.

Guilherme Alves, advogado no escritório Ventura Advogados, destaca que a situação que levou à consulta é específica, mas é questionável o esforço feito pelo Fisco para classificar os valores decorrentes da amortização como "outros rendimentos", enquadramento a que chegou por meio de eliminação.

"O banco tem como objeto social o investimento em fundos", afirma o advogado, acrescentando que, por essa razão, considera que a Receita passou por cima da atividade-fim do banco e do fato de os valores irem para uma instituição que fica em outro país.

Destaque

Uso indevido de marca

A 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) condenou uma empresa pela comercialização de roupas contendo marca já registrada por concorrente. A decisão inclui abstenção da venda dos produtos, pagamento de indenização por danos morais, estipulada em R$ 30 mil, e ressarcimento por danos materiais, com montante a ser apurado em fase de liquidação. A autora possui registro para uso do termo em seu segmento de negócio junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), mas a concorrente utilizou a mesma palavra alegando ser expressão de uso comum. Em seu voto, o relator, João Batista de Mello Paula Lima, afirma que a proteção à marca da autora é medida cabível, ainda que o termo utilizado seja referente à mitologia grega — fato que não é amplamente conhecido pela população brasileira — e que a tipografia adotada pela recorrida seja diferente. "Tais particularidades, somadas ao fato de que as partes são empresas concorrentes com atuação em idêntico segmento do mercado, induzem à conclusão de que há efetivo risco de confusão e associação indevida pelos consumidores", diz (processo nº 1055916-61.2021.8.26.0100).

ICMS-ST: o Tema 1.125 e a modulação no STJ

Opinião Jurídica

Celso Alves Feitosa e Walter Alexandre Bussamara

Tema 1.125 julgado e efeitos da decisão modulados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesse contexto, foi afastada a inclusão do ICMS-ST das bases de cálculo das contribuições ao PIS e à Cofins do contribuinte substituído. A tese firmada foi no sentido de que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo das contribuições aludidas, devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva.

Quanto à modulação dos efeitos, foi ela inicialmente proposta (e, então, acatada), em dezembro de 2023, pelo relator Gurgel de Faria, segundo o qual "na linha da orientação do Supremo Tribunal Federal, firmada no julgamento da Tese 69 da repercussão geral, e considerando a inexistência de julgados no sentido aqui proposto, conforme o panorama jurisprudencial descrito neste voto, impõe-se modular os efeitos desta decisão, a fim de que sua produção ocorra a partir da publicação da ata de julgamento no veículo oficial de imprensa, ressalvadas as ações judiciais e os procedimentos administrativos em curso".

Na lógica dessa modulação, justificada sem qualquer debate, na circunstância de que até então não haveria decisões, como a então proferida, favoráveis aos contribuintes, mas somente contrárias, proferidas pela 2ª Turma do STJ, cumprir-se-ia lançar os efeitos da novel decisão para o dia da ata de julgamento (14/12/23).

De pronto, soava, porém, ilegítima e indigesta tal modulação inicial preconcebida pelo STJ, situação que afrontava a própria Constituição Federal e passava ao largo também dos requisitos legais de sua legítima concessão.

De fato, a modulação de efeitos como inicialmente sugerida e engendrada feriria a própria isonomia, a qual, aliás, foi o fundamento da decisão proferida no julgamento dos aludidos recursos repetitivos pelo STJ, que teve como pressuposto a preservação dela mesma – isonomia, entre os contribuintes sujeitos ao ICMS-normal e ao ICMS-ST, estes, apenas alçados, como bem entendeu o próprio STJ, a uma forma de exigência do imposto distinta, mais ágil e prática sob o viés meramente arrecadatório.

Note-se que sob os efeitos da modulação inicialmente intentada, dado contribuinte sujeito ao ICMS-normal seria alcançado pelo direito de não inserir o imposto estadual nas bases de cálculo das contribuições desde, no mínimo, o julgamento do STF, em 2017, que foi o marco estabelecido para a modulação de efeitos daquele julgamento na Corte Excelsa.

Em lado oposto, restaria aos contribuintes do ICMS-ST a possibilidade de não incluírem o ICMS nas bases de cálculo das contribuições aludidas apenas a partir da decisão proferida pelo STJ, seis anos após, em dezembro de 2023, diferenciação essa que teria sido, não fosse o seu ajuste feito, alheia ao que Celso Antônio Bandeira de Mello consignou como fator de discrímen compatível com o primado da isonomia, consubstanciado na necessidade de pessoas ou situações alcançadas serem efetivamente distintas entre si, com dada diferenciação resultante de "razão valiosa" para o bem público (Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, pp. 41-42), o que não se vê no caso.

Diferençar os aludidos contribuintes de ICMS em razão do momento de sua incidência, encamparia, na verdade, uma desacertada questão já de ordem concorrencial (que o próprio STJ reconhecera) e fora dos auspícios, então, da igualdade. Teria sido inconstitucional a modulação sob esse prisma inicial.

Ademais, a modulação de efeitos sugerida de forma inaugural pelo STJ em sua decisão também não se soergueria diante da legalidade, ex vi do artigo 927, parágrafo 3º, do CPC, pelo qual na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, poderia haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

No caso em questão, porém, não teria ocorrido o requisito da alteração de jurisprudência dominante de tribunal superior. Realmente, como já afirmado pelo STF, em 2017, no julgamento do tema 69, ICMS-normal nas bases de cálculo das contribuições em questão, o imposto apenas transita pela contabilidade da empresa, pertencendo ao Fisco, não sendo alcançado, portanto, pelo conceito de faturamento. Por sua vez, no caso do STJ, não teria havido qualquer alteração de tal entendimento, não havendo, então, qualquer (necessária) alteração de jurisprudência dominante que justificasse a modulação ao menos tal como inicialmente sugestionada.

O imposto tratado, de fato, é único, o ICMS, embora sob a denominação ICMS-normal e ICMS- ST, ante o momento de seu recolhimento visando, como já dito, à arrecadação antecipada e fiscalização simplificada na fonte produtora.

O julgamento do STJ apenas reforçou o quanto julgado pelo STF há aproximadamente seis anos, daí, então, a mais recente conformação dada à modulação, agora, em 20 de junho (EDcl no REsp 1958265), retroagindo-a para 15 de março de 2017, data em que o STF julgou a denominada tese do século (ICMS-normal), nos parecer mais alinhada com o Direito, aproximando-se um pouco mais do interesse social e da desejada segurança jurídica, ou seja, da própria intenção constante do artigo 927, parágrafo 3º, do CPC.

Celso Alves Feitosa e Walter Alexandre Bussamara são, respectivamente, advogado, consultor jurídico e sócio-fundador de Alves Feitosa Advogados Associados; advogado no escritório Alves Feitosa Advogados Associados, mestre em Direito Tributário pela PUC-SP

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 11.253.257/0001-71 - NIRE 33.3.00.29159-8

Ata de AGE em 18/06/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 18/06/24, às 08h, na sede social da Enauta Energia S.A. ("Cia.") situada na Av. Almirante Barroso, 52/1101, 1102 e 1301 (parte), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no §4º do Art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença da Enauta Participações S.A. ("Acionista Controladora"), detentora de 100% do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa; Secretário: Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito: **(i)** nos termos do Art. 59 da Lei das S.A., a realização, pela Cia., da 3ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em 2 séries, no valor total de R$ 2.100.000.000,00, ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de distribuição privada; **(ii)** a celebração da "*Escritura Particular da 3ª Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 3 Séries, da Enauta Energia S.A.*" entre a Cia., na qualidade de emissora, e Enauta Participações S.A. ("Debenturista"), na qualidade de debenturista ("Escritura de Emissão"); **(iii)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e/ou das Debêntures, bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(iv)** a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão. **5. Deliberações:** A Acionista Controladora aprovou que a Ata desta AGE da Cia. fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da Lei das S.A.. Passando aos itens constantes da ordem do dia, a Acionista Controladora deliberou: **(i)** aprovar a realização da Emissão de Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constituirá a 3ª emissão de Debêntures da Cia. **(b) Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ 2.100.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 777.978.000,00 correspondente às Debêntures Primeira Série; (ii) R$ 656.073.000,00, correspondente às Debêntures Segunda Série; e (iii) R$ 665.949.000,00, correspondente às Debêntures Terceira Série. **(c) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão. **(d) Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 2.100.000 Debêntures, sendo (i) 777.978 Debêntures da Primeira Série; (ii) 656.073 Debêntures da Segunda Série; e (iii) 665.949 Debêntures da Terceira Série ("Debêntures"). **(e) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da emissão das Debêntures da Primeira Série serão destinados para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("Projeto"); e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto. **(f) Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do respectivo titular no Livro de Registro de Debêntures, que a Cia. deverá manter na posse do Debenturista até o pagamento integral das Debêntures, desde que o Debenturista, na qualidade de custodiante desse livro, permita que a Cia. o acesse a qualquer tempo e insira qualquer registro aplicável, incluindo no tocante a outras emissões de debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. A Cia. deverá: (i) manter o Livro de Registro de Debenturistas atualizado; e (ii) proceder a todas as averbações e registros solicitados pelo Debenturista, exceto se em desacordo com o disposto na Escritura de Emissão ou na legislação aplicável. **(g) Tipo e Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Cia. **(h) Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do caput e §4º do art. 58 da Lei de S.A.. **(i) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures é 15/06/24 ("Data de Emissão"). **(j) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 anos ou 2.191 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/30 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 6 anos ou 2.191 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/30 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 10 anos ou 3.652 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/34 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento"). **(k) Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão (i) subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, mediante a assinatura de boletim de subscrição nos termos do Anexo I da Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), e (ii) integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"). As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas em sua totalidade pelo Debenturista, observada a Condição Precedente da Cláusula (I.2) abaixo. **(I.1)** As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures de cada uma das séries, mediante consentimento prévio da Cia., sendo certo que o ágio ou deságio, conforme o caso, obrigatoriamente será o mesmo para todas as Debêntures de cada série. **(I.2)** A integralização das Debêntures está condicionada ao recebimento, por parte da Debenturista, dos recursos oriundos das Debêntures Enauta como condição suspensiva, nos termos do Art. 125 do Código Civil ("Condição Precedente"). **(l) Pagamento pelas Debêntures:** O pagamento pelas Debêntures ocorrerá na Data de Integralização, por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência equivalente, na conta indicada pela Cia. no Boletim de Subscrição. **(m) Atualização Monetária do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série:** O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula constante da Escritura de Emissão. **(n) Atualização Monetária do Valor Unitário das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado monetariamente. **(o) Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,0618% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(p) Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 13,5733% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). **(q) Remuneração das Debêntures da Terceira Série**. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,2620% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(r) Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série"); e (iii) Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). A Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures poderá ser antecipada a qualquer momento mediante notificação da Debenturista à Emissora. **(s) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, e o e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, sendo certo que a Emissora poderá, a seu livre e exclusivo critério, realizar a Amortização das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série com antecedência mediante notificação prévia da Emissora à Debenturista. **(t) Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 3 parcelas anuais, devidas sempre nos dias 15 de junho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15/06/32, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Terceira Série, de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série") e percentuais a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo certo que a Emissora poderá, a seu livre e exclusivo critério, realizar a Amortização das Debêntures da Terceira Série com antecedência mediante notificação prévia da Emissora à Debenturista. **(u) Local de pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Cia. em conta corrente de titularidade do Debenturista, a ser indicada pelo Debenturista à Cia., por escrito, com antecedência mínima de 3 dias do respectivo pagamento, caso haja qualquer alteração das informações bancárias aplicáveis. **(v) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Cia. ao Debenturista nos termos da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% ; e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **(w) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o 1º Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do RJ, Estado do RJ, e que não seja sábado ou domingo. **(x) Publicidade:** Sem prejuízo das publicações exigidas na forma da lei, todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse do Debenturista, deverão ser informados por meio de carta, com aviso de recebimento, enviada pela Cia. ao Debenturista no endereço indicado na Escritura de Emissão. **(y) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures. **(z) Negociação:** As Debêntures não serão registradas para negociação no mercado secundário. **(aa) Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures:** Observados os termos da Escritura de Emissão, a Cia. poderá realizar o resgate antecipado facultativo ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" ou "Amortização Extraordinária Facultativa") a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita ao Debenturista, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis. O Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, e (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser Ltda. a 98% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, que deverá abranger todas as Debêntures. O valor devido pela Cia. por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao percentual definido pela Cia. sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, *calculados pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data da efetiva amortização, exclusive, e (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa. **(bb) Vencimento Antecipado:** Observados os termos a serem definidos na Escritura de Emissão, o Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas todas obrigações da Cia. referentes da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e exigir o imediato pagamento, pela Cia., do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo, exceto se informado de forma adversa pela Cia. (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): **(1)** ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Cia.; (b) pedido de autofalência da Cia.; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Cia. e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (d) propositura, pela Cia., de plano de recuperação extrajudicial da Cia. a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) requerimento de recuperação judicial da Cia.; **(2)** transformação societária da Cia., nos termos dos arts. 220 a 222 da Lei das S.A.; **(3)** inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Cia. relativa ao pagamento de Valor Nominal Unitário, Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, não sanado no prazo de até 5 Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; **(4)** constatação de que qualquer declaração ou garantia prestada pela Cia. no âmbito da Emissão seja insuficiente, falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente; **(5)** se as obrigações da Cia. decorrentes da Escritura de Emissão deixarem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas subordinadas presentes e futuras, da mesma natureza, da Cia. (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou **(6)** caso ocorra qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado no âmbito da Escritura de Emissão Debêntures Enauta (conforme definição a ser prevista na Escritura de Emissão). **(cc) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas na Escritura de Emissão. **(ii)** aprovar a celebração da Escritura de Emissão; **(iii)** aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitado, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamento; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, bem como a qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(iv)** aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão, nos termos das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 18/06/24. **Mesa:** Décio Fabricio Oddone da Costa - **Presidente;** Fabricio Zaluski - **Secretário(a). Acionista Presente: Enauta Participações S.A. -** Décio Fabricio Oddone da Costa - Diretor Presidente; Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros - Diretor Financeiro e de RI. JUCERJA em 08/07/24 sob o nº 6330124. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 11.253.257/0001-71 - NIRE 33.3.00.29159-8

Ata de AGE em 21/06/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 21/06/24, às 12:30h, na sede social da Enauta Energia S.A. ("Cia.") situada na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no §4º do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença da Enauta Participações S.A. ("Acionista Controladora"), detentora de 100% do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa; Secretário: Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito: **(i)** nos termos do art. 59 da Lei das S.A., a realização, pela Cia., da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em 2 séries, no valor total de R$ 600.000.000,00, ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de distribuição privada; **(ii)** a celebração da "*Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 Séries, da Enauta Energia S.A.*" entre a Cia., na qualidade de emissora, e Enauta Participações S.A. ("Debenturista"), na qualidade de debenturista ("Escritura de Emissão"); **(iii)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e/ou das Debêntures, bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(iv)** a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão. **5. Deliberações:** A Acionista Controladora aprovou que a Ata desta AGE da Cia. fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da Lei das S.A.. Passando aos itens constantes da ordem do dia, a Acionista Controladora deliberou: **(i)** aprovar a realização da Emissão de Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constituirá a 4ª emissão de Debêntures da Cia. **(b) Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ 600.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 396.000.000,00 correspondente às Debêntures da Primeira Série; e (ii) R$ 204.000.000,00, correspondente às Debêntures da Segunda Série. **(c) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão. **(d) Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 600.000 Debêntures, sendo (i) 396.000 Debêntures da Primeira Série; e (ii) 204.000 Debêntures da Segunda Série ("Debêntures"). **(e) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("Projeto"); e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto. **(f) Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do respectivo titular no Livro de Registro de Debêntures, que a Cia. deverá manter na posse da Debenturista até o pagamento integral das Debêntures, desde que a Debenturista, na qualidade de custodiante desse livro, permita que a Cia. o acesse a qualquer tempo e insira qualquer registro aplicável, incluindo no tocante a outras emissões de debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. A Cia. deverá: (i) manter o Livro de Registro de Debenturistas atualizado; e (ii) proceder a todas as averbações e registros solicitados pela Debenturista, exceto se em desacordo com o disposto na Escritura de Emissão ou na legislação aplicável. **(g) Tipo e Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Cia. **(h) Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do caput e §4º do art. 58 da Lei de S.A.. **(i) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures é 15/06/24 ("Data de Emissão"). **(j) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 anos ou 2.191 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/30 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 10 anos ou 3.652 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/34 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Vencimento"). **(k) Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão (i) subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, mediante a assinatura de boletim de subscrição nos termos do Anexo I da Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), e (ii) integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"). As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas em sua totalidade pela Debenturista, observada a Condição Precedente da Cláusula (I.2) abaixo. **(I.1)** As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures de cada uma das séries, mediante consentimento prévio da Cia., sendo certo que o ágio ou deságio, conforme o caso, obrigatoriamente será o mesmo para todas as Debêntures de cada série. **(I.2)** A integralização das Debêntures está condicionada ao recebimento, por parte da Debenturista, dos recursos oriundos das Debêntures Enauta como condição suspensiva, nos termos do art. 125 do Código Civil ("Condição Precedente"). **(l) Pagamento pelas Debêntures:** O pagamento pelas Debêntures ocorrerá na Data de Integralização, por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência equivalente, na conta indicada pela Cia. no respectivo Boletim de Subscrição. **(m) Atualização Monetária do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula constante da Escritura de Emissão. **(n) Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,0560% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(o) Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,2674% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(p) Pagamento da Remuneração**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). A Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures poderá ser antecipada a qualquer momento mediante notificação da Debenturista à Emissora. **(q) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. **(r) Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 parcelas anuais, devidas sempre nos dias 15 de junho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15/06/32, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Segunda Série, de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série") e percentuais a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo certo que a Emissora poderá, a seu livre e exclusivo critério, realizar a Amortização das Debêntures da Segunda Série com antecedência mediante notificação prévia da Emissora à Debenturista. **(s) Local de pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Cia. em conta corrente de titularidade da Debenturista, a ser indicada pela Debenturista à Cia., por escrito, com antecedência mínima de 3 dias do respectivo pagamento, caso haja qualquer alteração das informações bancárias aplicáveis. **(t) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Cia. à Debenturista nos termos da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% ; e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **(u) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o 1º Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do RJ, Estado do RJ, e que não seja sábado ou domingo. **(v) Publicidade:** Sem prejuízo das publicações exigidas na forma da lei, todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse da Debenturista, deverão ser informados por meio de carta, com aviso de recebimento, enviada pela Cia. à Debenturista no endereço indicado na Escritura de Emissão. **(w) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures. **(x) Negociação:** As Debêntures não serão registradas para negociação no mercado secundário. **(y) Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures:** Observados os termos da Escritura de Emissão, a Cia. poderá realizar o resgate antecipado facultativo ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" ou "Amortização Extraordinária Facultativa") a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita à Debenturista, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis. O Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, e (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser limitada a 98% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, que deverá abranger todas as Debêntures. O valor devido pela Cia. por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao percentual definido pela Cia. sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data da efetiva amortização, exclusive, e (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Cia. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Amortização Extraordinária Facultativa. **(z) Vencimento Antecipado:** Observados os termos a serem definidos na Escritura de Emissão, a Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas todas obrigações da Cia. referentes da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e exigir o imediato pagamento, pela Cia., do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo, exceto se informado de forma adversa pela Cia. (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): **(1)** ocorrência de: a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Cia.; b) pedido de autofalência da Cia.; c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Cia. e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; d) propositura, pela Cia., de plano de recuperação extrajudicial da Cia. a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou e) requerimento de recuperação judicial da Cia.; **(2)** transformação societária da Cia., nos termos dos arts. 220 a 222 da Lei das S.A.; **(3)** inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Cia. relativa ao pagamento de Valor Nominal Unitário, Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, não sanado no prazo de até 5 Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; **(4)** constatação de que qualquer declaração ou garantia prestada pela Cia. no âmbito da Emissão seja insuficiente, falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente; **(5)** se as obrigações da Cia. decorrentes da Escritura de Emissão deixarem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas subordinadas presentes e futuras, da mesma natureza, da Cia. (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou **(6)** caso ocorra qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado no âmbito da Escritura de Emissão Debêntures Enauta (conforme definição a ser prevista na Escritura de Emissão). **(aa) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas na Escritura de Emissão. **(ii)** aprovar a celebração da Escritura de Emissão; **(iii)** aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitado, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamento; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, bem como a qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(iv)** aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão, nos termos das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 21/06/24. **Mesa:** Décio Fabricio Oddone da Costa - **Presidente;** Fabricio Zaluski - **Secretário. Acionista Presente: Enauta Participações S.A.;** Décio Fabricio Oddone da Costa - Diretor Presidente; Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros - Diretor Financeiro e de RI. JUCERJA em 04/07/24 sob o nº 6325940. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33300292896

ARCA em 21/06/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 21/06/24, às 12h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia." ou "Debenturista") situada na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião da Cia., representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário: Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Com fundamentação no Art. 19, inciso I do Estatuto Social da Cia., deliberar a respeito: **(i)** nos termos do Art. 59 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), a realização, pela Enauta Energia S.A., CNPJ 11.253.257/0001-71 ("Enauta Energia"), da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em 2 séries, no valor total de R$ 600.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) na Data da Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de distribuição privada; **(ii)** a celebração da "*Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 Séries, da Enauta Energia S.A.*" entre a Enauta Energia, na qualidade de emissora, e Cia., na qualidade de debenturista ("Escritura de Emissão"); **(iii)** a liberação dos recursos recebidos pela Cia. na 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, em rito de registro automático ("Debêntures Enauta"), conforme previsto no "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*" (conforme aditada, "Escritura de Emissão Debêntures Enauta"), serão utilizados para integralização da Emissão; **(iv)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e/ou das Debêntures, bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(v)** a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão. **5. Deliberações Aprovadas:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração da Cia. fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Cia. Passando aos itens constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade dos votos presentes: **(i)** aprovar a realização da Emissão de Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constituirá a 4ª emissão de Debêntures da Enauta Energia. **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 600.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 396.000.000,00 correspondente às Debêntures Primeira Série; e (ii) R$ 204.000.000,00, correspondente às Debêntures Segunda Série. **(c) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão. **(d) Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 600.000 Debêntures, sendo (i) 396.000 Debêntures da Primeira Série; e (ii) 204.000 Debêntures da Segunda Série ("Debêntures"). **(e) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Enauta Energia por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implementação do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta ("Projeto"); e/ou (ii) pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos a partir da Data de Emissão e relacionados ao Projeto. **(f) Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do respectivo titular no Livro de Registro de Debêntures, que a Enauta Energia deverá manter na posse da Debenturista até o pagamento integral das Debêntures, desde que a Debenturista, na qualidade de custodiante desse livro, permita que a Enauta Energia o acesse a qualquer tempo e insira qualquer registro aplicável, incluindo no tocante a outras emissões de debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. A Enauta Energia deverá: (i) manter o Livro de Registro de Debenturistas atualizado; e (ii) proceder a todas as averbações e registros solicitados pela Debenturista, exceto se em desacordo com o disposto na Escritura de Emissão ou na legislação aplicável. **(g) Tipo e Conversibilidade:** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Enauta Energia. **(h) Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do caput e §4º do art. 58 da Lei de S.A.. **(i) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures é 15/06/24 ("Data de Emissão"). **(j) Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 6 anos ou 2.191 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/30 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 10 anos ou 3.652 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/06/2034 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento"). **(k) Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão (i) subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, mediante a assinatura de boletim de subscrição nos termos do Anexo I da Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), e (ii) integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"). As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas em sua totalidade pela Debenturista, observada a Condição Precedente da Cláusula (I.2) abaixo. **(I.1)** As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures de cada uma das séries, mediante consentimento prévio da Enauta Energia, sendo certo que o ágio ou deságio, conforme o caso, obrigatoriamente será o mesmo para todas as Debêntures de cada série. **(I.2)** A integralização das Debêntures está condicionada ao recebimento, por parte da Debenturista, dos recursos oriundos das Debêntures Enauta como condição suspensiva, nos termos do Art. 125 do Código Civil ("Condição Precedente"). **(l) Pagamento pelas Debêntures:** O pagamento pelas Debêntures ocorrerá na Data de Integralização, por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência equivalente, na conta indicada pela Enauta Energia no respectivo Boletim de Subscrição. **(m) Atualização Monetária do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula constante da Escritura de Emissão. **(n)Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,0560% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(o) Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,2674% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, obedecida a fórmula a ser indicada na Escritura de Emissão. **(p) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a (i) Remuneração das Debêntures Primeira Série será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série"); e (ii) Remuneração das Debêntures Segunda Série será paga, semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em 15/12/24, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série" e em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série, a "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"). A Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures poderá ser antecipada a qualquer momento mediante notificação da Debenturista à Enauta Energia. **(q) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. **(r) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 parcelas anuais, devidas sempre nos dias 15 de junho de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 15/06/32, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respetivas datas de amortização das Debêntures da Segunda Série, de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série") e percentuais a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo certo que a Enauta Energia poderá, a seu livre e exclusivo critério, realizar a Amortização das Debêntures da Segunda Série com antecedência mediante notificação prévia da Enauta Energia à Cia. **(s) Local de pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Enauta Energia nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Enauta Energia em conta corrente de titularidade da Debenturista, a ser indicada pela Debenturista à Enauta Energia, por escrito, com antecedência mínima de 3 dias do respectivo pagamento, caso haja qualquer alteração das informações bancárias aplicáveis. **(t) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Enauta Energia à Debenturista nos termos da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00%; e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **(u) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o 1º Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo. **(v) Publicidade:** Sem prejuízo das publicações exigidas na forma da lei, todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse da Debenturista, deverão ser informados por meio de carta, com aviso de recebimento, enviada pela Enauta Energia à Debenturista no endereço indicado na Escritura de Emissão. **(w) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures. **(x) Negociação:** As Debêntures não serão registradas para negociação no mercado secundário. **(y) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:** Observados os termos da Escritura de Emissão, a Enauta Energia poderá realizar o resgate antecipado facultativo ou a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo" ou "Amortização Extraordinária Facultativa") a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita à Debenturista, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis. O Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, e (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Enauta Energia. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo. **(z) Amortização Extraordinária das Debêntures**: As Debêntures não poderão ser objeto de amortização extraordinária pela Emissora. **(aa) Vencimento Antecipado:** Observados os termos a serem definidos na Escritura de Emissão, à Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas todas obrigações da Enauta Energia referentes da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e exigir o imediato pagamento, pela Enauta Energia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo, exceto se informado de forma adversa pela Enauta Energia (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): **(1)** ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Enauta Energia; (b) pedido de autofalência da Enauta Energia; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Enauta Energia e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (d) propositura, pela Enauta Energia, de plano de recuperação extrajudicial da Enauta Energia a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) requerimento de recuperação judicial da Enauta Energia; **(2)** transformação societária da Enauta Energia, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das S.A.; **(3)** inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Enauta Energia relativa ao pagamento de Valor Nominal Unitário, Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, não sanado no prazo de até 5 Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; **(4)** constatação de que qualquer declaração ou garantia prestada pela Enauta Energia no âmbito da Emissão seja insuficiente, falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente; **(5)** se as obrigações da Enauta Energia decorrentes da Escritura de Emissão deixarem de concorrer pelo menos "*pari passu*" com todas as demais dívidas subordinadas presentes e futuras, da mesma natureza, da Enauta Energia (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou **(6)** caso ocorra qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado no âmbito da Escritura de Emissão Debêntures Enauta (conforme definição a ser prevista na Escritura de Emissão). **(bb) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas na Escritura de Emissão. **(ii)** aprovar a celebração da Escritura de Emissão; **(iii)** aprovar a liberação dos recursos recebidos pela Cia. nas Debêntures Enauta para integralização da Emissão; **(iv)** aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Cia. para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitado, a **(a)** contratação dos prestadores de serviços necessários para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamento; e **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, bem como a qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão; e **(v)** aprovar a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Cia., direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão, nos termos das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 21/06/24. **Mesa:** Mateus Tessler Rocha - Presidente; Fabricio Zaluski - Secretário. **Conselheiros:** Mateus Tessler Rocha; Ricardo de Queiroz Galvão; Luiz Carlos de Lemos Costamilan; Antônio Augusto de Queiroz Galvão; Ana Marta Horta Veloso; Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 04/07/24 sob o nº 6326050. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.



	2021	2022	Var.	2023	Var.
Receita líq. de vendas e serviços (+)	23.563,3	29.904,7	27%	32.503,6	9%
Custos (-)	-16.602,4	-21.209,2	-28%	-21.702,7	-2%
Despesas operacionais e outros resultados (-)	-2.802,6	-3.643,9	-30%	-4.338,9	-19%
Receitas com participações (+/-)	0,0	0,0	-	0,1	-
Lucro operacional ou Ebit (=)	4.158,3	5.051,6	21%	6.462,1	28%
Receitas e despesas com juros (+/-)	171,7	64,1	-63%	128,7	101%
Tributos (-)	-672,6	-842,8	-25%	-723,2	14%
Lucro líquido dos acionistas (=)	3.657,5	4.272,9	17%	5.867,6	37%

*Valores em milhões - Consolidado - IFRS Fonte: CVM V.1

Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.



Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Valor ECONÔMICO | Valor EMPRESAS360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**